



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM RELAÇÕES ÉTNICAS  
E CONTEMPORANEIDADE /PPGREC**

**ROSE CLÁUDIA OLIVEIRA DE ANDRADE**

**“GAROTAS DE PROGRAMA”:** IDENTIDADES ENTRE ESCOLA,  
FAMÍLIA E PROSTITUIÇÃO NO KM 43 EM JAGUAQUARA - BA

**JEQUIÉ - BA**

**2020**

ROSE CLÁUDIA OLIVEIRA DE ANDRADE

**“GAROTAS DE PROGRAMA”:** IDENTIDADES ENTRE ESCOLA,  
FAMÍLIA E PROSTITUIÇÃO NO KM 43 EM JAGUAQUARA - BA

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação, em Nível de Mestrado Acadêmico, em Relações Étnicas e Contemporaneidade – PPGREC, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus de Jequié.

Linha de Pesquisa 2: **Etnias, Gênero e Diversidade Sexual**

JEQUIÉ - BA

2020

A553g Andrade, Rose Cláudia Oliveira de.

“Garotas de Programa”: identidades entre escola, família e prostituição no km 43 em Jaguaquara - Ba / Rose Cláudia Oliveira de Andrade.- Jequié, 2020.

146f.

(Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, sob orientação Profa. Dra. Maria de Fátima A. Di Gregorio)

**ROSE CLÁUDIA OLIVEIRA DE ANDRADE**

**“Garotas de Programa”: Identidades entre Escola, Família e Prostituição no  
Km 43 em Jaguaquara - BA**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção de grau de mestre em  
Relações Étnicas e Contemporaneidade.

Aprovada em: 13 de maio de 2020.

**BANCA EXAMINADORA**

Profa. Dra. Maria de Fátima A. Di Gregorio – UESB  
**Presidente da Banca/Orientadora**

Profa. Dra. Adriana Maria de Abreu Barbosa – UESB  
**Examinadora Interna**

Profa. Dra. Cláudia de Faria Barbosa – UESB  
**Examinadora Interna**

Profa. Dra. Maria Luzia Braga Landim – UESB  
**Examinadora Externa**

**JEQUIÉ - BA**

**2020**

Eu acho que as coisas devem ser ditas, e não é por isso que eu vou ser maltratada no sistema de saúde, no educacional. Porque, por exemplo, se eu tivesse um filho pequeno neste momento, e as pessoas o tratasse com preconceito na escola, eu iria lá reclamar e perguntar o que estava acontecendo. Isso é o que falta às prostitutas: poder viver em sociedade<sup>1</sup>.

Gabriela Leite

---

<sup>1</sup>Cf. extraída do site <https://revistatrip.uol.com.br/homenageados/2012/gabriela-leite>. Acesso em 21 de novembro de 2018.

**Retrato**

Eu não tinha este rosto de hoje,  
assim calmo, assim triste, assim magro,  
nem estes olhos tão vazios,  
nem o lábio amargo.  
Eu não tinha estas mãos sem força,  
tão paradas e frias e mortas;  
eu não tinha este coração  
que nem se mostra.  
Eu não dei por esta mudança,  
tão simples, tão certa, tão fácil:  
Em que espelho ficou perdida a minha face?

Cecilia Meireles, 2001

## AGRADECIMENTOS

Já fiz a vida, não vou esconder, posso voltar a fazer se tiver necessidade. No momento não necessito, mas lhe agradeço.

Jorge Amado (1972, p. 16)

Abro a dissertação pedindo licença ao baiano Jorge Amado que escreve palavras de agradecimentos como algo de idas e vindas. Começo agradecendo a possibilidade de entrar em um mestrado para dialogar com lembranças de infância e juventude que levarei para dias futuros. Fui adentrar no mundo da leitura, sendo seduzida e percebendo a pequenez diante de tantos textos e saberes que revelam sentidos, sensações, desejos e alegrias não somente para quem lê, mas para todos que se apropriarem desses textos escritos, dando outros sentidos e caminhos. Envolvida nas leituras e escritos, cá estou movida pela gratidão, expressando nesse espaço que registro pela necessidade dos mais sinceros agradecimentos vindos do coração:

A Deus, por sempre conceder-me sabedoria nas minhas renúncias e escolhas, por guiar-me e cuidar de mim, iluminando a vida, os momentos de incertezas, permitindo sonhos e coragem para caminhar em cada manhã.

Aos meus filhos, amores da minha vida que sempre me motivam e acreditam na minha capacidade de cuidar e amar de cada um na medida certa. Minhas fortalezas: Ramona, Ramon, Renatta e Robertta. Imensa felicidade ter vocês em minha vida, permitindo sentir o gostinho de ser mãe. Beta, que tão pequena soube compreender, organizar-se, acompanhando cada movimento dessa caminhada acadêmica e, inclusive, inspirando e dando força, expressando sorrisos e mostrando que o crescimento com amor abre caminhos. O olhar de cada filho é uma fortaleza e um clamor de presença - seguir em frente, olhar para trás e olhar adiante para vislumbrar o horizonte de um e o meu próprio caminho na solidão de noites e preocupações em criá-los. Essa conquista é nossa!

Aos meus pais Edson e Zélia Cerqueira de Oliveira e, em especial, minha mainha, que tenho tamanha gratidão. Seu apoio foi incondicional nessa trajetória, cuidando de Robertta durante esse percurso, o que demonstra a grandeza de mulher que Deus me deu como mãe, sem entender desse processo acadêmico, sonhou comigo mesmo sem se dá conta.

Aos meus irmãos Rosemeiry, Regivaldo, Edson, Lindinalva, Núbia, Edmilton, Lindineia, Alexsandro, Cleude, Daiane e Aline pelo carinho, incentivo e alegrias. Em especial, à minha irmã Linda, por ter estado ao meu lado compartilhando anseios e alegrias durante essa trajetória, me incentivando a caminhar nessa jornada de congressos, assistindo palestras na UERJ.

À minha grandiosa família Oliveira e Andrade, maravilha celebrar com vocês essa conquista. Grata pelo amor que nos une!

A minha orientadora Profa. Dra. Maria de Fátima Araújo Di Gregório, os meus intensos agradecimentos, uma pessoa incrível que me acolheu, incentivando-me constantemente na construção do conhecimento. Profissional que muito admiro e respeito. Palavras são poucas para expressar o meu eterno agradecimento a essa pessoa que com diálogo, confiança e generosidade me ajudou a olhar um mundo desconhecido. Obrigada! Hoje posso lhe chamar de minha amiga.

Às professoras Dra. Adriana Maria de Abreu Barbosa, Dra. Maria Luzia Braga Landim e Dra. Claudia de Faria Barbosa, avaliadoras da dissertação, agradeço a leitura atenta e criteriosa, assim como as valiosas contribuições.

Ao Prof. Dr. Marcos Lopes de Souza na coordenação do Programa, o agradecimento pela atenção. Aos funcionários, a gratidão do apoio habitual. A toda equipe do ODEERE, muito obrigada pela acolhida e receptividade.

Aos amigos que sempre estiveram na torcida, compartilhando alegrias, tristezas, dialogando e me incentivando, em especial, Edna Sandra Martins, Evanilda Pedrosa, Eliana Almeida, Jocélia Resende, Célia Alves, Christiane Oliveira, Silvana Pereira, Ilana gonçalves e Marivone Pimentel, obrigada, pois o sentimento que nos une nesse período foi fortalecido com um “vai dar tudo certo”.

Minha admiração à equipe de trabalho que foi indispensável nessa busca pela pesquisa, apoiando e motivando-me. Elania Barreto, Laddy Araújo, Luana Clissia, Cosmildo Santana, Ronaldo Trindade e Jozimara Barbosa, essa conquista é nossa!



Minha equipe gestora que mediante tantos empecilhos, me passou confiança e segurança nos momentos em que foi preciso fazer escolhas.

A toda comunidade da Escola Diana Jussiene: pais, alunos, professores e funcionários, é imensa minha gratidão, pois via processo de eleição tive a oportunidade de atuar como gestora e, é desse lugar de fala que aproprio-me para pensar e problematizar as inquietações que norteiam esta pesquisa.

Ao Grupo de Estudos Hermenêuticos sobre Família, Territórios, Identidades e Memórias (GEHFTIM), pela oportunidade de socializar saberes e experiências intelectuais.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade por terem permitido a construção e desconstrução de conhecimentos, problematizando situações e incentivando-me na efetivação dessa pesquisa, externo minha admiração. Em especial, a professora Dra. Marise de Santana, gratidão e respeito por todo acolhimento e saberes compartilhados.

Aos colegas de curso, obrigada pelos laços de amizades que construímos. Nesse período foi gratificante os diálogos e debates promovidos no tão sonhado espaço de luta e conhecimento que é a pesquisa. Minhas confidentes Helga, Edneide, Eva e Allinne, muito obrigada pela confiança e respeito. Quantas contribuições e aprendizagens!

Por fim, as “garotas de programa” no Km 43, colaboradoras dessa pesquisa, que contribuíram com suas narrativas, permitindo-me problematizar a temática estudada, muito obrigada! Vocês são donas de um conhecimento que provocaram uma inspiração para a realização desse trabalho. Gratidão e respeito a todas que com suas histórias permitiram a efetivação do meu sonho. Mulheres de muitas lutas!

## RESUMO

ANDRADE, Rose Cláudia Oliveira de. **“Garotas de Programa”**: identidades entre escola, família e prostituição no km 43, em Jaguaquara - BA. Dissertação de Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade/UESB.146 páginas. Jequié / BA, 2020.

Considerando o processo histórico, cultural, educacional, econômico e político que define as identidades negociadas entre escola, famílias e prostituição, esta dissertação analisa a trajetória de vida das garotas de programa no Km 43 – Distrito Stela Câmara Dubois no município de Jaguaquara na Bahia, localidade que tem um bordel de estrada com mulheres que transitam na condição de mãe e garota de programa. Diante desse contexto, constata-se, por meio dessa investigação e por ser professora e gestora da Educação Básica onde os filhos dessas mulheres estudam, a condição de mães que assumem diante da sociedade, a identidade de “garota de programa” sob a narrativa como trabalho e sobrevivência. Trata-se de uma pesquisa social, empírica com amostra de quatro colaboradoras – mulheres que trabalham na prostituição, são mães e moradoras no Km 43 em Jaguaquara – Bahia. São mulheres (in) visibilizadas e constituem um grupo marcado por preconceitos e discriminação étnica. Constata-se que elas enunciam identidades de mãe e trabalhadora em situação de prostituição em busca de sobrevivência para criação de seus filhos. As suas histórias se aportam na pobreza, no desemprego, na formação precária, no advento da violência familiar, na falta de oportunidades na vida em suas ambiências. Para tanto, a metodologia tem como base a História Oral (HO), cuja coleta de narrações visa compreender como as trajetórias influenciam as funções entre escola, família e sociedade, recorrendo às categorias: identidades, prostituição e famílias/escola.

**Palavras-chave:** Prostituição. Famílias. Identidade. Escola. História Oral.

ANDRADE, Rose Cláudia Oliveira de. **“Garotas de Programa”**: identidades entre la escuela, las familia y la prostitución en el km 43 Jaguaquara - BA. Tesis de maestría en Relaciones étnicas y contemporaneidad/ UESB. 146 páginas. Jequié / BA, 2020.

## RESUMEN

Considerando el proceso histórico cultural, educativo, económico y político que define las identidades negociadas entre la escuela, las familias y la prostitución, esta disertación analiza la trayectoria de vida de las prostitutas del Km 43 - Distrito Stela Câmara Dubois en el municipio de Jaguaquara en Bahía, un lugar que tiene un burdel vial con mujeres que transitan como madres y niñas en el programa. Ante este contexto, el investigador como maestro y gerente de Educación Básica donde estudian los hijos de estas mujeres, a través de esta investigación, encuentra la condición de las madres que asumen ante la sociedad, la identidad de la chica de la noche bajo la narrativa como trabajo y supervivencia. Es una investigación social y empírica con una muestra de cuatro colaboradores: mujeres que son prostitutas y madres que viven en el km 43, que contaron sobre sus caminatas, conflictos y luchas. (No) visible en el sitio, es un grupo marcado por prejuicios y discriminación étnica. En este sesgo, está claro que enuncian las identidades de madre, trabajadora y prostituta en busca de supervivencia para criar a sus hijos. Parece que las historias provienen de la pobreza, el desempleo, la formación precaria, el advenimiento de la violencia familiar, la falta de oportunidades en la vida, entre otras formas de ambiente. Por lo tanto, la metodología se basa en la Historia Oral (HO), cuya colección de narraciones tiene como objetivo comprender cómo las trayectorias influyen en las funciones entre la escuela, la familia y la sociedad, utilizando categorías como: identidades, prostitución y familias / escuela.

**Palabras clave:** Prostitución. Familia. Identidad Escuela. Historia Oral.

ANDRADE, Rose Cláudia Oliveira de. **“Garotas de Programa”**: identities between school, family and Prostitution at Km 43 / Jaguaquara- BA. Master's Dissertation in Ethnic Relations and Contemporaneity / UESB. 146 pages. Jequié / BA, 2020.

### ABSTRACT

Considering the historical process, cultural, educational, economic and political that defines the identities negotiated between school, families and prostitution, this dissertation analyzes the life trajectory of the call girls at Km 43 - Distrito Stela Câmara Dubois in the municipality of Jaguaquara in Bahia, a location that has a road brothel with women who transit as mothers and call girls,. In this context, the researcher as a teacher and manager of Basic Education where the children of these women study, through this research, finds the condition of mothers who assume in front of society, the identity of the girl of the night under the narrative of how I work and survival. It is a social, empirical research with a sample of four collaborators - women who are call girls and mothers living at Km 43, who told about their walks, conflicts and struggles. as (un) visible in the place, constituting a group marked by prejudices and ethnic discrimination. In this bias, it is clear that they enunciate identities of mother, worker and call girl in search of survival to raise their children. It appears that the stories come from poverty, unemployment, precarious training, the advent of family violence, the lack of opportunities in life, among other forms of ambience. For this, the methodology is based on Oral History (HO), whose collection of narrations aims to understand how the trajectories influence the functions between school, family, and society, using categories such as: identities, prostitution and families / school.

**Keywords:** Prostitution. Family. Identity. School. Oral history

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 Fotos do Restaurante Primavera

Imagem 2 Foto do trecho principal do Distrito Stela Câmara Dubois

Imagem 3 Foto central do Distrito Stela Câmara Dubois

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Sistematização sobre os regimes da prostituição (adaptação)

Tabela 2 Dados das colaboradoras

**LISTA DE SIGLAS**

<b>ANPED</b>	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
<b>AIDS</b>	Acquired Immunodeficiency Syndrome - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
<b>BR</b>	Rodovia Federal
<b>CAAE</b>	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CBO</b>	Classificação Brasileira de Ocupações
<b>CEP</b>	Comitê de Ética em Pesquisa
<b>CNPQ</b>	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
<b>GEHFTIM</b>	Grupo de Estudos Hermenêuticos sobre Família, Territórios, Identidades e Memórias
<b>HIV</b>	Human Immunodeficiency Virus – vírus da imunodeficiência humana
<b>KM</b>	Quilômetro
<b>MTE</b>	Ministério do Trabalho e Emprego
<b>ODEERE</b>	Órgão de Educação e Relações Étnicas
<b>ONG</b>	Organização não governamental
<b>SCIELO</b>	Scientific Electronic Libray Online
<b>TCLE</b>	Termo de Consentimento Livre e Declarado
<b>UESB</b>	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	10
<b>RESUMEN</b> .....	11
<b>ABSTRACT</b> .....	12
<b>LISTA DE IMAGENS</b> .....	13
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	14
<b>LISTA DE SIGLAS</b> .....	15
TESSITURAS INICIAIS .....	18
<b>CAPÍTULO I - MARCO METODOLÓGICO</b> .....	22
1.1 METODOLOGIA .....	23
1.2 PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO .....	27
1.3. JUSTIFICATIVA .....	28
1.4. QUESTÕES GERADORAS DA INVESTIGAÇÃO .....	29
1.5. OBJETIVOS .....	30
1.5.1. Geral .....	30
1.5.2. Específicos .....	30
1.6. HIPÓTESES/PRESSUPOSTOS .....	30
<b>CAPÍTULO II - MARCO TEÓRICO</b> .....	32
<b>2. A PROSTITUIÇÃO NOS DIFERENTES CONTEXTOS E ESPAÇOS SOCIAIS</b> .....	33
2.1 PROSTITUIÇÃO: ENTRE DESAFIOS E SUPERAÇÕES .....	41
<b>Tabela 1 – Sistematização sobre os regimes da prostituição (adaptação)</b> .....	55
2.2 AS REPRESENTAÇÕES DA ESCOLA E DO TRABALHO NA VIDA DAS GAROTAS DE PROGRAMA .....	57
2.3 FAMÍLIAS E PROSTITUIÇÃO: DIÁLOGOS POSSÍVEIS? .....	70
2.4 EMBATES IDENTITÁRIOS: LUTAS E SILENCIAMENTOS .....	72
2.5 GAROTA DE PROGRAMA E MÃE: SENTIDOS E SABERES .....	83
<b>CAPÍTULO III - MARCO ANALÍTICO</b> .....	96
3.1 PESQUISA “IN LÓCUS” NO KM 43 .....	97
3.2 VIVÊNCIAS NA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES ÉTNICAS .....	97
<b>Imagem 1 – Foto do Restaurante Primavera</b> .....	97
<b>Imagem 2 – Foto do Distrito Stela Câmara Dubois</b> .....	98
<b>Imagem 3 – Foto central do Distrito Stela Câmara Dubois</b> .....	98



3.3. POPULAÇÃO E AMOSTRA .....	99
<b>Tabela 2: Dados das colaboradoras</b> .....	100
3.4. INSTRUMENTO DE RECOLHIMENTO DE DADOS.....	100
3.5 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	101
3.6 “ESPELHOS DA NOITE”: IDENTIDADES VESTIDAS PELO CONTROLE SOCIAL ..	111
<b>TESSITURAS FINAIS</b> .....	122
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	126
APÊNDICE A -TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....	133
APÊNDICE B -TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS .....	136
APÊNDICE C - ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS.....	137
APÊNDICE D - CORDEL "ESPELHOS DA NOITE".....	138
ANEXO A - DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO .....	141
ANEXO B - DECLARAÇÃO DE COLETA D E DADOS.....	142
ANEXO C - OFÍCIO PARA O COMITÊ DE ÉTICA.....	143
ANEXO D - DECLARAÇÃO DO ORIENTADOR .....	144
ANEXO E - FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS .....	145
ANEXO F - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP/UESB .....	143
<b>CRÉDITOS DA AUTORA</b> .....	149

## TESSITURAS INICIAIS

Para mudar o mundo, é preciso mudar as maneiras de fazer o mundo, isto é, a visão de mundo e as operações práticas pelas quais os grupos são produzidos e reproduzidos.

Pierre Bourdieu, 2004

No Brasil, as mulheres aparecem na maioria em relação aos grupos que são discriminados e marginalizados. Às prostitutas cabe o estigma da inferioridade porque vivem à margem da sociedade e sofrem violação de direitos à cidadania. Neste entendimento, esta pesquisa analisa as condições de prostituição de mulheres que, no caso específico das colaboradoras dessa dissertação optam por serem chamadas de garotas de programa, buscando compreender como elas constroem suas identidades nas relações individuais e sociais, evidenciadas por conflitos e lutas por meio de mudanças que são processuais e contínuas.

As mudanças ocorrem a todo tempo nos cenários com elevados números de problemas socioculturais que se constituem na dinâmica da relação entre o “eu” e os “outros”, no que tange aos processos de construção de identidades em uma sociedade marcada por inúmeras desigualdades. Nessa dinâmica, os grupos minoritários são fragilizados e vulneráveis, trazem histórias de vida que necessitam ser registradas para não caírem no esquecimento.

Tais grupos, no caso específico dessa investigação, são as mulheres em situação de prostituição que perpassam por lutas sociais e busca por conquistas de espaços no percurso de reconhecimento por uma identidade social e familiar, construídas em contextos e lutas. Todavia, estudar sobre elas, enquanto grupo nas suas relações com a família, a escola e o trabalho constitui um desafio para a pesquisadora que lida no cotidiano da escola no próprio contexto no KM 43<sup>2</sup> com mães que se reconhecem como prostitutas e, ao mesmo tempo, são pessoas dedicadas e atuantes na função de mães, compromissadas com a educação dos seus filhos e assumem a prostituição como trabalho.

---

<sup>2</sup>Trecho da BR 116 - Km 43/Distrito Stela Câmara Dubois – Jaguaquara Bahia.

Trilhar caminhos para se pensar as prostitutas entre os grupos em vulnerabilidade social exige reflexão sobre o processo histórico, cultural, educacional, econômico e político, além de verificar que as políticas públicas mais recentes de apoio e reconhecimento à classe são um constante desafio.

O método que norteia esta pesquisa é a História Oral por apresentar possibilidades de construtos históricos de sujeitos, como fomenta Thompson (1992), ao mencionar que “a memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos” (p. 17). Trabalhar com representações abre novas possibilidades no campo da História Oral (HO) como procedimento metodológico, haja vista, que não se trata de contar histórias que passaram, mas trazer à superfície memórias que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível, mas fazer aflorar momentos de vida dessas mulheres.

A pesquisa se estrutura em quatro categorias analíticas principais: família; prostituição; escola e identidade étnica para uma compreensão aprofundada sobre a temática em questão. Toda análise, reflete-se sobre o contexto histórico do fenômeno da prostituição e, concomitantemente trata sobre a posição e identidade dessas mulheres.

Esses aspectos peculiares buscam a interpretação do tempo e espaço vivenciado por elas, de seus possíveis traumas e lutas em instituições como família, escola e trabalho. Neste sentido, Delgado (2012) chama a atenção e aponta a necessidade de se discutir a contemporaneidade e seus processos de mudanças. No caso em tela, trata-se do contexto das instituições família e escola, e suas relações com a prostituição.

Os processos identitários remetem as heranças, legitimam a identidade étnica, principalmente ao que diz respeito o papel das mulheres que transitam na comunidade local e devem ser compreendidos a partir das histórias de vida. Ouvir a enunciação das identidades étnicas sob a ótica daquelas que vivem em situação de prostituição é pensar em contextos e vivências, significa ainda contribuir para problematizar as formas de lutas por reconhecimento na sociedade, bem como, tornar visíveis as realidades as quais são submetidas ao assumirem suas identidades.

Trata-se de uma pesquisa sobre trajetórias de vida de sujeitos, inseridos em um contexto que, ao dizer, testemunha o vivido e traça acontecimentos do seu âmbito familiar e comunitário a partir da memória.

Nesse cenário de debate, promove diálogos que, revelam-se os aspectos e fatores ligados à prostituição na localidade, considera as peculiaridades que denunciam e evidenciam as identidades das mulheres que vivem em situação de prostituição no contexto entre família, escola e trabalho entre ser mulher, mãe e prostituta.

As proposições têm como base os fatos enunciados no campo empírico e problematizam a questão norteadora. Assim, ao definir os objetivos desse estudo, abre-se o debate para pensar a pesquisa e sua importância nos estudos acadêmicos e científicos, quando escrever sobre mães e mulheres inseridas na prostituição local - no Km 43, definidas pelas colaboradoras deste estudo como “garotas de programa”.

A dissertação se divide em três capítulos, sendo que cada um, abre possibilidade de investigar objetos e sujeitos de estudo. O primeiro trata sobre o marco metodológico, quando expõe a metodologia da pesquisa, enuncia o objeto de estudo por meio do problema da investigação, a justificativa, as perguntas geradoras, objetivos e a hipótese/pressuposto.

Mediante essa compreensão, o segundo capítulo intitulado “A prostituição nos diferentes contextos e espaços sociais” aborda reflexões sobre a prostituição em suas acepções. Ademais, situa o leitor sobre um breve histórico da prostituição e atrela os aspectos históricos e sociais como elementos reflexivos para quem lê o texto. Estabelece ainda diálogos entre a prostituição, escola e trabalho.

Nesse contexto, desvela-se o cenário das lutas feministas pelas conquistas de direitos sociais. Prossegue no segundo capítulo com a discussão sobre a prostituição: entre desafios e superação, discorre sobre as relações estabelecidas nos espaços sociais, reflete acerca das representações da escola e do trabalho na vida das garotas de programa. Na sequência trata-se sobre a família e a prostituição, questionando se há diálogos possíveis. Verifica-se os embates identitários que se anunciam em lutas e silenciamentos nas vivências das mulheres que são mães e garotas de programa em cenários distintos, aportando-se nos sentidos e saberes de ser mãe e garota de programa.

O terceiro capítulo recai sobre o marco analítico, nele traz-se a pesquisa in lócus no KM 43 sustenta-se com o campo empírico e contextualiza as vivências das garotas de programa nas perspectivas relações étnicas. Traz as vivências das mulheres na perspectiva das relações étnicas, a área em que vivem e lutam, a população e a amostra do estudo. Ademais, explica os instrumentos de recolhimento de dados e analisa os dados em diálogo com a bibliografia em comento, por meio da discussão e análise dos resultados, fechando o capítulo com as identidades vestidas pelo controle social. A partir das narrativas, reflete-se acerca dos marcadores sociais e de gênero inseridos na prática da prostituição.

Nas tessituras finais retoma-se as discussões da pesquisa, suscita olhares atentos e reflexivos no sentido de visualizar a natureza epistemológica dos debates que se travam na investigação. Nesse aspecto, esta investigação contribui porque se apropria da história de vida dessas mulheres, redimensiona o debate sobre a prostituição no mundo contemporâneo e visibiliza as experiências de vida delas no contexto das relações étnicas.

Os processos identitários remetem as heranças dessas mulheres, legitima a identidade étnica local, principalmente ao que diz respeito ao papel daquelas que transitam dentre identidades negadas e/ou invisibilizadas. Assim, ouvir a enunciação das identidades étnicas sob a ótica daquelas que vivem em situação de prostituição é pensar em contextos e vivências, significa ainda contribuir para as reflexões acerca das formas de luta, de reconhecimento na sociedade, e a ideia de visibilidade de suas identidades, considerando como seus cotidianos são marcados por estigmas, preconceitos e violências.

## **CAPÍTULO I - MARCO METODOLÓGICO**

## 1.1 METODOLOGIA

Este estudo é uma pesquisa social, entra em um campo que permite “penetrar num mundo polêmico onde há questões não resolvidas e onde o debate tem sido perene e não conclusivo”. Consoante à autora “o objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo” (MINAYO, 1999, p. 20 e 21) e acrescenta-se a isso a característica de ser contraditório, complexo e em constante transformação.

Para as análises sobre o objeto de estudo proposto fez-se um levantamento das produções que discutem sobre prostituição no âmbito nacional, na perspectiva de conhecimento com a finalidade de fazer um levantamento e mapear o referencial teórico que sustenta o debate da pesquisa em questão. Para tanto, utiliza-se como base de dados publicações de trabalhos em sites nos últimos cinco anos.

Ao investigar sobre a temática obteve-se os seguintes resultados: Google acadêmico - 13.700 dissertações; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). A *Scientific Electronic Libray online* (SCIELO) – 52 artigos; Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e o banco de dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – 1 tese.

Com um recorte temporal que se justifica devido à relevância do estudo, observa-se que as pesquisas encontradas se concentram em sua maioria sobre da exploração sexual, do mercado do sexo e no campo da saúde, anunciam lacunas acerca das relações étnicas, o que evidencia a necessidade da realização desse estudo.

Esta investigação constitui uma pesquisa social, empírica, de natureza qualitativa e se aporta em uma metodologia com base na História Oral. Ancora-se nas contribuições de Alberti (2005); Haquette (1987); Meihy e Holanda (2013); Meihy (1996) e Minayo (1999). Dessa forma, opta-se pela metodologia com abordagem qualitativa, em que qualquer investigação social necessita revelar o aspecto primordial do seu objeto, que se traduz no qualitativo. Para tanto, a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Conforme Haquette (1987) ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, isso

corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A pesquisa problematiza a relação entre sujeitos, portanto é dialógica, na qual a pesquisadora é parte integrante do processo. Conforme Pollak (1989), ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais. O autor defende que há uma sensibilidade no trabalho científico, quando se depara com as relações entre história e memória ou entre memória oficial (nacional) e aquilo que denominou “memórias subterrâneas” em referência às camadas populares.

O *corpus* selecionado para análise são as entrevistas concedidas a partir da técnica da história oral. As “entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente” (ALBERTI, 2005, p.155) seguiram um roteiro com questões anteriormente definidas, porém com campo aberto para suas narrações pessoais e coletivas possibilitando espaço para que as colaboradoras narrassem seus fazeres e saberes, de maneira que ao experimentar os relatos de suas histórias de vida fosse possível a observação. Os movimentos, gestos e comportamentos foram considerados ao reportar as experiências das vivências.

Ancorando em Meihy e Holanda (2013), seguiu-se com as etapas da transcrição, textualização, análise e interpretação dos dados, que são fundamentais para a consolidação da pesquisa, permitem ver as evidências dos relatos das colaboradoras. Nesse entendimento, evidencia-se a transcrição que se configura na passagem do texto oral (entrevista gravada) para a escrita e estabelece fidedignidade a fala de cada colaboradora.

A textualização valorizou as falas das entrevistadas, culminou com a recriação textual, sem modificar o caráter original da entrevista, considerando fidelidade às falas “seja nas formas de construção de frases ou no universo vocabular” (MEIHY; HOLANDA, 2013, p. 135).

Após o texto elaborado foi apresentado a cada colaboradora para a aprovação da escrita, assim como ouvi-las para caso achassem adequado fazer modificações. Mediante autorização e confirmação, o texto passou a ser problematizado. Nessa



etapa da análise e interpretação, dialoga com os objetivos propostos na pesquisa e o referencial teórico e apresenta o debate em sua dimensão total.

Todavia, para uma compreensão mais abrangente sobre o fenômeno da prostituição se faz necessário problematizar os significados vigentes, seu contexto, contradições e desconexões com antigas significações, de modo a compreender o contexto da contemporaneidade e promover o debate sobre a prostituição em diferentes contextos e espaços sociais.

O campo da pesquisa é o KM 43 – Distrito Stela Câmara Dubois, no município de Jaguaquara, Bahia, localizado às margens da rodovia BR 116. A utilização da escuta e o registro das vozes dos sujeitos estudados possibilitam avanços quanto à visibilidade da problemática em seus mais variados aspectos. Sendo assim, a história oral pode fornecer subsídios para os estudos que trabalham com as múltiplas vozes que surgem no decorrer da pesquisa. Por isso, a história oral diferencia-se, pois o narrador assume as suas escolhas, interferências, os esquecimentos e as omissões de fatos, seja intencional ou não.

Tem-se a História Oral como “um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas” (MEIHY; HOLANDA, 2013, p. 15). Essas pessoas são colaboradoras, de maneira que valoriza-se as subjetividades a partir do anunciado e das vivências narradas, que podem revelar afirmações ou negações, saberes e significados no processo de construção das identidades.

Para a compreensão do que se propõe com esta pesquisa, faz-se interlocuções com os estudos de Pierre Bourdieu (1975; 1989; 2002; 2004), Paulo Freire (1974) Dermeval Saviani (2004; 2013; 2009), Karl Marx (1978; 1985), Florestan Fernandes (1989) e Guacira Lopes Louro (1997) nas propostas discussões sobre escola e trabalho, reproduções e mudanças em constante movimento.

As contribuições de Adriana Piscitelli (2005; 2012), Brasil (2002; 2003a; 2003b), Cláudia Fonseca (2004), Elisiane Pasini (2009), Gabriela Leite (1992; 2009; 2013; 2018), Marlene Rodrigues (2009), Margareth Rago (1985; 1991), Nickie Roberts (1998), José Miguel Olivar (2010), Del Priore (2009; 2011), Michel Perrot (2013) e Simone de Beauvoir (1980) colaboram com as reflexões acerca das mulheres, bem

como, com as discussões sobre prostituição nos diferentes contextos e espaços sociais.

A instituição família é trabalhada como categoria analítica, por conta disso se propõe debater acerca das suas concepções família em articulação com as transformações sociais que apontam as diferenças e a pluralidade de configurações familiares presentes nos dias atuais. Nesse entendimento, recorre-se aos teóricos: Elisabeth Roudinesco (2003), Eni Mesquita Samara (1998; 1989; 2004), Cynthia Andersen Sarti (2003; 1994; 2004; 2008) e François de Singly (2003; 2007; 2000) para pensar a tradição e a reinvenção da família.

Pensa-se sobre a identidade étnica como uma construção que se dá na relação entre “nós, eles e elas” um processo de interação entre grupos, reconhece as relações que se dá entre os sujeitos como produto humano e social de grupos. Assim, conta-se com as contribuições de: Tomaz Tadeu da Silva (2014), Roberto Cardoso de Oliveira (1976; 2007); Stuart Hall (2003; 2004; 2014), Fredrik Barth (2011; 2000), Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart (2011), Manuela Carneiro da Cunha (2009), Denys Cuhe (1999), Erving Goffman (2004; 1988) Etienne Balibar e Immanuel Wallerstein (1993) e Eugenia Ramiréz Goicoechea (2011) nos diálogos sobre identidades em construção.

Vale ressaltar que, após contato com o campo empírico, alguns ajustes foram feitos no que diz respeito ao projeto de pesquisa inicialmente apresentado ao Programa de Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade da UESB. Isso por considerar a relevância desse estudo de modo a atender as expectativas a princípio pensadas. No entanto, foi garantida a fidedignidade a problemática de estudo, assim como, os objetivos traçados. Tais modificações perpassaram pelas alterações de termos e palavras previamente esboçadas.

Ademais, esta pesquisa possui o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) 99015318.6.0000.0055, aprovado pelo parecer n. 2.978.072 passou por alterações na temática proposta inicialmente, havendo alterações nas categorias de análises. Manteve-se a questão norteadora em articulação com os conteúdos que atendem a proposta da pesquisa. Essas alterações foram tomadas a partir das sugestões da orientadora, leituras e reflexões feitas nas disciplinas cursadas, bem como, constatações do campo empírico.

## 1.2 PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO

Nesse período de cerca de vinte e sete anos trabalhando na educação foi possível observar um elevado número de mulheres que são mães e assumem a prostituição como condição de sobrevivência. Assim, ouvir sobre as vivências dessas mulheres que se evidenciam em especificidades de vulnerabilidade social, pobreza, desemprego e baixa escolaridade assume uma relação de proximidade com a história de vida da pesquisadora.

Nessa perspectiva, reflete-se sobre as expressões “filho de puta”, “mulher da vida”, “mulher de vida fácil”, “prostituta”, “puta” e “garota de programa” a fim de traduzir os enfrentamentos, saberes e vivências das mulheres que assumem a prostituição como trabalho. Contesta-se tais denominações, sobretudo a expressão “mulher de vida fácil”.

Portanto, a intenção de investigar esse tema é compreender como os marcadores sociais estão presentes no cotidiano das mulheres que se prostituem. Quanto à imagem da sua mãe, aparece enquanto memórias em tempo que recebia em sua casa “essas mulheres” – as prostitutas e mantinham uma relação próxima, um contato com as crianças “os irmãos”. A partir dessas relações, as famílias interagiam e quando se vai ao passado, recorre-se as palavras de Santo Agostinho “encontro a mim mesmo”<sup>3</sup> pelo olhar de mãe e da infância com as prostitutas.

Conforme Rago (1985. p. 85), essas casas são vistas como ameaça à ordem familiar - o “mal”, “risco” e “perigo”<sup>4</sup> para a sociedade. Não somente as mulheres ditas de “vida fácil” foram e ainda são discriminadas e rotuladas de prostitutas. Esta classificação atinge muitas que, mais visivelmente nos dias atuais, não dependem ou vivem fora do domínio ou companhia masculina. Aquelas que saem dos seus lares, lugar restrito para a família e vão para as ruas na busca por seus espaços, para construir as suas próprias identidades, em busca da sua liberdade e autonomia pessoal e profissional sofrem preconceito e discriminação.

---

<sup>3</sup>Expressão utilizada na obra de Agostinho (PESSANHA, 1999).

<sup>4</sup>Expressões usadas por Margareth Rago (1985) designam a prostituta como a mulher sensual, pecadora, associando-a à figura do mal, do pecado e de Eva, razão da perdição do homem.

### 1.3. JUSTIFICATIVA

Recorrendo às memórias, a história de vida da pesquisadora se sustenta nas lembranças de infância e parte da adolescência, em períodos que remetem às vivências familiares demarcadas pelas presenças de mulheres que se prostituíam na chamada “casa noturna”,<sup>5</sup> espaço existente nas proximidades das ditas “casa de família”<sup>6</sup>, haja vista que seu pai tinha um bordel que era visto como negócio.

Ao crescer, portanto em mediações da prostituição e, nesse contexto, surge a “figura” materna, oriunda de uma família patriarcal e conservadora, a “boa dona de casa”, “a mãe ideal”, a mulher mãe de oito filhos que durante período de seu casamento manteve relações próximas com as prostitutas. “Negócios” – termo que a pesquisadora dessa pesquisa se apropriou a partir do discurso de seu pai para se remeter às noites daquela localidade<sup>7</sup> que se configuravam em silêncios dentro de casa e, lá fora, embora, um espaço rural, haviam sinais de movimento e diversão que se seguia até o amanhecer.

Portas se fechavam, luzes se apagavam, era sua mãe, cuidando da família e dos filhos, enquanto o seu pai, poucas lembranças - aparece adotando postura séria e silenciosa – refere-se a uma dicotomia vivida em uma parte da vida. Nesse espelho da memória, memoriza-se o reflexo de sua mãe, dona Zélia, que a ela cabia zelar e cuidar dos filhos, ser a “boa mãe”, “a dona do lar”. E assim, a família seguia direcionada pela figura do pai que, com seriedade assumia o papel de “chefe de família”, conduzindo a dinâmica familiar entre a vida noturna e a figura do “bom pai” e “o homem de família”.

Após essas lembranças da infância chega-se ao contexto atual e as inquietações, prosseguem, inicialmente acerca da temática em questão surgem da atuação enquanto professora, coordenadora pedagógica e gestora da educação básica no município de Jaguaquara, Bahia ao lidar diariamente com as mães de alunos, que são prostitutas para

---

<sup>5</sup>De acordo com o dicionário Houaiss da língua portuguesa (2001), casa noturna significa bordel, cabaré, casa de prostituição.

<sup>6</sup>Compreende-se como lar onde habita pessoas que tem parentesco, constituindo assim, uma moradia familiar. Tradução livre.

<sup>7</sup> Povoamento da Zona Rural, localizado às margens da BR 116 no município de Itatim Bahia – Localidade onde a pesquisadora nasceu e passou sua infância e início da adolescência. Tradução Livre.

garantir a eles o sustento. Nesse contexto, muitas discussões e expressões como “filho de puta” são ouvidas e ditas no espaço escolar, no qual a pesquisadora está inserida desde 1993.

A condição de ser professora e gestora da Educação Básica, onde os filhos dessas mulheres estudam, levou a pressupor de que elas são mães presentes e assumem diante da sociedade a prostituição como trabalho e sobrevivência. A escolha das colaboradoras suscitou da aproximação devido à relação mantida por meio da escola e da comunidade. Em seguida, foi fundamental a realização de encontros eventuais nos pontos de bares, postos e estabelecimentos que elas frequentam, isso possibilitou diálogos iniciais não formais.

Para Pollak (1989), a memória e a identidade são valores disputados em conflitos que opõem grupos políticos diversos, em que se pode verificar litígios ligados à herança, não apenas no sentido material, mas, sobretudo os ligados ao sentido moral dos valores familiares. A pesquisa é vista como uma relação entre sujeitos, portanto dialógica - na qual a pesquisadora é parte integrante do processo investigativo.

Os estudos realizados no curso de Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade apontam novos caminhos de investigação, considerando a necessidade de contextualizar a pesquisa no âmbito das relações étnicas e nas questões de gênero, entendendo assim que pensar sobre a prostituição, a família e a escola exige um olhar sobre os diversos aspectos e contextos da realidade.

#### 1.4. QUESTÕES GERADORAS DA INVESTIGAÇÃO

Pensar nos diferentes contextos e espaços exige um olhar acerca das vulnerabilidades sociais existente na sociedade e, especificamente, neste contexto onde as mudanças ocorridas nas instituições sociais, nas relações de gênero e entre os indivíduos são constantes. Nesse cenário, como conceber a prostituição? O que é ser mãe e prostituta ao mesmo tempo? Como essas mulheres lidam com essas práticas?

Diante disso, questiona-se: como é ser vista como garota de programa ou mesmo prostituta? Quais os conflitos e lutas? Mediante o exposto, a preocupação

dessa pesquisa, por se desenvolver a partir dos dados expostos pelas mulheres que se prostituem, apresenta como questão norteadora: De que maneira as garotas de programa no KM 43 enunciam e lidam com suas identidades no contexto família, escola e trabalho?

## 1.5. OBJETIVOS

### 1.5.1. Geral

Analisar de que maneira as garotas de programa no KM 43 enunciam e lidam com suas identidades no contexto família, escola e trabalho, vivendo em situação de prostituição sob o prisma da construção da identidade étnica de mulheres que se confrontam com outras pessoas em um embate identitário e na dinâmica que se estabelece entre grupos e lugares

### 1.5.2. Específicos

- 1) Identificar a inserção das mulheres na prostituição em diferentes contextos e espaços;
- 2) Elucidar a trajetória de vida das garotas de programa;
- 3) Analisar, a partir das narrativas, como essas mulheres se percebem etnicamente, identificando os marcadores inseridos entre família, escola e prostituição.

## 1.6. HIPÓTESES/PRESSUPOSTOS

No caso dessa pesquisa, pressupõe-se que as mulheres, julgadas pelo senso comum, como mulheres de “vida fácil” – prostitutas no Km 43/ Distrito Stela Câmara

Dubois<sup>8</sup>– Jaguaquara Bahia, são mulheres que trabalham para sustentarem seus filhos. Elas se corporificam nas suas histórias, que têm pontos e razões que convergem para a luta pela sobrevivência, perpassando situações de pobreza, desemprego, formação precária, falta de oportunidades na vida, abandono, preconceito, vulnerabilidade social e violências em uma sociedade desigual e perversa.

A investigação se insere na área de concentração em Relações Étnicas, com inserção na linha de pesquisa n. 2: etnia, gênero e diversidade sexual com intuito de responder a questão norteadora e os objetivos propostos, se estabeleceu pressupostos tais como: 1) As identidades das garotas de programa se anunciam no contexto entre família, escola e trabalho, são evidenciadas por práticas de lutas cotidianas e tentativas de silenciamentos e 2) Os marcadores sociais e de gênero produzem e reproduzem identidades da diferença.

---

<sup>8</sup>Reconhecido legalmente através do decreto n. 076/99 de 14 de setembro de 1999 como Distrito Stela Câmara Dubois – Jaguaquara Bahia.

## **CAPÍTULO II - MARCO TEÓRICO**



## 2. A PROSTITUIÇÃO NOS DIFERENTES CONTEXTOS E ESPAÇOS SOCIAIS

As práticas da prostituição são consideradas como um desvio que se fundamenta em espaços estigmatizados pela sociedade, caminhos tortuosos de agentes. Observa-se que a prostituta foi, por muito tempo, rotulada como degenerada, decaída, mulher sexualmente doente, devendo assim, ser afastada da convivência das “boas famílias” e pagar um alto preço por sua condição social.

No século XIX, foi o mais conturbado na história da prostituição brasileira, pois a mulher sai da clandestinidade e da obscuridade vivida nos séculos anteriores, para ganhar as ruas e tenta se igualar à prostituta francesa na sua forma de pensar e agir. O discurso burguês era centrado na dessexualização das mulheres, ou seja, na representação santificada da mãe, esposa, dona-de-casa, ordeira e higiênica.

Rago (1985) explica que o sexo, a partir do século XIX, está ligado à procriação e o direito ao prazer na relação sexual era reservado aos homens, enquanto as mulheres deveriam manter a castidade, mesmo após o casamento. Aquelas destinadas ao casamento e à maternidade não podiam procurar prazer nas relações sexuais e a ideia de orgasmo feminino era escandalosa. Como justificativa aos desvios matrimoniais dos homens, ainda segundo a autora, a concepção da época, por meio da influência médica exercida quase que exclusivamente por homens e alicerçada nos interesses masculinos tentava comprovar que estes têm um desejo sexual mais forte do que as mulheres, devido à constituição biológica, o que justificava a procura pelas prostitutas, reafirmando, deste modo, a virilidade masculina.

Em uma época em que havia nos homens a necessidade de firmar sua virilidade e, ao mesmo tempo, se mostrarem dignos das esposas consideradas santas, as prostitutas habitavam seus imaginários. Muitos deles criaram um falso moralismo para disfarçar suas idas aos bordéis. Era comum encontrar nesses homens pensamentos estereotipados sobre as prostitutas que permeavam o imaginário social.

Mulheres de má vida, meretrizes insubmissas, impuras, insignificantes, o que fazer com essas loucas que recusam o aconchego do casamento, que negam a importância do lar e preferem circular enfeitadas pelas ruas, desnudando

partes íntimas do corpo, exalando perfumes fortes e extravagantes, provocando tumultos e escândalos, subversivas que rejeitam o mundo edificante do trabalho, surdas aos discursos moralizantes e que perseguem a todo custo a satisfação do prazer? (RAGO, 1985, p. 85).

Na tentativa da sociedade em desmoralizar as prostitutas, conforme a autora, estas se tornaram modelo de mulheres mundanas com as seguintes características: símbolos da perdição e da monstruosidade, que vivem em função da satisfação de seus desejos libidinosos e devassos, preguiçosas, mentirosas, depravadas, simpáticas ao álcool, despreocupadas com o futuro, com apetites sexuais exaltados, burras, ignorantes, levianas inconstantes e instáveis física e espiritualmente.

Segundo Rago (1991), havia outra parcela da sociedade que tentava suavizar a condição das prostitutas, afirmando que estas eram providas de sentimentos de caridade não somente para com as colegas como para os próximos, pois estão sempre dispostas a se socorrerem nas horas difíceis, e também são caridosas quando encontram pessoas infelizes e carentes. Envoltas por este misto de sentimentos da sociedade da época, a vida das prostitutas se torna cada vez mais pública e discriminada.

Desse modo, em virtude da especificidade de sua importância e contrariando uma parcela da sociedade, a prostituição, mesmo assim, atingiu seu ápice no período da Belle Époque<sup>9</sup>. De acordo com Rago (1991), por conta da vinda de meretrizes francesas ao Brasil, no final do século XIX, o papel da prostituta ganhou ares renovados. A figura monstruosa cedeu espaço para a figura necessária, pois ela cumpria um dos objetivos da época, que era preparar o jovem burguês para o casamento com moças recatadas da sociedade.

Dessa maneira, a *Belle Époque* francesa foi admirada em muitas partes do mundo e vista por alguns como época de prostituição de luxo, não apenas pelo desfoque pecaminoso do sexo, mas também pelo glamour e pela cultura francesa, que abria, a cada dia, mais espaço para a mulher na sociedade. Nesse contexto de profundas mudanças culturais, sociais e políticas, pode-se mencionar a obra Hilda

---

<sup>9</sup>*Belle Époque* é normalmente compreendida como um momento na trajetória histórica francesa que teve seu início no final do século XIX, mais ou menos por volta de 1880, e se estendeu até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914. Mas, na verdade, não é possível demarcar tão rigorosamente seus limites, uma vez que ela é mais um estado espiritual do que algo mais preciso e concreto. Disponível em: <http://www.infoescola.com/artes/belle-epoque/>. Acesso em 14 fev. 2019.

Furção<sup>10</sup> de Roberto Drummond, publicada em 1991, que simboliza a mudança, a revolução, a liberdade de expressão e de comportamento através da personagem Hilda. Valores agregados a ela se fazem presentes nas várias conquistas ou acontecimentos que surgem ao longo do romance que narra, através de episódios da vida da referida personagem, acontecimentos da história do Brasil na passagem dos anos 1950 e início dos anos 1960, passagem essa que marca uma mudança que vai da suposta ideia de democracia para um momento assinalado pelo autoritarismo da Ditadura Militar.

A interpretação que se dá ao fenômeno da prostituição é, de fato, cultural. Cada povo tem a sua maneira de compreender e de organizar a comercialização do objeto corpo e atribuir a ele um determinado valor. No Ocidente cristão, por exemplo, a prostituição era mais estigmatizada, mas nem por isto deixou de se expandir e acompanhar o desenvolvimento das cidades, principalmente a partir do século XVIII.

Michelle Perrot (2013) destaca que Londres e Paris eram capitais da prostituição e a divulgação de números exorbitantes de prostitutas chegava a ser fantasioso, mais de 50 delas em Paris. A autora explicita um fato curioso na história das meretrizes francesas: em 1789, elas realizaram um desfile na capital reivindicando não somente a liberdade de circulação, mas também o reconhecimento de seus direitos de cidadãs. Elas não obtiveram êxito nas suas ações e o que mais temiam aconteceu: o medo da sífilis<sup>11</sup> levou a realizar uma completa reorganização da regulamentação da prostituição a partir do olhar de profissionais da área da saúde.

De acordo com a autora, começava nesse período uma perseguição às prostitutas, as quais foram divididas em duas categorias: as “de carteira”, que estavam autorizadas a trabalhar por terem sido submetidas ao controle médico, e as “da clandestinidade”, mulheres perseguidas constantemente pela polícia local e, sendo pegas, eram submetidas a exame médico, tornando-se prisioneiras em abrigos femininos. A sífilis se prolifera significativamente com a implantação do bordel.

---

<sup>10</sup> Romance brasileiro que denuncia a problematização das relações humanas expressam sentimentos como sofrimento, medo, angústia, solidão, agonia, falta de perspectiva em relação ao futuro, ânsia por uma vida melhor. Tradução livre.

<sup>11</sup> O Ministério da Saúde é uma Infecção Sexualmente Transmissível (IST) curável e exclusiva do ser humano, causada pela bactéria *Treponema pallidum* disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/o-que-sao-ist/sifilis>. Acesso em: 14 set. 2018.

Sinônimo de “rendez-vous”<sup>12</sup>, o bordel abrigava o prazer efêmero e pago, era o lugar dos prazeres sigilosos, das fantasias eróticas inconfessáveis, onde os desejos libidinosos mais ocultos poderiam ser realizados secretamente, pois prazer e instituição não podem dialogar nesse espaço de convenções e repressões chamado de “boa sociedade” (DEL PRIORE, 2011, p. 87).

Encenava o simulacro do eterno desejo, o espetáculo de uma transgressão protegida e controlada, considerado por uns uma fábrica de fantasias eróticas e por outros uma cloaca onde se despejavam imundícies (DEL PRIORE, 2011, p. 84 - 85). Para a autora, simulacro eterno e tão sonhado estado de liberdade que estava distante do arquétipo de prostituta francesa, onde a prostituição era um comércio em expansão e liberdade, assim como em tantas partes do mundo, oferecia-se serviços em uma diversidade de oferta: nas casas de *rendez-vous*, os clientes encontram mulheres mais refinadas, enquanto nos prostíbulos elas instrumentalizam o corpo em poucos minutos.

De acordo com Perrot (2013, p.79), o número de mulheres que se prostituem nas últimas três décadas do século XIX é intensificado com o “tráfico de escravas brancas”, polonesas e de guetos judeus, oriundas das zonas pobre da Europa central. Segundo a autora, se na França no final do século XIX a escravidão e a miséria eram vistas como as causas da prostituição, no Brasil do século XX, a conduta dos homens que almejam o maior número possível de mulheres de fácil acesso sexual, a necessidade de sobrevivência delas economicamente fracas, as condições econômicas adversas, acompanhadas pela falta de qualificação para o trabalho e pelo desejo da riqueza e melhores condições de vida as conduzem à prostituição.

Então este fenômeno é visto como a prática consciente da negociação e troca do corpo por dinheiro ou por outra compensação financeira e/ou material, com a possibilidade de infinitos parceiros e de experiências sexuais diversas. O sexo é, nesse contexto, compreendido como mercadoria e o corpo como moeda de troca a partir dos interesses que estão em questão, que é inclusive das mulheres, mas também dos homens como consumidores, agenciadores e familiares.

---

<sup>12</sup>Termo de origem francesa que significa lugar de encontro, ponto de reunião, disponível em: <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/frances-portugues/rendez-vous>>. Acesso em: 18 fev. 2019.

A prostituição é uma prática complexa e milenar e considerada por muitas delas como exploração do corpo que se sustenta pela compensação financeira ou material. Assim, há um contínuo processo de intercâmbios econômicos e sexuais entre homens e mulheres que se configura como um traço recorrente da organização social em distintas culturas no decorrer da história. Compreendida como uma instituição que regula as relações sociais de sexo, a prostituição é tema controverso e de controle, divide opiniões das feministas e das autoridades, principalmente quando se observa que as prostitutas sofrem estigmatização e discriminação.

A prostituição configura-se atualmente como uma instância marginalizada da sociedade, mas recebe novos significados culturais, levanta discussões, sobretudo quanto a sua regularização como uma profissão. No caso do Brasil, as políticas públicas voltadas à prostituição começaram a mudar a partir da década de 1990, inaugurando um período de incorporação de novos elementos, perspectivas e sujeitos no debate sobre o tema com referência aos direitos e deveres das pessoas que exerciam a atividade.

Perrot (2013) evidencia que no século XVII as feministas se posicionavam contra a prostituição, considerando-a símbolo da exploração. Além disso, surgiram obras de proteção às mulheres para prevenir essa prática nos lugares de aliciamento, sobretudo nas estações de trem onde desembarcavam jovens migrantes advindas do interior. A pesquisadora comenta que Josephine Butler e as anglo-americanas preconizavam o abolicionismo radical, enquanto na França, Émilie de Morsier, de origem suíça, criou a associação das “Libérées de Saint-Lazare” – Libertas de São Lázaro -, local de apoio à anti prostituição.

Conforme Perrot (2013), posicionamento divergente tinham as feministas do século XVIII. Elas apoiaram os movimentos de prostitutas, reivindicando o reconhecimento da prostituição como uma profissão e, conseqüentemente, as garantias do seguro social, fato que é visto pelos abolicionistas como um incentivo à comercialização do corpo. A autora afirma que atualmente as feministas continuam divididas na forma de encarar a prostituição: de um lado, estão aquelas que enxergam a prostituição como a suprema alienação do corpo feminino, rejeitando-a como profissão; do outro lado, estão aquelas que defendem o direito da mulher utilizar o corpo com fins lucrativos, ou seja, vendê-lo se desejar.

A temática da prostituição não é nova, mas sempre permanece atual em decorrência de sua relevância e atenção que desperta da sociedade. São poucos os temas que provocam tantas e diversas opiniões como o da prostituição. E entremeio a um turbilhão de prós e contras, alimenta-se o desejo de se compreender as vicissitudes de uma das “profissões mais velhas do mundo”. Nesse aspecto, reflete sobre a prostituição como um sistema.

A prostituição é um sistema antigo e quase universal, mas organizado de maneira diferente e diversamente considerado, com status diferentes e diferentes hierarquia internas. A reprovação da sociedade é bastante diversa. Depende do valor dado à virgindade e da importância atribuída à sexualidade. As civilizações antigas ou orientais não têm a mesma atitude que a civilização cristã, para a qual a carne é a sede da infelicidade e a fornicção é o maior pecado (PERROT, 2013, p. 77).

A prostituição é representada pelas “práticas licenciosas que contrariavam a exclusividade sexual imposta pela ordem, tanto quanto encontros, brincadeiras e jogos que ocorriam nos cabarés e “pensões alegres” da cidade que constituíam um espaço importante de interações sociais” (RAGO, 1991, p. 168). Segundo a autora, a prostituta é compreendida como símbolo da modernidade não somente pela libertação dos costumes, mas, sobretudo, pela multiplicação das práticas eróticas e sexuais e pela desconexão com os vínculos sociais tradicionais. A prostituição feminina atrai homens em busca do prazer sexual, tornando-se “um efeito, produto de um meio que beneficia a muitos setores sociais envolvidos, especialmente os homens, que, aliás, jamais foram objetos de problematização ou de ataques quando se tratou dessa experiência” (RAGO, 1991, p. 14).

Há de se pensar que a sociedade em geral analisa a prostituição a partir da perspectiva moralista da dominação masculina, mas justifica sua existência considerando-a um “mal necessário”. A prostituição assume, nesse caso, a função social de satisfazer a “necessidade biológica” do homem libidinoso. Segundo Rago (1991) estigmatizam-se as prostitutas como vilãs que atentam contra as família “estruturadas” e são acusadas de colocar em risco a honra e os “valores” da sociedade.

Perrot (2013) aponta que uma das evidências históricas das transformações sociais e políticas no campo da prostituição foram as primeiras iniciativas de movimentos organizacionais coletivos das prostitutas em meados da década de 1970. Dentre tais movimentos o que teve maior visibilidade aconteceu na França, com a

ocupação da Igreja de Saint-Nizier<sup>13</sup> por um número bastante expressivo de prostitutas que trabalhavam na cidade.

Evidencia-se a proliferação do discurso dessas prostitutas, as quais puderam contar com o apoio de associações beneficentes e algumas feministas que buscavam denunciar o assassinato de colegas e protestar contra a intensiva repressão policial praticada contra aquelas que exerciam a prostituição.

Estas mulheres sofriam com as brutalidades policiais e, quando se recusavam ao pagamento de multas, estariam submetidas à prisão em caso de reincidência e, aquelas que eram mães poderiam perder a guarda de seus filhos. “Nossos filhos não querem suas mães na prisão [...] Nós somos mães falando com vocês. Mulheres tentando criar seus filhos sozinhas, o melhor que podem, e que atualmente estão com muito medo de perdê-los” (ROBERTS, 1998, p. 405).

Vale ressaltar que foi usando a estratégia de se sustentar na identidade de mãe que as prostitutas alcançaram visibilidade neste primeiro momento, de maneira que as manifestações e questionamentos das hierarquias e identidades sociais foram ganhando simpatia e apoio da sociedade francesa.

Conforme Beauvoir (1980, p. 376) “a prostituta é um bode expiatório; o homem descarrega nela sua torpeza e a renega, [...] a prostituta não tem direitos de uma pessoa, nela se resumem, ao mesmo tempo, todas as figuras da escravidão feminina”. Assim, a prostituição é -se resultado de relações sociais hierárquicas de poder; como resultado igualmente de uma situação moral invertida; como objetificação total da mulher nas instâncias sexual e econômica submetida à ordem masculina; como instituição partícipe do funcionamento do sistema patriarcal; como uma forma trabalho.

Prostituição é um trabalho “penoso onde a mulher oprimida sexualmente e economicamente, submetida ao arbítrio da polícia, à uma humilhante vigilância médica, aos caprichos dos clientes, destinada aos micróbios e à doença, é realmente

---

<sup>13</sup>No dia 2 de junho de 1975, mais de 100 prostitutas ocuparam a igreja de Saint-Nizier, em Lyon, na França. Elas protestavam contra a discriminação, as suas condições precárias de vida e de trabalho e a sua exploração. O movimento também contestava contra as multas, detenções e assassinatos de colegas. As prostitutas de Lyon (França) entraram para a história. Este movimento considerado como ponto de partida, ficou reconhecido como o Dia Internacional da Prostituta. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Dia\\_Internacional\\_da\\_Prostituta](https://pt.wikipedia.org/wiki/Dia_Internacional_da_Prostituta) Acesso em 19 fev. 2019.

submetida ao nível de uma coisa (BEAUVOIR, 1980, p. 389). Segundo a autora, a mulher em condição sexualmente e economicamente oprimida se encontra em estado de humilhação em um sistema patriarcal mantido pelas relações sociais hierárquicas de poder, “a maior parte das prostitutas estão moralmente adaptadas à sua condição” (p. 388).

Conforme Rodrigues (2009), na concepção concebida como um “mal necessário”, a prostituição é vista como “a profissão mais antiga do mundo” uma forma de naturalizar esse exercício e reafirmar o domínio dos homens sobre as mulheres, enfatizando que os corpos femininos sempre estiveram à disposição dos seus consumidores, os homens. Nesse entendimento, a prostituição é considerada como desvio de pessoas doentes que não se adequam ao padrão e normas vigentes que, para os moralistas, se consolida para atender ao prazer masculino, uma vez que nessa cultura o sexo não é desonra para o homem.

Condenada e aceita ao mesmo tempo, a prostituição cumpria diferentes funções socializadoras, que só podem ser apreendidas se escaparmos aos parâmetros conceituais dominantes e apreendermos sua positividade. Ao agrupar os indivíduos através de redes subterrâneas de convivência e solidariedade, apresentava-se como um território que viabilizava a experiência de relacionamentos multifacetados e plurais, num contexto de distensão (RAGO, 1991, p. 168).

É evidente o fato de que ocorreram muitas mudanças sociais relativas ao campo da sexualidade. A repercussão destas modificações são notórias acerca dos significados tradicionais da prostituição que se mantém ligada como atividade diretamente relacionada ao sexo. Recentemente, os estereótipos indicam a função social da prática prostitucional, como por exemplo, a clássica representação da prostituição como “mal necessário,” se tornaram quase distante da realidade atual.

Rago (1991, p.172) propõe contestar também a ideia da prostituição como “a mais velha profissão do mundo”, sob a alegação de que esta concepção “favorece a naturalização de um fenômeno que é histórico e não um fenômeno necessário e insolúvel”. Nessa expectativa, as reflexões sobre prostituição demandam pensar os estilos de vida das prostitutas, de forma a haver um deslocamento dessas discussões do eixo moralista para um campo mais amplo que seja permeado pelas questões políticas, sociais e étnicas em defesa dos direitos humanos.

Contudo, embora, tenham ocorrido transformações e avanços em torno da prostituição ainda são explícitos os elementos ligados à dominação de gênero,



violência e estigmatização. Goffman (2004) menciona que estas marcas estão ligadas a etnia, corpo, situação social desenvolvendo estigmas.

Em primeiro lugar, há as abominações do corpo – as várias deformidades físicas. Em segundo lugar, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família (GOFFMAN, 2004, p.14).

A identidade existe sempre em relação à outra. Quer dizer, existe uma relação dialética entre identidade e reconhecimento social que se dá a partir dessas construções que podem ser positivas ou negativas, as quais designam determinados comportamentos dos sujeitos.

Assim, repleta de violências e estigmas, a prostituição se assemelha a uma atividade que outorga elementos arcaicos de uma moral sexual civilizada. A reflexão sobre prostituição exige novos olhares que vão além dos discursos sobre sexualidade decorrentes da chamada “revolução sexual”.

## 2.1 PROSTITUIÇÃO: ENTRE DESAFIOS E SUPERAÇÕES

Constata-se no decorrer da história que, de uma forma geral, as prostitutas têm as marcas da ausência de estudo e situação de pobreza, além de revelar laços familiares rompidos e a condição de vida atrelada à experiências preconceituosas e discriminatórias. As mulheres são violentadas pelo discurso da masculinidade hegemônica, o qual reproduz a lógica da dominação masculina nas instituições como família, escola e estado. Evidencia-se em suas histórias, uma infância e adolescência negada de direitos à cidadania. Nesse contexto de traumas, frustrações e humilhações elas buscam superar a dor do sofrimento e lutam pela vida.

A falta de amparo dos pais, abandono dos amantes ou maridos, ausência de oportunidades de trabalho e estudo, sedução e exploração, escravidão sexual e medo são causas elencadas por Beauvoir (1980) para a prostituição. Portanto, sob o signo do social, a existência da prostituição é posta em um contexto de violência implícita ou explícita, desmascarando “a mais antiga profissão do mundo”.

Sempre houve entre a prostituição e arte uma passagem incerta, pelo fato que se associa de forma equívoca, beleza e voluptuosidade [...] sirvo-me da palavra 'hetaïra' para designar todas as mulheres que tratam, não somente seus corpos, mas sua personalidade inteira como um capital à explorar (BEAUVOIR, 1980, p. 390).

Beauvoir (1980) desnaturaliza a prostituição e sinaliza para um sistema de poder/saber e violência, que conduz a um número elevado de mulheres à prostituição; analisa as vedettes como “grandes” prostitutas, que optam por esta condição para melhor se promover. Assim, é uma decisão de carreira e, neste contexto, a profissão passa pelo corpo, vigor e ou barreira, mas sempre intermediário: a mulher é seu corpo.

Paradoxalmente, as mulheres que exploram ao extremo sua feminitude criam uma situação quase igual à de um homem; a partir deste sexo que as dá aos machos como objetos, elas se reencontram sujeitos. [...] o dinheiro tem um papel purificador [...] fazer o homem pagar [...] é transformá-lo em instrumento [...] a posse sexual é ilusória, é ela que o possui no terreno mais sólido da economia (BEAUVOIR, 1980, p. 393).

Assim, nas várias maneiras de entender a complexidade das interações humanas o gênero assume mecanismo de decodificação de várias formas de interações. Scott (1992) ressalta quanto à questão de gênero que com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, o gênero se tornou um termo particularmente útil, porque oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens, pensado simetricamente o lugar de fala delas durante a história da humanidade que foi de lugar da subalternidade, subserviência e, em contrapartida, os homens assumiram um lugar privilegiado.

Gênero é uma categoria útil de análise histórica, por induzir a compreensão de homens e mulheres em termos relacionais. É um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos; é o primeiro modo de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1992, p. 75).

Com base nessa explanação, compreende-se gênero como um elemento constitutivo das relações sociais fundamentado nas diferenças percebidas entre os sexos, é uma forma primária de dar significado às relações de poder; um campo primitivo dentro do qual ou por meio do qual se articula o poder.

Butler (1999, p. 155) argumenta que a formação do sujeito através do imperativo heterossexual exige a produção simultânea de um domínio de seres abjetos que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito. O objeto se refere às zonas inabitáveis da vida social.

Densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do “inabitável” é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito. [...] Neste sentido, pois, o sujeito é constituído através da força da exclusão e da abjeção, uma força que produz um exterior constitutivo relativamente ao sujeito, um exterior abjeto que está, afinal, “dentro” do sujeito, como seu próprio repúdio fundante (BUTLER, 1999, p.155 -156).

Nesse sentido, a transgressão dos papéis problematiza a natureza biológica de homens e de mulheres, tem um discurso que leva à manutenção da tal ordem compulsória que inscreve o sexo e as diferenças sexuais fora do campo do social. Desconstruir essa norma de caráter social de estruturas que parecem naturalizadas, de acordo Butler (2003), é uma questão de gênero, já que este é um ato intencional, um gesto performativo que produz significados.

Segundo a autora, essa manutenção da ordem se dá pela repetição de atos, gestos e signos do âmbito cultural, que reforçam a construção dos corpos masculinos e femininos tais como são visualizados atualmente. Deste ponto, para Butler (2003), ao abordar tal performance não se trata de pensar a política a partir de referenciais transcendentais, mas de situar temporalmente e de modo imanente o caráter temporal.

Como em outros dramas sociais rituais, a ação do gênero requer uma performance repetida. Essa repetição é a um só tempo reencenação e nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente; e também é a forma mundana e ritualizada de sua legitimação. Embora existam corpos individuais que encenam essas significações estilizando-se em forma do gênero, essa “ação” é uma ação pública. Essas ações tem dimensões temporais e coletivas, e seu caráter público não deixa de ter consequência (BUTLER, 2003, p. 200).

Os rituais de drama social visam ajustar conflitos internos dentro da cultura e renovar a coesão social (BUTLER, 2003, p. 277). Não se trata da repetição como mera manifestação “individual”. Ainda, a ênfase no caráter público da repetição, para a autora, não significa o mero corte do público e privado, mas o caráter de exposição e compartilhamento pelo qual deve ser compreendida as relações de poder pela repetição.

Uma série de mudanças sociais, econômicas e culturais oriundas do processo de industrialização marcam efetivamente o discurso contemporâneo sobre a sexualidade. Com o capitalismo e ascensão da classe burguesa há uma crescente concentração urbana que contribui para intensas transformações, tanto nas relações sociais e econômicas como no que diz respeito às organizações familiares, bem como as relações afetivas e sexuais.

Assim, a força que estas relações estão nas representações e comportamentos dos sujeitos sociais produzem discurso de poder que legitima identidades que aprisionam, mas também afirmam grupo coletivo porque quem precisa afirmar a identidade é o subalterno.

As mudanças da sociedade contemporânea afetadas determinantemente pela expansão do capitalismo com seus modos de produção e com o desenvolvimento das classes médias, sobretudo na Europa, foram alicerçadas pelas expressões do processo de proliferação do discurso e reafirmação das sexualidades heterogêneas que eclodiram a partir da década de 60 do século XX com o surgimento dos movimentos sociais.

Esses movimentos, embora, não romperam totalmente com a lógica e mecanismos do saber/poder que consiste em “estratégias de relações de força, sustentando tipos de saberes e sendo por eles sustentadas” (FOUCAULT, 1979, p. 246) pelo “dispositivo de sexualidade, razão de ser, proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global” (FOUCAULT, 2011, p.118).

Conforme Foucault (1979), um dispositivo é sempre um dispositivo de poder, que opera em um determinado campo e se desvela pela articulação que engendra de uma multiplicidade de elementos, pela relação de poder que entre eles se estabelece. O dispositivo expressa, ainda, um objetivo estratégico que atende a uma urgência histórica. Entende que um dispositivo corresponde a “um tipo de formação que, em determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante” (FOUCAULT, 1979, p. 244).

Em cada momento da história a dominação se fixa em um ritual; ela impõe obrigações e direitos; ela constitui cuidadosos procedimentos. Ela estabelece marcas, grava lembranças nas coisas e até nos corpos; ela se torna responsável pelas dívidas (FOUCAULT, 1979, p. 25).

Engessados pelo dispositivo de sexualidade, os movimentos sociais e feministas anunciaram a desconstrução dos pilares da moral sexual colocada em prática pela sociedade burguesa a partir do século XIX. Nesse período, países europeus, a exemplo da França, vivenciaram manifestações que mantinham em seu discurso questionamentos sobre as formas vigentes de organização social, política e cultural. Nesse cenário, dispositivos que atuaram no interior de uma visão capitalista

que, distante de reprimir o sexo, incentivou a produção de discurso acerca da sexualidade, estabeleceu códigos e reproduziu suas expressões sobre a sexualidade.

A sociedade “burguesa” e, sem dúvida, a nossa, ainda, é uma sociedade de perversão explosiva e fragmentada. Isso, não de maneira hipócrita, pois nada foi mais manifesto e prolixo, nem mais abertamente assumido pelos discursos e instituições. Não porque, ao querer erguer uma barreira demasiado rigorosa ou geral contra a sexualidade tivesse, a contragosto, possibilitado toda uma germinação perversa e uma séria patologia do instinto sexual. Trata-se, antes de mais nada, do tipo de poder que se exerceu sobre o corpo e sobre o sexo, um poder que, justamente, não tem a forma da lei nem os efeitos da interdição [...]. Não fixa fronteiras para a sexualidade, provoca suas diversas formas, seguindo-as através de linhas de penetração infinitas (FOUCAULT, 2011, p. 101).

No contexto de movimentos marcados por críticas, discussões e reivindicações prevalece a busca incessante que em torno da liberação dos costumes, do direito ao prazer e à diferença, da não discriminação e do reconhecimento da diversidade e das minorias sexuais “não é simplesmente a questão de o que é uma mulher própria ou imprópria, mas o que não é absolutamente concebível como uma mulher” (BUTLER, 2002, p. 165) que na situação de prostituta ocupa um lugar que, de alguma forma, se relaciona ao lugar que a mulher ocupa dentro do binário próprio e impróprio..

Ainda não somos capazes de considerar aqueles atos e práticas e modos de vida que foram brutalmente excluídos desse mesmíssimo binário próprio e impróprio. Eles não são a pré-história benigna desse binarismo, mas sim seu violento e inominável avesso (BUTLER, 2002, p.166).

É importante atentar nesse contexto que o movimento feminista ressurgiu de maneira mais radical, torna assim, mais visível e expressivo, questiona a ordem de dominação masculina e a reivindicação de igualdade de direitos entre homens e mulheres exprimem a necessidade de mais participação delas nos espaços sociais, econômicos e políticos. Teorizar a prostituição como construída através de um processo de abjeção coloca a prostituta em um lugar além do próprio e impróprio parece ser um caminho promissor, ainda que teoricamente ousado, em direção a ações mais efetivas de enfrentamento do estigma da prostituição e seus impasses, na medida em que possibilita sair da dicotomização e lançar luz na complexidade dessa construção e entender o significado da prostituição a partir de suas práticas.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho em busca de autonomia, independência e liberdade traz uma série de ressignificados sobre a atuação delas em espaços que até então eram reservados aos homens. Nas famílias e na sociedade de modo geral, as relações entre os sexos se firmam em novas configurações. Nesse contexto, as dinâmicas familiares ganham espaços organizacionais, dá visibilidade às

famílias enredadas, monoparentais, geralmente constituídas de mulher e prole; filhos criados por terceiros em função da dupla jornada de trabalho dos pais; casais que optam por não terem filhos; famílias reconstituídas e legalização das uniões homossexuais.

As novas relações familiares se definem pela atividade sexual concentrada no desejo que é individual, o princípio de fazer/ser, que traz uma cadeia de significados pautados no prazer. Percebe-se que o exercício sexual vai se tornando cada vez mais pautado no prazer e desvinculado do modelo patriarcal de casamento monogâmico legítimo e com fins reprodutivos.

Em uma crescente desconstrução, esse modelo patriarcal está progressivamente dando lugar às configurações familiares e modalidades de laços sexuais e afetivos mais flexíveis, menos duradouros e adequados às rápidas e constantes transformações da economia capitalista. Também, os avanços das tecnologias aceleram esses processos, exercem papéis fundamentais nas mudanças relativas ao campo da sexualidade no mundo atual. Nesse contexto de mudanças, o discurso contemporâneo sobre a sexualidade se caracteriza por possibilitar uma multiplicidade de expressões que comportam desde as formas mais antigas e tradicionais de exercício da sexualidade até as formas mais modernas.

A partir desse cenário de mudanças e transformações sociais e culturais, é que a prostituição merece reflexão porque os diferentes contextos e espaços nos quais as mulheres estão inseridas se relacionam pela lógica imbricada das representações de gênero, sexo, raça/etnia e classe.

De acordo com Rodrigues (2009), o serviço de natureza sexual existe há tempos imemoráveis e até atualmente é exercido por mulheres e homens das mais diversas faixas etárias, classes sociais e religiões. Nas últimas décadas houveram movimentos no sentido de ressignificar o ato de prostituir-se, mas o estigma ainda permanece, principalmente entre os mais conservadores e fundamentalistas.

Segundo a autora, a partir da metade do século XX, assiste-se notoriamente movimentos de organizações integradas por prostitutas que reivindicam não somente os direitos sociais de cidadania, mas também o reconhecimento da prostituição, “como um trabalho como outro qualquer”, atribuído de direitos e deveres. Em se tratando de Brasil, as políticas públicas voltadas à prostituição começam a mudar a partir da

década de 1990, emergem um período de implementação de novos mecanismos. Surgem nesse contexto perspectivas e sujeitos no debate sobre a prostituição e os direitos das pessoas que exercem a atividade.

Roberts (1998) aponta que a visão da mulher prostituta está intrinsecamente ligada à sua condição social ou aos parâmetros sociais, dependendo do seu comportamento, do lugar que ela frequenta, das pessoas com quem anda e da forma como se veste as representações se uniformizam no ato de rotulações que, geralmente, são negativas.

Frente a estes fatos, a prostituição não possui uma noção única e impermeável, na verdade existem várias prostituições que desafiam a refletir acerca das mudanças no modo como a sociedade atribui significado a prostituição.

Nestas condições, o sexo revela-se como uma mercadoria (RODRIGUES, 2009) que movimenta dinheiro e é fonte de renda. Por vezes, há que se considerar, que moralistas lutam incessantemente contra a promiscuidade, pelo fato de não saberem lidar com seus desejos promíscuos. A complexidade do tema e do grupo estudado impulsiona a busca pelo fenômeno, na dimensão subjetiva, a partir do vivido e o que ele significa para quem o vive.

Seguindo as concepções de Olivar (2010), a palavra prostituição demarca vários tipos de relações que mudam de forma, tom e natureza. Entretanto, é uma imagem, uma ideia que possui estabilidade apenas no seu valor negativo no Ocidente, que envolve e constrói uma diversidade indeterminada de práticas “nem todas econômicas, nem todas sexuais” (p. 13). Sendo assim, somente é possível falar antropologicamente de prostituição se for na relação com classe, gênero, geração, raça/etnia e relacionada com sistemas amplos de parentesco, trabalho, ganho econômico, lazer, geografia urbana e de trocas afetivas, sexuais e corporais.

Conforme Piscitelli, (2005) esse mercado vem crescendo de forma rápida e rentável e pode se materializar em uma diversidade de trabalhos sexuais, abarca os desempenhados em bordéis, boates, bares, discos, saunas, linhas telefônicas eróticas, sexo virtual através da internet, casas de massagem, vídeos e revistas pornô e prostituição de rua.

Pasini (2009, p. 239) compreende a prostituição feminina como “uma atividade praticada por mulheres que estabelecem práticas sexuais com diferentes homens em

troca de um bem (o que não exclui outras formas de pagamento, como, por exemplo, refeições e/ou presentes)". De acordo com a autora, o exercício da prostituição de mulheres dá-se através de uma negociação entre o homem e a mulher sem, necessariamente, o dinheiro ser a única forma de pagamento, ou seja, diante da condição precária da prostituta, o "macho" pode comprar o sexo com alimentos e objetos, desconsiderando trocas de afeto e fidelidade. A prostituição é, nessa perspectiva, um sistema de relações, uma vez que é realizado entre duas ou mais pessoas, definidas como vendedora (prostituta) e comprador (cliente) que negociam um produto (sexo).

No que se refere à proliferação de grupos de reflexões e debates sobre a prostituição, percebe-se deslocamentos simultâneos do debate como também uma mudança de enfoque com a preocupação moral e sanitária, passa a disputar espaço com a perspectiva da cidadania e dos direitos sociais e humanos.

Mediante essa explanação, destaca-se a emergência do movimento feminista e o debate construído acerca da opressão feminina. Este se desenvolve a partir de um sistema patriarcal e remete questionamentos da naturalização da desigualdade entre os sexos. Nesse sentido, contribuiu significativamente para a formulação de novas perspectivas epistemológicas, sobretudo com os estudos de gênero, que foram elementos essenciais no processo desencadeado em prol da liberdade das mulheres.

A elaboração de novos conceitos atrelados ao modo de assimilar processo de redefinição e ressignificação das práticas e comportamentos abertos pela transformação da sexualidade no olhar da subjetividade permite novos olhares à diversidade sexual acentuada em meados do século XX, promove o pluralismo de forma que a prostituição passa a ser discutida na perspectiva de práticas ressignificadas e relocalizadas enquanto expressões da sexualidade.

Roberts (1998) sinaliza que, com o surgimento da epidemia de HIV<sup>14</sup> no final do século passado, fez com que as prostitutas voltassem ao centro das preocupações da área de saúde. A percepção inicial da epidemia, profundamente transformada ao longo dos anos, repercutiu sobre a prostituição, provocou o recrudescimento da

---

<sup>14</sup>HIV é a sigla em inglês do vírus da imunodeficiência humana. Causador da AIDS ataca o sistema imunológico, responsável por defender o organismo de doenças. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/o-que-e-hiv> Acesso em: 11 jul. 2018.



discriminação e do preconceito e, ao mesmo tempo, oportunizou a organização política do segmento.

Conforme a autora, as diferentes experiências de organização, nos âmbitos nacional e internacional, a partir da década de 1970 tiveram como questões centrais a luta contra a discriminação e a violência, inclusive policial, e a luta pelo reconhecimento da cidadania das mulheres prostitutas. Esse movimento, localizado inicialmente e com maior expressão nos Estados Unidos da América, na França e na Inglaterra, deu margem à emergência de grupos com posições diferenciadas e, eventualmente, conflitantes acerca do fenômeno e da diretriz política a ser implementada.

No Brasil, os movimentos sociais, inicialmente, adotaram a expressão “profissionais do sexo”<sup>15</sup>. Mais recentemente, algumas lideranças políticas, feministas e ativistas têm propugnado o resgate do termo “prostituta” por entenderem que a terminologia adotada, de certa forma, mascara antes que enfrentar o estigma que sempre perpassou a prostituição. Resgatar a denominação “prostituta” significa, nesse sentido, confrontar diretamente o preconceito e a discriminação, ao mesmo tempo em que valoriza as mulheres que sobrevivem da prostituição (RODRIGUES, 2009).

A autora pontua a discriminação e a violência policial, constantes no universo cotidiano das prostitutas brasileiras, em períodos anteriores e na história recente, como elementos que constituíram o impulso determinante para que surgissem as primeiras organizações. Sinaliza que em 1987 aconteceu o I Encontro Nacional de Prostitutas<sup>16</sup>, na cidade do Rio de Janeiro, movimento que serviu de estratégia para garantir o reconhecimento público da profissão e a cidadania das prostitutas. A partir daí houve a criação e a legalização de associações em diferentes estados brasileiros.

Para Rodrigues (2009), nos anos seguintes um conjunto de entidades foi criado nos diversos estados brasileiros. Essas organizações se consolidaram em torno do desenvolvimento de ações voltadas à prevenção e ao combate ao HIV/Aids, o que provocou um redimensionamento da atenção dada à questão da violência posta,

---

<sup>15</sup>A legislação trabalhista inseriu a prostituição como parte da Classificação Brasileira de Ocupações em 2003, esse acontecimento corrobora o exposto acima exposto de que nos últimos anos do século XX e nos primeiros do XXI a visão acerca da prostituição vem sofrendo pequenas, mas profundas transformações.

<sup>16</sup>Liderado por Gabriela Leite, considerada a maior ativista na luta pelo reconhecimento dos direitos das mulheres que se prostituem. Gabriela Leite criou a ONG Davida em 1992 uma das primeiras organizações sociais de apoio às prostitutas, que serviu de modelo país a fora. Tradução livre.

inicialmente, em segundo plano, embora os incidentes, envolvendo discriminação e violência policial, continuassem a acontecer. Sobre esses movimentos e organizações no Brasil, Gabriela Leite em entrevista revela.

Nós temos 32 associações de prostitutas no Brasil. Ainda não é muito, se você pensar no tanto de cidades que temos no país. Já fizemos vários encontros nacionais, temos uma lista de discussão bastante ampla – que se chama Lista Sem Vergonha –, temos um jornal, que o Flávio faz desde 1988, chamado Beijo da rua. A gente vem lutando pela questão de direitos humanos, denunciando quando acontece a violência policial, trabalhamos com prevenção de Aids com o Ministério da Saúde. Mas no último encontro nacional tomamos uma decisão: não vamos mais aplicar para projetos de Aids do Ministério da Saúde porque a gente quer trabalhar a saúde da mulher como um todo. Senão a gente continua no mesmo jogo, da moral: que prostituta só fica doente da cintura para baixo, isso é, só tem doença sexualmente transmissível (LEITE, 2018).<sup>17</sup>

O rebatimento de tais situações nas condições de saúde e de segurança das mulheres e o próprio amadurecimento das entidades foram fatores fundamentais para que a discussão sobre a violência sofrida pelas prostitutas fosse resgatada e situada no debate mais amplo acerca da dignidade e de direitos.

Esses movimentos, principalmente a partir da década de 1990, lograram trazer outros setores da sociedade para a discussão de propostas relacionadas ao campo da prostituição e influenciar na adoção de iniciativas na perspectiva do reconhecimento de direitos e da identidade das pessoas envolvidas. No campo das políticas públicas, além da área de saúde, deve-se assinalar a necessidade da abertura de diálogo com as áreas do trabalho, da justiça, do turismo e do legislativo, de maneira que haja inovações às questões da prostituição.

O tema foi colocado em pauta no Parlamento Brasileiro pela primeira vez, em fevereiro 2003, por meio da apresentação de um Projeto de Lei ao Plenário da Câmara Federal. O documento foi elaborado por um deputado filiado ao Partido dos Trabalhadores - o jornalista e deputado federal Fernando Gabeira. A proposta trata da "exigibilidade de pagamento por serviço de natureza sexual e suprime os artigos 228, 229 e 231 do Código Penal" (BRASIL, 2003b, 2007a).

Apresentado em Plenário, em fevereiro de 2003, o PL n. 98 foi objeto de uma audiência pública, na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em agosto

---

<sup>17</sup> Entrevista extraída do site <https://revistatrip.uol.com.br/trip-transformadores/gabriela-leite> Acesso em: 21 nov. 2018.

de 2003. Convocada especificamente para discuti-lo, a audiência contou com a presença de representantes de entidades feministas, da Rede Nacional de Profissionais do Sexo, universidades e representantes dos órgãos governamentais que tem trabalhado com o tema.

Em sentido contrário ao projeto do deputado carioca, o PL n. 2169/2003 tipifica o crime de contratação de serviço sexual, e inclui na mesma pena quem aceita a oferta de prestação de serviço de natureza sexual, sabendo que o serviço está sujeito à remuneração.

Nota-se que a partir do PL98/2003, novas propostas foram adotadas pelo legislativo nacional e apresentadas em assembleia, no entanto, foram arquivadas. O Projeto de Lei 4.211 (BRASIL, 2012), conhecido como “Gabriela Leite” de autoria do deputado do PSOL Jean Wyllys retoma a discussão sobre a regulamentação da prostituição com alterações no texto da PL 98/2003 e está arquivado na Câmara dos Deputados. Debates e discussões acerca da regulamentação da prostituição no Brasil não são homogêneas e, com isso, divide opiniões dos diversos grupos da sociedade.

As ações coordenadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) tem na discussão relacionadas ao estatuto do “trabalho sexual” refletirem novas tendências em relação à questão da prostituição, que emergiram no Brasil, ao longo das duas últimas do século XX. O debate contou com a participação de técnicos da área e representantes de organizações de defesa dos direitos das prostitutas, como se pode depreender das definições contempladas pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) (BRASIL, 2002).

O reconhecimento por parte do MTE da prostituição como “profissional do sexo” tendo em vista o trabalho, inovou ante o modelo tradicionalmente adotado no país para o enfrentamento da prostituição. A medida foi ao encontro da posição defendida pelo movimento de prostitutas de retirar tudo o que diz respeito à prostituição do Código Penal, tratando as questões relacionadas à atividade, na esfera da legislação trabalhista (BRASIL, 2003a, 2003b).

As ocupações do mercado brasileiro de que tratam a CBO instituída por portaria ministerial n. 397, de 9 de outubro de 2002 foram organizadas na norma aprovada em 2002, em conjuntos mais amplos que aquele da ocupação, as “famílias”, que abrangem um grupo de ocupações similares. A ocupação de “profissionais do

sexo” indexada na CBO com o número 5198-05 faz parte da família “prestador de serviço” denominado garota de programa, garoto de programa, meretriz, messalina, michê, mulher da vida, prostituta, trabalhador do sexo e inclui também a perspectiva das organizações que é inserir a discussão da prostituição no campo da cidadania, enfatizando-se em especial, a questão da atividade referir-se a direitos sexuais e trabalhistas e não a uma questão de ordem jurídica criminal ou penal.

Chama a atenção na descrição sumária da ocupação o cuidado em explicitar os diferentes locais em que o trabalho sexual se realiza, e é feito de modo ainda mais extensivo na descrição das “condições gerais de exercício” e, principalmente, o cuidado em incorporar ao campo de ação das prostitutas outras atividades não relacionadas diretamente com a “prestação de serviços de natureza sexual”.

Atendem e acompanham clientes homens e mulheres, de orientações sexuais diversas; administram orçamentos individuais e familiares; promovem a organização da categoria. Realizam ações educativas no campo da sexualidade; propagandeiam os serviços prestados (BRASIL, 2002a).

O documento elaborado pelo Ministério do Trabalho (2003) enfatiza a necessidade das prostitutas contarem com informações sobre saúde sexual e outras que lhes proporcionem condições de exercerem sua atividade com segurança e competência. Na descrição das “características do trabalho”, ao abordar a “formação e experiência” destaca ainda a importância de terem acesso a alternativas que lhes possibilitem outros meios de geração de renda que viabilize o abandono da prostituição se assim o desejarem.

A valorização das entidades da categoria e o engajamento das prostitutas em entidades dessa natureza têm demonstrado ser uma questão crucial para o combate à sua exclusão e discriminação, bem como para a conquista da sua cidadania. Os êxitos inscritos nessa iniciativa são insuficientes para modificar o estatuto formal da prostituição ou seu reconhecimento como profissão; circunstância que demandaria outro tipo de iniciativa e legislação (RODRIGUES, 2009).

As mudanças pelas quais vêm passando a sociedade brasileira, em termos de liberação sexual e dos costumes não se traduzem em alterações na legislação do Código Penal Brasileiro, Decreto Lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940. No campo do legislativo, as organizações de defesa dos direitos das prostitutas têm procurado mudar o estatuto legal da prostituição, lograram encontrar aliados para a

apresentação de propostas que reconhecem a prostituição como uma profissão conforme a CBO 5198-05.

Com base nas propostas legislativas com projetos de lei referentes à prostituição, a alternativa adotada convergiu com a perspectiva segundo a qual a prostituição é um “mal necessário”. Em termos concretos isto sempre significou permitir a atividade em si e estabelecer limites ao seu exercício. Para isso optou-se, no início do século XX, por adotar mecanismos de segregação espacial e controle direto, por meio de instituições policiais e de saúde, sobre aqueles que a exerciam (RAGO, 1991, p.132).

Observa-se avanços e obstáculos enfrentados pelos movimentos sociais de prostitutas brasileiras em busca de garantir cidadania e enfrentar a discriminação contra as pessoas que exercem a prostituição. São ilustrativos da tônica dominante no período que abre possibilidades, até a pouco inimagináveis, de ressignificação da prostituição e reinserção social das pessoas que sobrevivem da atividade, ao mesmo tempo em que amplifica sobremaneira também os processos de segregação e discriminação dessa população.

As resistências manifestadas no legislativo e as divisões internas, demarcadas mais recentemente a partir da PL 98/2003, levaram os movimentos em defesa dos direitos de profissionais do sexo a procurar aliar-se e a se fortalecer junto a sujeitos institucionais e responsáveis por ações em outras áreas de política pública, como as do trabalho, a da justiça e a do turismo.

A construção de novos parâmetros para o tratamento do tema, as reações conservadoras têm se feito notar, procurando garantir antigas fórmulas e concepções. A vigência simultânea da lógica de ruptura e de permanência no campo da prostituição engendram conflitos e tensões, permanentemente; as possibilidades de superação dependem das circunstâncias e dos sujeitos, presentes em cada momento histórico.

Alguém vem a existir pela dependência fundamental do endereçamento do Outro. Alguém existe não apenas pelo fato de ser reconhecido, mas em sentido anterior, em ser reconhecível. Os termos que promovem o reconhecimento são estes mesmos convencionais, os efeitos e instrumentos de um ritual social que determina, frequentemente através da exclusão e da violência, as condições linguísticas da possibilidade de sobrevivência dos sujeitos (BUTLER, 1997, p. 5).

Deve-se ter sempre em mente que prostitutas são pessoas e que, como tal, vivem as certezas e dúvidas, alegrias e tristezas inerentes aos seres humanos. A

princípio essa afirmação parece excessivamente primária, mas vista a partir da especificidade das prostitutas torna-se mais complexa na medida em que é muito fácil, devido ao estigma e ao preconceito que envolve a questão, analisar o comportamento dessas mulheres a partir de juízos morais dogmáticos.

Vale salientar que a aparição da AIDS impactou o imaginário simbólico cultural da sociedade, sacudiu o conjunto de valores, de ideias e de certezas dominantes sobre o amor, o corpo, o casal e, sobretudo a sexualidade. Essas áreas da vida cotidiana concebida como algo íntimo, privado, quase individual são geralmente distorcidas e subtraídas do espaço público de diálogo, expressão, conhecimento e intercâmbio coletivo.

Certamente, os movimentos e organizações coletivas das prostitutas em seus diferentes contextos e espaços se evidenciaram pela luta de reivindicações do reconhecimento e direitos sociais. A legitimação da prostituição como uma atividade profissional se manteve presente nos movimentos. Há de se pensar que mudanças ocorrem, a própria alteração do nome “prostituta” para “trabalhadora do sexo”, revela marcas acerca do desejo pelo reconhecimento profissional como cidadãos de direitos, além de um indicativo de ruptura do peso do estigma que se aporta à imagem da prostituta.

As narrativas desta pesquisa apresentam recortes das subjetividades das colaboradoras e apontam a prostituição como realização quando indicam que a partir dela conseguiram assumir o sustento da família, no entanto, há uma recusa da identidade de prostituta ao revelarem o preconceito, a violência e discriminação que experimentam em suas vivências, inclusive, nas relações familiares.

De certo modo, elas percebem que as pessoas, de modo geral, atribuem às prostitutas a imagem de pervertidas, embora, necessariamente, esse olhar marginalizado na sociedade não implica muito em seu exercício profissional, já que elas têm a percepção do fator econômico que é condição indispensável em suas trajetórias de vida.

Mulheres livres, independentes, donas de uma liberdade que se sustenta pela capacidade que elas têm de fazerem escolhas, se organizarem e exercerem sua sexualidade e trabalho (prostituição) de maneira autônoma. Contudo, no percurso da história dos movimentos e organizações sociais das prostitutas houveram

resistências, ambiguidades e desistências de organização social. Por várias razões, inclusive, pelas questões de identidade muitas mulheres tem receio de sair do anonimato para assumir publicamente a identidade de garota de programa.

De modo geral, apesar dos inúmeros avanços e retrocessos, esses movimentos de organização coletiva teve papel fundamental na história das prostitutas, talvez nem tanto por suas conquistas sociais e políticas, mas principalmente, porque contribuiu para anunciar as vozes de mulheres que exercem a prostituição e se identificam como profissionais do sexo e garotas de programa, terminologias usadas por elas mesmas em seus diferentes contextos e espaços sociais.

Embora não se possa ter a exata medida das mudanças concretas na situação social das mulheres em situação de prostitutas, principalmente no que diz respeito à intensidade dos estigmas, é indiscutível o fato de que os movimentos de organização coletiva deram mais visibilidade às questões relativas ao comércio do sexo. Esse fato acabou levando os Estados a se posicionarem, na medida do possível, em relação a suas ações e legislações sobre a questão da prostituição.

Conforme Rodrigues (2009) pode-se formular políticas públicas em termos de legislação sobre prostituição nos diferentes países do mundo, embora destaca-se atualmente três regimes que se ancoram nas seguintes perspectivas proibicionista, regulamentarista e abolicionista com características próprias.

**Tabela 1 – Sistematização sobre os regimes da prostituição (adaptação)**

REGIMES	CARACTERÍSTICAS
Proibicionismo	Se sustenta na proibição, enquadra a prostituição como crime e é punida e vetada por leis específicas.
Regulamentarismo	Define a prostituição como uma profissão, portanto permitida e regulamentada, considerando as especificidades da lei vigente no país que a regulamentou, garante às prostitutas a maioria dos direitos sociais e trabalhistas. Considera que vender e comprar sexo são atividades econômicas como outras quaisquer.
Abolicionismo	Modalidade de legislação mais difundida mundialmente, segundo a qual o exercício da prostituição individual não representa um crime, sendo que as restrições ao comércio do sexo podem variar de acordo com cada país. Considera a prostituição como um atentado contra as mulheres, incompatível com a igualdade de gênero e os direitos humanos.

Fonte: Rodrigues (2009)

Contudo, essas três formas do Estado de lidar juridicamente com a questão da atividade referente à prostituição, longe de oferecer soluções satisfatórias, desenvolve polêmicas difíceis de resolver, de maneira que críticas, lacunas e imprecisões se destacam em relação ao lugar social da prostituição.

O regime que proíbe apresenta uma série de críticas que induzem à prostituição clandestina, tornando a mulher prostituta ainda mais à margem da sociedade. No que se refere a regulamentação, embora seja visível o reconhecimento de alguns benefícios atribuídos pela proteção legal do Estado são muitos conflitos produzidos pelas diferenças de opiniões no que diz respeito à elaboração, interpretação e aplicação das leis nos diferentes países.

No que concerne às legislações de orientação abolicionista, embora a mulher em tese tenha autonomia para se prostituir, os aspectos legais circunscritos à prostituição não são bem definidos. Nesse sentido, a prostituição representa a comercialização do sexo, no entanto, as reais condições daquelas que se prostituem apontam situações que revelam as mais diversas formas de violência contra as mulheres.

A ausência de leis que sejam realmente eficazes gera, muitas vezes, situações de vulnerabilidade para as prostitutas, na medida em que facilita arbitrariedades de interpretação por parte das autoridades. É a modalidade de legislação mais difundida mundialmente, segundo a qual o exercício prostitucional individual não representa um crime, mas certas atividades ligadas à prostituição como, por exemplo, atentado ao pudor, proxenetismo e tráfico de mulheres, que práticas condenadas. As restrições ao comércio do sexo podem variar de acordo com cada país, como é o caso da França, que proíbe a prostituta de oferecer seus serviços de forma explícita nas vias públicas, ou ainda a Suécia, que é o único país a penalizar o cliente da prostituição.

As discussões ora culminam em projetos de leis arquivados, ora se revelam via interesses de difíceis transparências, tornando assim, obscura, tanto no âmbito econômico, de ordem moral e ética quanto no campo de disputas ideológicas. Vale salientar que no regime abolicionista, certas atividades ligadas à prostituição como,



por exemplo, atentado ao pudor, proxenetismo e tráfico de mulheres são condenadas no Brasil<sup>18</sup> e em um número elevado de países.

As posições abolicionistas e regulamentaristas acima descritas atravessam invariavelmente de forma direta ou indireta os debates contemporâneos. A prostituição absorve os avanços do desenvolvimento econômico e tecnológico, incorpora aspectos da transformação dos discursos sobre a sexualidade nos diferentes momentos históricos.

Ademais, abre um leque de questionamentos e interrogações, em contrapartida, desvela um universo de discursos que se manifestam das relações entre os sujeitos. Há de se compreender que não basta tornar visível a identidade anunciada nas falas das colaboradoras deste estudo, mas provocar o debate da diferença, problematizar as diversas faces da prostituição de modo que seja contestado o que está posto, legitimando as reais necessidades que aproximam e distanciam as discussões sobre a prostituição.

Uma das questões mais centrais, de acordo com Rago (1991), foi demonstrar a dimensão positiva que a prostituição assumiu, isto é, todas as construções simbólicas construídas sobre a prostituição revelam a insegurança de uma sociedade que “lida com dificuldades diante das transformações urbanas que alteram a condição feminina e os atributos da feminilidade” (p. 28 - 29). Aponta que a figura da prostituta, com todo o imaginário construído sobre ela, serviu como contraponto para a construção e imposição de outro tipo de mulher, valorizado e almejado: a mulher mãe, dona de casa e esposa dedicada.

## 2.2 AS REPRESENTAÇÕES DA ESCOLA E DO TRABALHO NA VIDA DAS GAROTAS DE PROGRAMA

A discussão acerca da prostituição desperta polêmicos debates e, ao mesmo tempo, suscita silêncios que desencadeiam em indagações, especificamente ao reportarem a prostituição como profissão. A exteriorização “filho de puta”, “mulher da vida”, “mulher de vida fácil” e “prostituta” expressadas no ambiente escolar e na realidade que, conforme Bourdieu (2002, p.103), envolve o trabalho de reprodução

---

<sup>18</sup> Atualmente no Brasil, a prostituição é reconhecida como profissão pelo Ministério do Trabalho conforme a CBO 5198-05, no entanto, não é regulamentada.

que “esteve garantido, até época recente, por três instâncias principais, a família, a igreja e a escola que, objetivamente orquestradas, tinham em comum o fato de agirem sobre as estruturas inconscientes”.

A escola, mesmo quando já liberta da tutela da Igreja, continua a transmitir os pressupostos da representação patriarca (baseada na homologia entre a relação homem/mulher e a relação adulto/criança) e, sobretudo, talvez, os que estão inscritos em suas próprias estruturas hierárquicas, todas sexualmente conotadas, entre as diferentes escolas ou as diferentes faculdades, entre as disciplinas ‘moles’ ou ‘duras’ ou, mais próximas da inquietação mítica original, ‘ressecantes’, entre as especialidades, isto é, entre as maneiras de ser e as maneiras de ver, de se ver, de se representarem as próprias aptidões e inclinações, em suma, tudo aquilo que contribui para traçar não só os destinos sociais como também a intimidade das imagens de si mesmo (BOURDIEU, 2002, p. 104).

As representações sociais atribuídas às prostitutas são construídas e reproduzidas nos diferentes espaços institucionais, transmitem diferentes olhares das estruturas hierárquicas de um sistema patriarcal que compõe um imaginário de similitude entre os indivíduos no contexto de uma comunidade. Nesse aspecto, a identidade nunca é dada, não é natural, ela é uma construção em constante transformação, uma identificação, seja ela voluntária ou não, a uma ampla gama de grupos sociais. Ela se dá no campo social e tem um caráter ideológico.

No que tange às causas da prostituição, Beauvoir (1980) assegura que é uma atitude ingênua indagar acerca dos motivos que levam as mulheres a se prostituírem, considerando-as degeneradas. É compreensível que aquelas possuidoras de faculdades mentais retardadas escolhem uma atividade que não lhe exija muito esforço ou nenhuma especialização, embora, na maioria das vezes, sejam normais e inteligentes.

Nessa direção, parece que o desemprego e a miséria ocasionada pelos baixos salários configuram-se como as causas ativas da prostituição. Por um lado, é preciso considerar que é ingênuo pensar que somente a falta de oportunidades é a causa da permanência na prostituição, pois há outras questões que asseguram tal ação, como por exemplo, a garantia de trabalho.

Para Beauvoir (1980), do ponto de vista econômico, a situação da prostituta é simétrica à da mulher casada, pois ambas se vendem, uma pela prostituição, outra pelo casamento, e o que difere é o preço e a duração do contrato. Segundo a autora, ambas têm o ato sexual como um serviço: a esposa é contratada pela vida inteira por um só homem, enquanto a prostituta tem diversos clientes que pagam a cada

encontro. Nessa situação, a mulher esposa é protegida por um contra os demais e a meretriz é protegida por todos os homens da tirania de um só.

Na prostituição, o desejo masculino, sendo específico e não singular, pode satisfazer-se com qualquer corpo. Esposa ou hetaira só conseguem explorar o homem se assumem uma ascendência singular sobre ele. A grande diferença existente entre elas está em que a mulher legítima, oprimida enquanto mulher casada, é respeitada como pessoa humana; esse respeito começa a pôr seriamente em xeque a opressão. Ao passo que a prostituta não tem os direitos de uma pessoa; nela se resumem, ao mesmo tempo, todas as figuras da escravidão feminina (BEAUVOIR, 1980, p. 324).

Nessa expectativa, a condição o sexo revela um espaço de opressão e exploração e o que tá em evidencia é a garantia da satisfação dos desejos dos homens. O estado de pertencimento da mulher esposa constitui especificidades que legitima o desejo masculino e, nessa representação dos corpos, é possível que ambas consigam romper com a ideia do ato sexual como um serviço que atende os desejos sexuais do homem.

O respeito é concebido à mulher caso ela tenha o papel de esposa, de dona do lar, “chefe” de família. Do contrário, sofre a opressão do homem e da sociedade, sendo negada a ela a condição de ser humano. Seguindo o pensamento de Beauvoir (1980), a mulher não nasce puta, pelo contrário, torna-se puta. Ou seja, são as condições sociais e os aspectos culturais que a levam a assumir a condição de prostituta. Ao refletir sobre tal condição, considera a prostituta como “bode expiatório; o homem liberta-se nela de sua torpeza e a renega. Quer um estatuto legal que a coloque sob a fiscalização policial, quer trabalhe na clandestinidade, é ela sempre tratada como pária” (p. 323).

Os anos de 30 a 40 do século XX são revolucionários no que diz respeito ao encaminhamento da questão do trabalho no Brasil e é nesse período que se elabora a legislação que regulamenta o mercado de trabalho do país, bem como estrutura-se uma ideologia política de valorização do trabalhador nacional e abre campo para as mulheres. A pobreza passa a ser considerada um problema para o desenvolvimento do país.

Com o desenvolvimento da indústria moderna modificam-se muitas dessas situações, ocorre a separação entre casa e local de trabalho, em que o fator principal da mudança pode estar atrelado à passagem da produção para as fábricas mecanizadas. Mas, em virtude do seu emprego fora de casa, os homens passam mais tempo no espaço público, enquanto as mulheres são associadas aos valores

“domésticos” por serem responsáveis por tarefas como cuidar da prole, manutenção da casa e a preparação dos alimentos para a família.

Contudo, devido à falta de mão-de obra durante a Primeira Guerra Mundial, a participação das mulheres no trabalho remunerado manifestou um aumento considerável mais ou menos contínuo, pois durante os anos de guerra, elas passaram a realizar funções antes consideradas como exclusivas dos homens.

As famílias sofrem de exploração da mão de obra e produzem para o autoconsumo e sobrevivência sem nenhuma forma de salário justo. Marx (1978) reconhece o trabalho sob o modo de produção capitalista, estranhado e alienado, na medida em que suas relações sociais de produção colocam em contraposição o capital e o trabalho. No processo de trabalho a atividade humana é materializada ou objetivada em valores de uso.

O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas [...]” (MARX, 1985, p.153).

Historicamente, a dinâmica das forças produtivas e as relações entre grupos são desveladas pela exploração da mão de obra feminina. O sistema de educação gira envolto de uma esfera social fundamentada nos pilares políticos, sociais e econômicos ao qual se tem submissão. A escola, enquanto instituição construída socialmente para realizar a formação humana nas diferentes temporalidades de vida, se tornou, no movimento histórico, dever do Estado e direito do cidadão. Em meio ao mundo globalizado, repleto de problemas sociais, ambientais, econômicos, políticos e religiosos a escola tem sido chamada a responder problemas oriundos dessas instituições.

Saviani (2009) explicita a relação entre educação escolar e política, uma vez que estas são fenômenos distintos e com funções específicas, mas que não se separam porque são fenômenos dependentes para progredirem. Neste contexto, a escola deve ser organizada de modo a criar as condições da reflexividade individual e coletiva para exercer a função de educar e instruir.

Cabe entender a educação como um instrumento de luta para estabelecer uma relação hegemônica que permita construir um bloco histórico sob a direção da classe fundamental dominada da sociedade capitalista, o proletário. Mas a classe dominada

não pode erigir-se em força hegemônica sem a elevação do nível cultural das massas. Destaca-se por isso a importância fundamental da educação.

A forma de inserção da educação na luta hegemônica configura dois momentos simultâneos e organicamente articulados entre si: um momento negativo que consiste na crítica da concepção dominante, a ideologia burguesa; e um momento positivo que significa: trabalhar o senso comum de modo que se extraia o seu núcleo válido, o bom senso e lhe dê a expressão elaborada com vistas à formulação de uma concepção de mundo adequada aos interesses populares (SAVIANI, 2009, p. 3 - 4).

Nesse entendimento, o objetivo da educação escolar deve ser a formação humana, mesmo não sendo suficiente, a educação é condição necessária para o desenvolvimento crítico do sujeito, que também diante da necessidade de formação profissional específica, não se torne adestramento puro e simples e os laços de convivência humana não sejam marcados por relações de subordinação e trabalhos fáceis como muito entendem.

Tanto os homens como as mulheres são seres culturais, capazes de transformar a natureza conforme suas necessidades existenciais, por meio de ações interacionais, traçar novos parâmetros de vida. A educação é importante na construção do sujeito cidadão, somente ela pode transformar os indivíduos para intervirem e mudarem a sociedade. Os elementos que indicam a função social da educação escolar são:

(I) elevar o nível cultural das classes populares. E aqui se encontra a importância fundamental da educação escolar; (II) fazer a crítica da concepção dominante, isto é, as ideologias da classe burguesa; (III) trabalhar o senso comum de modo que se extraia o seu núcleo válido, o bom senso, e lhe dê a expressão elaborada com vistas à formulação de uma concepção de mundo adequada aos interesses populares (SAVIANI, [1980] 2013, p. 3-4).

Sob esse enfoque, os três elementos que indicam a função social da educação se relacionam de forma orgânica. Nessa relação, a função social da educação escolar é permitir condições para elevar o nível cultural das classes populares, no entanto, antes é necessário possibilitar nas classes populares à consciência de classe que começa por meio do indivíduo singular.

Há muitos que pensam na educação para a classe trabalhadora como uma educação exclusivista. É trabalhador? Então vai ser operário, ele precisa de uma educação técnica, precisa ser instruído, não educado, ele precisa ser adestrado, não polido, intelectualizado! Ora, o trabalhador tem tanta necessidade de cultura quanto aquele que não é trabalhador, aquele que é proprietário dos meios de produção (FERNANDES, 1989, p. 243).

Conforme o autor, a educação deve ser vista por uma perspectiva de classe, entendendo que a razão do dualismo educacional reflete a estrutura de classes da

sociedade capitalista e, assim, permanecem semelhantes antagonismos. Por esse motivo, existem dois tipos dicotômicos de educação: um voltado para a burguesia manter seu estado de dominação e, o outro, com o propósito de preparar o sujeito para o mercado de trabalho.

De acordo com Louro (1997, p. 57) a escola é produtora de diferenças, distinções e desigualdades, isso permite compreender porque desde seu surgimento a instituição escolar desempenhou uma ação distinta.

Se incumbiu de separar os sujeitos tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas (LOURO, 1997, p. 57).

Dessa maneira, a escola é espaço de produção das diferenças. Assim, é fundamental pensar a instituição escolar no sentido de compreender como se produziram e se produzem tais diferenças e quais implicações elas tem sobre os sujeitos.

Concebida inicialmente para acolher alguns, mas não todos, ela foi, lentamente, sendo requisitada por aqueles/as aos/às quais havia sido negada. Os novos grupos foram trazendo transformações à instituição. Ela precisou ser diversa: organização, currículos, prédios, docentes, regulamentos, avaliações iriam, explícita ou implicitamente, 'garantir' e também produzir as diferenças entre os sujeitos (LOURO, 1997, p. 57).

Lidar com as inúmeras realidades socioeconômicas e históricas presentes no processo de formação do sujeito torna essa pesquisa instigante e desafiadora, considerando as circunstâncias que são comuns na história de vida das colaboradoras, isso exige reflexões acerca da prostituição e suas configurações no âmbito familiar, social e educacional. Percorrer a história delas compreende romper com o silêncio, preconceito e intensificar a visibilidade das relações entre homens e mulheres e sobre como se consolidam formas e modos de viver nos diversos grupos.

Ao longo da história, as diferentes comunidades (e no interior delas, os diferentes grupos sociais) construíram modos também diversos de conceber e lidar com o tempo e o espaço: valorizaram de diferentes formas o tempo do trabalho e o tempo do ócio; o espaço da casa ou o da rua; delimitaram os lugares permitidos e os proibidos (e determinaram os sujeitos que podiam ou não transitar por eles); decidiram qual o tempo que importava (o da vida ou o depois dela); apontaram as formas adequadas para cada pessoa ocupar (ou gastar) o tempo. Através de muitas instituições e práticas, essas concepções foram e são aprendidas e interiorizadas; tornam-se quase 'naturais' (ainda que sejam 'fatos culturais'). A escola é parte importante desse processo (LOURO, 1997, p. 59).

De acordo com a autora, as relações humanas constituídas nos diferentes espaços sociais são essenciais no processo de formação dos sujeitos, e a escola é um elemento fundamental nesse processo de interações dos diferentes grupos. As instituições como família, trabalho e escola contribuem para as delimitações e permissões de práticas que são assimiladas e adotadas a partir das ideias, valores e padrões de uma sociedade.

A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o 'lugar' dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. Através de seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos. O prédio escolar informa a todos/as sua razão de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos 'fazem sentido', instituem múltiplos sentidos, constituem distintos sujeitos (LOURO, 1997, p. 58).

A escola em sua condição distinta assume postura capaz de penetrar nos sujeitos movimentos, gestos, sentidos "ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a preferir" (LOURO, 1997, p. 61) anuncia o que deve ser aceito e não aceito, confirma e produz diferenças.

As divisões de raça, classe, etnia, sexualidade e gênero estão, sem dúvida, implicadas nessas construções e é somente na história dessas divisões que podemos encontrar uma explicação para a 'lógica' que as rege (LOURO, 1997, p. 60).

Nesse entendimento, evidenciam-se aprendizagens que envolvem os sujeitos em um processo ativo marcado pela aceitação e ou negação de determinados dispositivos que constituem suas identidades de escolarização.

Na abordagem freiriana (1974), o ser humano é o sujeito da educação, evidencia-se uma tendência interacionista, porque a interação ente ser humano e mundo e sujeito-objeto é imprescindível para que os humanos se desenvolvam e se tornem sujeito de suas práxis. Logo, o que existem são sujeitos concretos, situados na sociedade.

Freire (1974) explica que o ser humano cria a cultura na medida em que, integrando-se nas condições de seu contexto de vida, ou seja, na sociedade, ele reflete sobre ela e dá respostas aos desafios que encontra. No seu aspecto social e cultural, o mundo é formado a partir da dialética das relações humanas e constrói um conjunto de concepções e instituições, onde o fazer de cada um culmina na formação da coletividade ou seja, de "todo resultado da atividade humana, do esforço criador e

recriador do homem, de seu trabalho por transformar e estabelecer relações dialogais com outros homens” (p. 41).

A participação dos seres humanos como sujeitos na sociedade, na cultura e na história se faz na medida de suas conscientizações, nas quais implica a desmistificação. O opressor mitifica a realidade e o oprimido a capta de maneira mítica e não crítica. Daí a necessidade do trabalho humanizante ser inicialmente um trabalho de desmistificação, consiste a conscientização em um processo de tomada de consciência crítica de uma realidade que se desvela progressivamente.

A educação disponível ao trabalhador é aquela que serve aos interesses da burguesia, não oferece alternativas concretas de formação humana, a não ser aquela que treina para o mercado de trabalho. A função da escola, traduzida pelo saber sistematizado, permite que, ao selecionar as informações, estas sejam selecionadas criticamente e contribuam para a formação do sujeito consciente de seus direitos e deveres, capaz de conviver socialmente e de intervir nos processos históricos e sociais da sua comunidade e da sociedade como um todo.

Para Bourdieu e Passeron (1975), o processo educativo baseia-se na ação pedagógica, que seria a manifestação integral da violência simbólica. Isso quer dizer que a ação pedagógica seria o meio pelo qual as instituições de ensino subjagam o sujeito e sua individualidade, a se posicionar no mundo social em conformidade com as noções preestabelecidas pelo pensamento ou cultura dominante.

A partir dos estudos de Bourdieu e Passeron (1975), verifica-se que no interior de uma sociedade de classes existem diferenças culturais e, por sua vez, as classes burguesas possuem um determinado patrimônio cultural constituído de normas de falar, forma de conduta e de valores. As classes trabalhadoras possuem outras características culturais que lhes têm permitido sua manutenção enquanto classes. A escola, por sua vez, ignora estas diferenças socioculturais, seleciona e privilegia em sua teoria e prática as manifestações e os valores culturais das classes dominantes.

A arbitrariedade constitui-se na apresentação da cultura dominante como cultura geral. O poder arbitrário tem base na divisão da sociedade em classes. A ação pedagógica tende à reprodução cultural e social simultaneamente. Para os filhos das classes trabalhadoras, a escola representa uma ruptura no que refere aos valores e



saberes de sua prática, que são desprezados, ignorados e desconstruídos na sua inserção cultural, ou seja, necessitam aprender novos padrões ou modelos de cultura.

Dentro dessa lógica, é evidente que para os alunos filhos das classes dominantes alcançar o sucesso escolar é mais fácil do que para aqueles que têm que desaprender uma cultura para aprender um novo jeito de pensar, falar, movimentar-se, enfim, enxergar e agir no mundo, inserir neste processo para se tornar um sujeito ativo nesta sociedade.

Conforme Bourdieu e Passeron (1975) existe uma violência inerente e inevitável, a violência da educação, já que, para eles, toda ação pedagógica é uma forma de violência simbólica, pois reproduz a cultura dominante, suas significações e convenções, impõe um modelo de socialização que favorece a reprodução da estrutura das relações de poder. Sobre a situação de violência simbólica, ou seja, o desprezo da cultura popular e a interiorização da expressão cultural de um grupo, mais poderoso economicamente ou politicamente por outro lado dominado, faz com esses percam sua identidade pessoal e suas referências, tornando-se fracos, inseguros e sujeitos à dominação que sofrem na própria sociedade.

O caráter simbólico da violência centra-se nas características fundamentais da estrutura de classes da sociedade capitalista, decorrente da divisão social do trabalho, com base na apropriação diferencial dos meios de produção. Bourdieu e Passeron (1975) analisam o processo educacional e apresentam dois mecanismos destinados à consolidação da sociedade capitalista: a reprodução da cultura e a reprodução das estruturas de classes. O primeiro dos mecanismos se manifesta no mundo das representações simbólicas ou ideologia e o outro atua na própria realidade social.

Estes mecanismos estão intimamente interligados, uma vez que no sistema educacional a dominação e a reprodução das relações sociais são evidentes. Para que essa reprodução esteja totalmente assegurada, não basta que sejam reproduzidas apenas as relações fatuais de trabalho e relações de classe que os seres humanos estabelecem entre si, precisam também ser reproduzidas as representações simbólicas, ou seja, as ideias que os sujeitos fazem dessas relações.

A consolidação da violência simbólica permite que a escola não exerça necessariamente a violência física, mas aquela mediante forças simbólicas, ou seja, pela doutrinação e dominação, que força as pessoas a pensarem e a agirem de tal

forma que não percebem que legitimam com isso a ordem vigente. Desse modo, o sistema educacional consegue reproduzir, por meio de uma violência simbólica, as relações de dominação, ou seja, a estrutura de classes, reproduzindo de maneira diferenciada a ideologia da classe dominante.

Assim, considera o processo educativo uma ação coercitiva que define a ação pedagógica como um ato de violência e de força. Neste ato são impostos aos educandos sistemas de pensamento diferenciais que criam neles hábitos diferenciais, ou seja, predisposições para agirem de acordo com um código de normas e valores que os caracterizam como pertencentes a determinados grupos ou classes.

Apesar das experiências específicas que as aproximam (como algo infinitamente pequeno da dominação que são as inúmeras feridas, às vezes subliminares, causadas pela ordem masculina), as mulheres continuam separadas umas das outras por diferenças econômicas e culturais, que afetam, entre outras coisas, sua maneira objetiva e subjetiva de sentir e vivenciar a dominação masculina, sem com isso anular tudo que está ligado à diminuição do capital simbólico trazido pela feminilidade (BOURDIEU, 2002, p. 112).

Neste enfoque, as representações da escola e do trabalho se tornam um campo simbólico específico de luta que aproxima as prostitutas e, ao mesmo tempo, as distanciam quando em suas vivências são influenciadas pelo que está posto na ordem da dominação masculina.

O sistema educacional não reproduz estritamente a configuração de classes, como fazia o anterior, mas consegue, impor o *habitus* da classe dominante e cooptar membros isolados das classes. Esses membros, tendo familiarizado os esquemas e rituais da classe dominante defendem e impõem de maneira mais radical à classe dominada os sistemas de pensamentos que os fazem aceitarem sua sujeição à dominação.

Toma-se o conceito de *habitus* para pensar a prostituição a partir de trajetórias de vida das prostitutas deste estudo, considerando suas experiências vivenciadas que revelam expressões de identidades em constantes construções, uma vez que o constitui-se em um conhecimento adquirido e uma prática incorporada no agente em ação. Assim, consiste em um sistema de disposições duradouras e transferíveis, estruturadas e predispostas a funcionar como estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem estar objetivamente adaptadas ao seu fim. Dessa maneira, “[...] o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito

transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural [...]” (BOURDIEU, 1989, 61).

Nesse entendimento, busca-se a ideia ativa dos sujeitos como produtos da história de todo campo social e de experiências vivenciadas na trajetória individual. No que tange a prostituição, a sua prática resulta da socialização em diferentes sistemas de disposições produzidos em trajetórias diferentes nos espaços diversos como a família, a escola, o trabalho, os pares e a cultura e se constitui de acordo com as posições e lugares ocupados por seus agentes na sociedade.

Qualquer que seja sua posição no espaço social, as mulheres têm em comum o fato de estarem separadas dos homens por um coeficiente simbólico negativo que, tal como a cor da pele para os negros, ou qualquer outro sinal de pertencer a um grupo social estigmatizado, afeta negativamente tudo que elas são e fazem (BOURDIEU, 2002, p. 111).

A maneira como cada garota de programa sente, pensa e age como capacidades constituídas e mobilizadas a partir de determinantes objetivos e das subjetividades que comportam a condição étnica dessas mulheres. Suas histórias de vida revelam subjetividades atreladas às suas crenças, seus valores, suas vivências e experiências familiares e escolares. Para tanto, considera-se as subjetividades das garotas de programa, articuladas entre aspectos sociais, educacionais, familiares e individuais, de maneira que, suas histórias possibilitam compreender a inserção na prostituição e evidenciam as identidades que se constituem em suas trajetórias.

A realidade exterior e individualidades se projetam em *habitus* que se revelam como trocas constantes e recíprocas entre realidade exterior e individualidades. Esse processo oriundo da subjetividade de cada prostituta traz à tona manifestações que desvelam situações de espaço, lugar e tempo os quais contribuem na construção de suas identidades. O conceito de *habitus* traz a possibilidade de destacar as questões envolvendo os aspectos subjetivos capazes de modelar e construir identidades.

Bourdieu e Passeron (1975) analisam que, além de promover aqueles que segundo seus padrões e mecanismos de seleção demonstram-se aptos a participarem dos privilégios e do uso do poder, o sistema educacional cria, sob uma aparência de neutralidade, os sistemas de pensamento que legitimam a exclusão dos não privilegiados, convencendo-os a se submeterem à dominação, sem que percebam o que fazem. As desigualdades entre homens e mulheres, com efeito, são constituídas de fatores biológicos e sociais.

Assim, se podemos dizer que entre os animais superiores a existência individual se afirma mais imperiosamente no macho do que na fêmea, na humanidade as “possibilidades” individuais dependem da situação econômica e social (BEAUVOIR, 1970, p. 55).

Com a possibilidade de trabalhar para adquirir seu próprio sustento, a mulher alcança a liberdade não submetendo-se à uma ordem masculina. Nesse entendimento de consciência, a liberdade está relacionada à sua autonomia financeira. Elas aprendem a ver as conquistas dos homens que admiram como as suas próprias, o que as impede do exercício de conquistar algo, aceitando as condições dadas de existência e sua falsa liberdade (BEAUVOIR, 1970).

Assim, o trabalho, para Beauvoir (1970), é um estado de liberdade que afasta a mulher da situação de dominação. É com essa consciência de autonomia que a mulher desenvolve suas manifestações de existência e institui capacidades de direcionar o sentido de sua vida. O trabalho é o meio que a mulher encontra para se auto firmar a partir das suas escolhas. Entretanto, sua força de trabalho é explorada pelos homens. Assim, sua importância no mundo do trabalho reside no desafio de apropriação de sua própria força de trabalho para, a partir daí apropriar-se de sua própria história (BEAUVOIR, 1970).

Se considerarmos seriamente as desigualdades socialmente condicionadas diante da escola e da cultura, somos obrigados a concluir que a equidade formal à qual obedece todo o sistema escolar é injusta de fato, e que, em toda sociedade onde se proclama ideais democráticos, ela protege melhor os privilégios do que a transmissão aberta dos privilégios (BOURDIEU, 1998, p. 53).

No contexto escolar também perpassa a violência simbólica e física, uma vez que, de forma sutil e de difícil percepção essas violências muitas vezes são vividas pelos próprios agentes educacionais, intrínsecos em ações realizadas, gerando um ambiente de tensão cotidiana. A violência simbólica passa despercebida para quem não a sofre, como também as omissões e o discurso hegemônico. A violência física, assume evidências e, para combatê-la, exige-se uma educação pautada na inclusão, no diálogo, respeito e, sobretudo, na formação de sujeitos autônomos capazes de intervir criticamente na realidade que os cercam.

[...] e as violências mais ou menos importantes que, continuamente, têm tido como objetivo os estabelecimentos escolares mais deserdados, nada mais são que a manifestação visível dos efeitos permanentes das contradições da instituição escolar e da violência de uma espécie absolutamente nova que a escola pratica sobre aqueles que não são feitos para ela. Como sempre, a escola exclui: mas a partir de agora, exclui de maneira contínua [...] e mantém em seu seio aqueles que exclui, contentando-se em relegá-los para os ramos mais ou menos desvalorizados (BOURDIEU, 1998, p. 224).

Entretanto, para que haja uma mudança no modo de pensar e agir dos seres humanos sobre a realidade que os cerca, é necessário que estes tenham uma educação de socialização e humanização. Neste sentido, a educação assume significado amplo. Trata-se da educação integral do sujeito e não apenas da pessoa em situação escolar, em uma instituição de ensino.

De todos os fatores de mudança, os mais importantes são os que estão relacionados com a transformação decisiva da função da instituição escolar na reprodução da diferença entre os gêneros, tais como o aumento do acesso das mulheres à instrução e, correlativamente, à independência econômica e à transformação das estruturas familiares (BOURDIEU, 1998, p. 107).

Aporta-se para as garotas de programa desta pesquisa que evidenciam em suas histórias a ausência da escolarização e a inserção na prostituição, justamente no período de idade escolar. Anunciam em suas narrativas, a prostituição enquanto trabalho e sustento da família, mulheres que lutam pela vida e sonham em encontrar possibilidades diferentes das suas para seus filhos. Histórias de vida que se ancoram na necessidade de sobrevivência. Neste contexto, a prática da prostituição assume espaço de renda para essas famílias com baixo grau de escolaridade e poder aquisitivo.

A melhor prova das incertezas do estatuto atribuído às mulheres no mercado de trabalho reside, sem dúvida, no fato de que elas são sempre menos remuneradas que os homens, e mesmo quando todas as coisas são em tudo iguais, elas obtêm cargos menos elevados com os mesmos diplomas e, sobretudo, são mais atingidas, proporcionalmente, pelo desemprego, pela precariedade de empregos e relegadas com mais facilidade a cargos de trabalho parcial, o que tem, entre outros efeitos, o de excluí-las quase que infalivelmente dos jogos de poder e das perspectivas de carreira (BOURDIEU, 2002, p. 111).

Nesse sentido, há de se pensar que a função social e política da escola que passa, necessariamente, pela compreensão dos aspectos que norteiam a complexidade da prostituição. Nesse aspecto, a escola precisa se atentar para as novas exigências que surgem no cenário educacional. Promover um ensino que garanta o direito à inclusão, cidadania e justiça social, suscitar o debate e discutir os problemas sociais, econômicos e de gênero da comunidade é essencial e fundamental no que diz respeito aos grupos que se encontram em vulnerabilidade, situação de pobreza e desemprego.

De fato, é toda a cultura acadêmica, veiculada pela instituição escolar, que, em suas variáveis tanto literárias ou filosóficas quanto médicas ou jurídicas, nunca deixou de encaminhar, até época recente, modos de pensar e modelos arcaicos (tendo, por exemplo, o peso da tradição aristotélica que faz do homem o princípio ativo e da mulher o elemento passivo) (BOURDIEU, 2002, p. 104).

Certamente, a participação das mulheres no campo educacional e no mercado de trabalho aumentou. No entanto, as divisões sociais e inclusão delas em outras posições profissionais, até então mais ocupadas pelos homens, ainda são visíveis os fatores que contribuem para as desigualdades sociais e de gênero, negando assim, direitos que mediante a sociedade são pautados “para todos” legalmente. A raça/etnia, classe, gênero e outros marcadores interseccionam e anunciam nas narrações das trajetórias de vida das garotas de programa. Nessa perspectiva a escola e o trabalho se relacionam, se articulam mutuamente e tem uma representação relevante na construção identitária das mulheres pesquisadas.

### 2.3 FAMÍLIAS E PROSTITUIÇÃO: DIÁLOGOS POSSÍVEIS?

Só então notei que aquela moça estava só, e que a ausência de um pai, de um marido, ou de um irmão, devei-me ter feito suspeitar a verdade. [...] esta noite a senhora não se pertence: é um objeto, um bem do homem que a vestiu, que a enfeitou e cobriu de joias, para mostrar ao público a sua riqueza e generosidade.<sup>19</sup>

José de Alencar

É evidente a complexidade dos diálogos constituídos nesses espaços entre estrada de prostituição, escola e família, uma vez que pensar as identidades de mãe e garota de programa é pautada nas contradições, como o sujeito diz quem é no contexto em que vive, pensando o outro e como as identidades se afirmam em cada lugar. Elementos aproximam e distanciam de modelos femininos e são percebidos como produção de fronteiras nas normatizações sociais, emergem a problemática da afronta ao modelo de uma sociedade normativa, uma vez que a relação étnica se dá na interação social do sujeito com o outro e nas diferenças.

“Putá”, “Mulher da vida”, “mulher de vida fácil”, “garota de programa”, “prostituta”? Essas expressões ouvidas nos pronunciamentos das colaboradoras revelam marginalizações, discriminações e preconceitos que se fazem presentes. Enunciadas em espaços como escola, trabalho e família, esses clichês carregam significados distintos, se manifestam nas vivências cotidianas e se aproximam de diversas realidades familiares. Famílias em desarmonia, em conflitos, laços e

---

<sup>19</sup> Trecho extraído da obra de ALENCAR, José de. **Lucíola**. 12ª ed., São Paulo: Ática, 1988.

familiares rompidos. Nesses espaços, o que se observa é uma luta diária pela sobrevivência.

As mulheres que saíram dos seus lares, lugar restrito para a família e foram para as ruas na busca por seus espaços, para construírem as suas próprias identidades, em busca da sua liberdade e autonomia pessoal e profissional sofrem preconceito e discriminação.

Conforme Rago (1985, p. 85) “[...] a mulher sensual, pecadora e, principalmente, a prostituta será associada à figura do mal, do pecado e de Eva, razão da perdição do homem”. Assim, elas se tornam reféns dos seus próprios corpos quando vítimas do preconceito social.

Elas vivem engessadas em um contexto de sociedade em que as representações são frutos do imaginário social. Constroem suas histórias delimitando espaços e papéis sociais: a rua e a casa, a mãe e provedora da família. Nessa direção DaMatta (1986) propõe discutir os conceitos de casa, lar, rua e trabalho. Conforme o autor, a casa se configura pelas mais íntimas relações familiares. Na casa está presente o “eu” de cada um, nela se constitui o lar, espaço de segurança, harmonia, tranquilidade e acolhimento.

O trabalho rompe com essa segurança, se caracteriza pelas diferenciações do que a casa apresenta. Na rua se encontra o perigo, a batalha e a luta. Nela estão as verdades sociais, os flagelos da sociedade. Nesse sentido, a casa, o trabalho e rua são espaços singulares geográficos e se confrontam. Justamente nesses espaços distintos que se manifestam os modos de ler, interpretar, explicar e falar do mundo, porque são neles que se constroem histórias. No entanto, esses espaços se correlacionam, pois fazem parte da vida das pessoas, eles indicam o “estigma” de uma sociedade.

As memórias das mulheres que vivem a prostituição em uma sociedade imersa em valores patriarcais, anunciam identidades negociadas nas relações de poder e dominação masculina. Assim, as experiências diferentes são produzidas na trajetória de vida das garotas de programa, sendo a família um dos marcadores dessas vivências.

## 2.4 EMBATES IDENTITÁRIOS: LUTAS E SILENCIAMENTOS

As identidades não são fixas, estão em constante movimento. É, portanto, um processo interminável de interações entre pessoas que resulta em fronteiras e proximidades em um território cultural, ou seja, constrói-se identidades na relação com o outro, desde os primeiros contatos estabelecidos no grupo social, onde os sujeitos elaboraram suas subjetividades. A relação dialética entre as “definições exógena e endógena de pertença étnica que transforma a etnicidade em um processo dinâmico sempre sujeito à redefinições e à recomposição” (POUTIGNAT; STREIFF-FERNART, 2011, p. 142).

Para os autores (2011, p. 124) “a etnicidade não se manifesta nas condições de isolamento”, é por meio das diferenças culturais e do contato com o outro que ela se evidencia. Assim, quando há interação entre diferentes culturas, a identidade étnica se determina. “Identidades só se mobilizam com referência a uma alteridade e a etnicidade implica sempre a organização de agrupamentos dicotômicos entre o nós/eles” (POUTIGNAT; STREIFF-FERNART, 2011, p. 152).

O grupo étnico consiste em uma forma de organização social. Desloca a ênfase nele ou a matéria cultural que o compõe para as fronteiras. Os limites étnicos encontram-se nas fronteiras sociais onde se manifestam as relações entre nós e eles. Assim, a identidade étnica é tanto uma forma de estabelecer os limites entre os grupos quanto um modo de fortalecer os laços entre os indivíduos que interagem um determinado grupo.

Etnicidade não é um conjunto intemporal, imutável de “traços culturais” (crenças, valores, símbolos, ritos, regras de conduta, língua, código de polidez, práticas de vestuários ou culinárias etc.), transmitidos da mesma forma de geração para geração na história do grupo; ela provoca ações e reações entre este grupo e os outros em uma organização social que não cessa de evoluir (POUTIGNAT; STREIFF-FERNART, 2011, p. 11).

O termo etnicidade possui um significado dialético, bem como o sujeito ou grupo do qual o termo define. Neste aspecto, há de se pensar as identidades étnicas das prostitutas como em movimento que se estrutura e modifica nas relações multiculturais, “nas quais, diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retém algo de sua identidade original” (HALL, 2003, p. 50).



Estabelecidas ideias que demarcam a construção de fronteiras entre grupos, Barth (2000, p. 186) mostra que exteriormente atribui-se aos grupos étnicos uma identidade com base em fatores objetivos que, muitas vezes, não correspondem as suas características reais. Para o autor, entender as dinâmicas desses grupos faz-se necessário levar em consideração as características que são significantes para os próprios atores “na medida que os outros usam identidades étnicas para caracterizar a si e aos outros, com objetivo de interação, eles formam grupos étnicos (POUTIGNAT; STREIFF-FERNART (2011, p. 193 -194).

Há de se pensar nas identidades das mulheres que se prostituem a partir de grupos étnicos que possuem padrões organizacionais que os definem em quanto tal, e a forma como cada grupo ou cada sujeito interage em contato com outros grupos, na interação interétnica. Daí, a importância dos diálogos entre família, escola e trabalho, pois esses grupos se alimentam de uma crença subjetiva e em origens fundadas nas semelhanças de aparência externa ou dos costumes compartilhando sentimentos que os sustentam.

Há nesse processo transações que envolvem estratégias e negociações para maximizar ganhos ou minimizar perdas entre grupos. Nem todas as relações sociais resultam em formas socialmente institucionalizadas, mas as que são institucionalizadas tendem a ter valor atribuído nas transações.

Os padrões negociados nas interações e reconhecimento das identidades em questão não são fixos e podem mudar e ressignificar em muitos momentos, conforme o contexto social e o jogo simbólico nas relações. A partir de histórias contadas, confrontar pensamentos é criar possibilidade acerca da pertença étnica, isso pressupõe uma consciência subjetiva específica sobre um determinado grupo.

Oliveira (1976, p. 36) fomenta que a identidade étnica, como uma das formas de identidade social, é um jogo dialético entre semelhanças e diferenças, ou seja, “quando uma pessoa ou um grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação ou relação a alguma outra pessoa ou grupo com que se defronta”. Em sociedade, homens e mulheres em suas relações sociais consolidam formas e modos de viver e pensar, sob estruturas entre família, gênero, escola e trabalho, grupos que definem uma ordem histórica, política, econômica, cultural e ideológica capaz de interagir-se nas identidades das garotas de programa.

Samara (1998) chama a atenção para a formação identitária da família brasileira partindo, especialmente as que estão localizadas na região Nordeste do Brasil. Elucida acerca dos sinais de uma tradição patriarcal presente no contexto da estrutura familiar, os quais revelam a imagem sob um olhar de subordinação na dinâmica familiar. Ela esclarece sobre a vinda de uma tradição patriarcal que ainda traz os resquícios da subordinação das mulheres no seio estrutural e familiar. Com isso, há de se pensar em como elas lidam com as diversas questões do cotidiano, sendo mães inseridas na prostituição e convivendo com os inúmeros processos de identificação.

Atualmente, a família é vista na perspectiva de transformações diversas ao longo do tempo. De acordo com Samara (1998), a família brasileira se firma em dois modelos básicos de família padrão: a patriarcal e a burguesa. Segundo a autora, as pesquisas atuais revelam que as de modelo patriarcal extensas não são predominantes no contexto recente, mas com estruturas mais simples e com menos integrantes é o modelo mais comum de organização familiar.

O Brasil Colônia, no início do século XVI e XVII, apresentava uma estrutura econômica agrária que se assentada nas plantações de cana de açúcar localizadas no Nordeste. Esse período foi influenciado pela aristocracia portuguesa, onde as diferenças e interações eram definidas pelo sistema escravista. A família patriarcal era a base desse sistema, caracterizado pela composição e relacionamento entre seus membros que estimulava a dependência na autoridade paterna e solidariedade entre seus parentes.

Conforme Samara (2004), a família brasileira era uma vasta parentela que se expandia verticalmente através da miscigenação e horizontalmente, pelos casamentos com a elite branca. O modelo de família patriarcal poderia ser assim descrito: um extenso grupo composto pelo núcleo conjugal e sua prole legítima ao qual se incorporavam parentes, afilhados, agregados, escravos e até mesmo concubinas e bastardos; abrigados sob o mesmo domínio da casa grande ou na senzala, sob a autoridade do patriarca, dono das riquezas, da terra, dos escravos e do mando político.

A absorção desses outros elementos à família de base é que conferia à família patriarcal uma forma específica de organização, daí o conceito de família patriarcal como sinônimo de família extensa. A casa grande foi símbolo dessa organização

familiar que se fundou na sociedade colonial, sendo núcleo doméstico para onde convergia a vida econômica, social e política.

Conforme Samara (1989), ao homem pertencia o poder de decisão. Este era visto como protetor e provedor da mulher e dos filhos, tendo muita influência nas relações jurídicas e na autoridade do chefe da família, ainda se caracteriza por traços tais como: baixa mobilidade social e geográfica, alta taxa de fertilidade e manutenção dos laços de parentesco com colaterais e ascendentes, tratando-se de um grupo multifuncional.

Segundo a autora, o matrimônio era fundamentado como instituição básica para transmissão do patrimônio, originado de acordos familiares. A Igreja Católica pregava a indissolubilidade do matrimônio. Na visão da Igreja, os cônjuges deveriam se unir não por amor, mas para pagar o débito conjugal, procriar e lutar contra o adultério, abolindo afeto ou anseios desregrados da alma ou do corpo, os cônjuges não poderiam ter amor e paixão ou outro sentimento semelhante.

A literatura do período produzida pela Igreja anuncia o temor da mulher dominadora do casamento, traz como ameaça não somente as vontades femininas, mas como também a sua beleza física. A beleza era temida, pois associava a mulher diretamente a um instrumento de pecado, um veículo de perdição da saúde e da alma de seu marido.

Nesse sentido, os papéis de gênero na família patriarcal eram bem delimitados: ao homem competia o comando total da casa e das pessoas que nela habitavam. A rígida moral sexual que atormentaria as mulheres, o culto à maternidade e a divisão das tarefas, concentrava a atividade remunerada e externa no homem. Evidenciava-se na vida doméstica uma responsabilidade plena e “naturalmente” feminina, características desse tipo de organização.

É preciso realmente perguntar-se quais são os mecanismos históricos que são responsáveis pela des-historicização e pela eternização das estruturas da divisão sexual e dos princípios de divisão correspondentes. [...] lembrar que aquilo que, na história parece como eterno não é mais que o produto de um trabalho de eternização que compete a instituições interligadas tais como a família, a igreja, a escola (BOURDIEU, 2005, p. 4).

O homem ativo, detentor do desejo sexual e a mulher, por sua vez, ocupavam um papel passivo submisso e que se conforma com o que lhe é considerado correto e desejável: Imposta uma dicotomia sexual, o Estado e a Igreja cabia controlar a sociedade por meio do adestramento dos afetos, dos amores e da sexualidade,

principalmente a feminina, tendo a relação entre os sexos mais próxima do ideal da sociedade católica, evitando, assim as infrações que os pudessem perturbar (DEL PRIORE, 2011, p. 85).

De acordo com a autora, as mulheres tinham diferentes papéis sociais dentro da função doméstica, podendo ser escravas, senhoras ou livres. As escravas assumiam trabalhos na lavoura e várias atividades cotidianas das fazendas: lavar, cozinhar, costurar, fabricar sabão, cuidar das crianças e idosos, as senhoras administravam o trabalho das escravas e, quando viúvas ou por invalidez do marido, geriam os negócios da família. As livres e pobres exerciam a função de vendedoras ambulantes de produtos artesanais feitos por elas próprias. Eram empregadas nos armazéns, agricultoras de subsistência, costureiras, doceiras e prostitutas.

Samara (1998) enfatiza que a partir de uma nova organização familiar e das relações de gênero começavam a se alterar rompendo com a estrutura do sistema patriarcal, destituído o papel reservado aos sexos e a rígida divisão de tarefas e incumbências. Desse modo, a emergente burguesia do século XIX é inserida no contexto de implantação de valores que substituíram progressivamente a tradicional família patriarcal, que vivia confinada à zona rural, pela família urbana, menos extensa, mais próxima das necessidades pertinentes às mudanças econômicas.

Para a autora, a família burguesa seria uma mistura entre o conservadorismo moralista vitoriano e as práticas sociais<sup>20</sup> da *Belle Époque* francesa que influenciou na ruptura de comportamentos, atitudes e expressões tradicionais que eram consideradas inadequadas para a nova situação da sociedade brasileira, cuja proposta era constituir uma população civilizada como os europeus, principalmente como os franceses.

A “rua” passou a ser lugar público e a “casa” lugar privado, cisão que não havia anteriormente. A disposição do interior das casas tornou-se mais aconchegante, dando limites do convívio e distância entre classes sociais, permitindo um processo de privatização da família marcado pela valorização da intimidade. Conforme Da Matta

---

<sup>20</sup> A época em que esta fase era comum foi marcada por transformações culturais intensas que demonstravam novas formas de pensar e viver. Considerada uma época de ouro, beleza, inovação e paz entre os países; a fase trazia invenções que faziam com que a vida se tornasse mais simples para todos os níveis sociais. Neste período, no Brasil, vive-se um momento em que se busca minimizar as lembranças do Império e da colonização Portuguesa. Disponível em: <http://www.infoescola.com/artes/belle-epoque/>. Acesso em 14 fev. 2019.

(1986), esses dois espaços de poder são universos simbólicos e apresentam dimensões sociais em que os valores e a moral estão determinados.

A passagem da família patriarcal para a família burguesa foi ampla, pois envolvia desde as relações de produção até a constituição de subjetividades, em que se acentuam a intimidade, a identidade pessoal e a individualidade. Isso acarreta mudanças nas prioridades da vida que passa a enfatizar o livre arbítrio e a busca da felicidade pessoal.

Samara (1989) evidencia que o desenvolvimento da família conjugal moderna se deu devido ao casamento de livre escolha e reformulação dos papéis de homens e mulheres no casamento, o que estimulou novos modelos de comportamentos masculino e feminino. As mudanças ocorridas no modo de organização social e de relacionamentos familiares entre as elites urbanas marcaram a segunda metade do século XIX. As populações urbanas foram as que mais de perto perceberam as novas influências de pensamentos filosóficos que enfatizaram a ideologia das concepções teóricas decorrentes das mudanças dos comportamentos.

Durante a segunda metade do século XIX, surgem novas oportunidades de emprego na indústria e na burocracia, cabe às mulheres ocuparem uma parte desse mercado. As mudanças foram fundamentais no que diz respeito às relações entre os sexos e aos novos modelos de famílias. As transformações políticas, econômicas, culturais e sociais deram a sociedade brasileira novas formas de organizações que interferiram nas dinâmicas sociais e familiares e na atuação delas nos diferentes espaços.

As prostitutas dessa pesquisa trazem à tona os estigmas familiares marcados em suas identidades. A ausência da mãe e / ou pai no convívio familiar concerne o rompimento de laços familiares que, conforme as colaboradoras contribuíram determinadamente em suas vivências.

Os limites do mundo familiar, demarcados pela história que a família conta sobre si, criando sua identidade, são abalados pela ação individualizada de cada um de seus membros, que reagem singularmente às relações internas e que trazem à convivência cotidiana a experiência também singular com o mundo exterior. A tensão entre os distintos discursos familiares denota a singularidade da família no mundo contemporâneo: ela é, ao mesmo tempo, auto referida na sua construção do “nós” – nisto que constitui o mundo privado – e permanentemente influenciada pelo mundo exterior – o público -, que lhe traz a inevitável dimensão do “outro”, com a qual tem que lidar. Assim, a família constitui-se pela construção de identidades que a demarcam, em constante confronto com a alteridade, cuja presença se fará sentir insistentemente,

forçado a abertura, mesmo quando persistirem as resistências. A família, então, constitui-se dialeticamente (SARTI, 2004, p. 19).

As garotas de programa aparecem entre os diferentes grupos étnicos, produzem as relações que se constituem de acordo com a cultura, a região e a classe social. Os espaços e contextos em que essas mulheres estão inseridas dialogam com a família, escola e trabalho de maneira que as identidades são afirmadas e/ou negadas. Desse modo, elas se apropriam de traços culturais para se produzirem identidades que se manifestam das relações de vivências as quais as remetem a um sujeito sociocultural. Esse processo é estabelecido através do movimento de inclusão e exclusão, impõe limites entre os grupos de contato, em que as relações de pertencimento étnico tornam-se marcadas pela identidade e diferença.

Identidade referenciada pela cultura eurocêntrica que expressivamente circula nos espaços da sociedade apresentando-se como dominante e oficial. Diferença no que diz respeito às marcas simbólicas da representação dos povos que não possuem atributos do grupo considerado colonizador. Nesse aspecto, a língua, religião, costumes, vestimentas, hábitos e códigos são considerados inferiores nas situações de interação em que a identificação e/ou diferenciação são evidenciadas através dos sistemas simbólicos de representação entre nós e eles. Essas representações influenciam nos comportamentos grupais. De um lado o Nós - com propriedade para nomear e do outro, Eles – o outro que não se inclui nos ensinamentos da cultura ocidental, em organizações sociais como a família, escola e trabalho em constante evolução.

Conforme Balibar e Wallerstein (1993), os movimentos e políticas de identidade constituem uma presença quase que obrigatória na contemporaneidade e junto ao seu sucesso surge também os problemas e tensões. Essas mulheres revelaram papéis diferenciados e distintos em seus contextos. Há realidades em que elas aparecem com variações de comportamentos de acordo os diferentes lugares: escola, casa e sociedade. A própria natureza do sistema patriarcal se desfez com a divisão do trabalho entre as pessoas, criando, de certo modo, condições para a afirmação da identidade feminina entre público e privado, devido as suas atuações.

Silva (2014) destaca o discurso colonial e a sua ligação com relações de poder que existem na demarcação das fronteiras determinantes das diferenças. Segundo o

autor, é por meio da representação que a identidade e a diferença adquirem significados, ao utilizar padrões para estabelecer aceitação ou negação, inclusão ou exclusão de um indivíduo em determinado grupo, indica posições de pertencimento do sujeito. Normalizar significa padronizar uma identidade como paradigma para as demais.

[...] é por meio da representação que, por assim dizer, a identidade e a diferença passam a existir. Representar significa, neste caso, dizer: 'essa é a identidade', 'identidade é isso'. É por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder. Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar identidade (SILVA, 2014, p. 91).

Essa realidade na qual quem detém o poder de representação apresenta condição de nomear e classificar seus pares é visível nos espaços da sociedade. Vale salientar que o contexto social, histórico e político são definidos pela multiplicidade de sujeitos, culturas, saberes e crenças. A identidade e diferença são produções sociais e interdependentes, considera-se, assim como Hall (2014), que as identidades são firmadas por meio das diferenças, designando posições assumidas e/ou negadas pelos sujeitos.

Ao reportar às narrativas das colaboradoras desta pesquisa, a manifestação da diferença passa a existir no meio social a partir do outro, o diferente, colocando sempre em questão as identidades. Remete-se nesse caso, as falas que evidenciam aqueles (outro) que apontam e indicam quem elas são e um (eu) quando elas se reconhecem como garotas de programa e mães afirmando e/ou negando o pertencimento a um determinado grupo.

Dessa forma, a identidade e a diferença se complementam através da relação de contraste. Ao contar sobre as suas trajetórias, a memória trouxe os estigmas que permeiam o imaginário social das mulheres em determinados contextos. Questões como família, educação, classe social, trabalho, raça/etnia e gênero são apontadas como fatores que contribuíram para os estigmas na história de suas vidas.

Identidades construídas pelos embates, lutas e silenciamentos que se expressam nas vivências da prostituição e se dialogam no espaço familiar. Com isso, Bourdieu (2002) compreende que as mudanças reais ocorridas na sociedade contemporânea, a partir de suas práticas, desvelam as formas de legitimação que justificam a dominação social, estereótipos e as formas de opressão que definem e limitam um grupo de pessoas na sociedade.

As mulheres que fogem da normatividade da ordem familiar convencional, não se encaixam na ordem hegemônica, a depender da forma que se relacionam, se comportam e produzem fronteiras nas relações interétnicas. Esses conflitos estão presentes nas suas trajetórias contrastam com as outras identidades que se relacionam. Aportam-se em Barth (2000) e compreende-se que a forma contrastiva que caracteriza a natureza de um grupo étnico resulta de um processo de confronto e diferenciação. Os elementos como códigos, regras, vestimentas e sentimentos são semelhantes e se diferenciam no que tange ao próprio espaço em que se relacionam e tornam as prostitutas um grupo étnico que produz fronteiras de forma dinâmica, ora aproximando-as, ora distanciando-as e gerando os conflitos intergrupais.

Nessas circunstâncias que as fronteiras da família são delimitadas pela história que vai sendo contada aos indivíduos ao longo de suas vidas, são, entretanto, constantemente refeitas pelo que é revelado das experiências vividas. Cada um conta sua história ao seu modo de ver, pensar e lidar com o mundo que o cerca. Ela é recontada de maneiras diferentes por e para cada um dos membros que compõem a família, dependendo do lugar a partir do qual ouvem, falam e constroem diversas histórias.

As fronteiras da família, delimitadas pela história que vai sendo contada aos indivíduos ao longo de suas vidas, são, entretanto, constantemente redefinidas pelas várias mensagens que lhes chegam, vindas do mundo ao seu redor. Além disso, cada um conta essa história do seu jeito. Ela é recontada de maneiras diferentes por e para cada um dos membros que compõem a família, dependendo do lugar a partir do qual ouvem e falam, construindo várias (e variadas) histórias (SARTI, 2004, p. 18).

A identidade étnica não é estática e se constitui a partir dos conflitos identitários que se formam através das relações sociais. Diferenças e semelhanças familiares ocorrem dialeticamente das representações de poder que produzem e reproduzem desigualdades. Desse modo, as identidades das prostitutas são acentuadas pelo viés dos processos de inclusão ou exclusão. Elas se organizam a fim de definir o “eu” e o “outro”, o “nós e eles” manifestando as categorias de diferenciação e assimilação.

Um grupo social que no interior de um sistema sociocultural mais amplo, reivindica e possui um estatuto especial em razão de um complexo de traços que ele representa ou presume representar (POUTIGNAT E STREIFF-FERNART, 2011, p. 80).

Nesse entendimento, a identidade étnica ocupa lugar emergente no qual o sujeito, que no caso desta pesquisa são as mulheres prostitutas, baseia-se em si para situar-se etnicamente. Elas e as suas peculiares vivências se constituem nas suas



identidades étnicas em uma sociedade e atuam como elementos essenciais na construção cultural da comunidade,

Singly (2003, p. 86) faz uma relação entre as famílias entrelaçando as identidades dos sujeitos. Ele afirma que o individualismo também cria laços. Para ele, a identidade é fluida e necessariamente multidimensional. É um dos fatores da desestabilização das instituições, definidas historicamente para tratar de indivíduos unidimensionais, sendo a família um exemplo disso.

Diante desta afirmação, atenta-se ao fato de que mesmo nos círculos familiares o pertencimento e o reconhecimento são fluidos. Ou seja, os indivíduos podem não reconhecer-se mais dentro de um seio familiar sanguíneo, mas criar este vínculo com outros indivíduos em um ambiente de trabalho. Mas isto somente ocorrerá a partir do momento em que estes compartilharem dos mesmos costumes, ideias e relações que os ligam temporariamente.

O grupo familiar apresenta uma identidade que está em conformidade com a sua definição social que o situa no conjunto social. Assim, a identidade é ao mesmo tempo inclusão, pois somente fazem parte do grupo aqueles que são idênticos sob certo ponto de vista, e exclusão visto que sob o mesmo ponto de vista são diferentes de outros. Nessas dinâmicas a identidade se manifesta em constante mudança, no interior dos contextos sociais, os quais determinam a posição dos agentes, orientam as suas representações e suas escolhas e produz efeitos sociais.

A identidade é uma construção que se elabora em uma relação que opõe um grupo aos outros grupos com os quais está em contato [...]. A identidade é um modo de categorização utilizado pelos grupos para organizar suas trocas. Também para definir a identidade de um grupo, o importante não é inventariar seus traços culturais distintivos, mas localizar aqueles que são utilizados pelos membros do grupo para afirmar e manter uma distinção cultural (CUCHE, 1999, p.182).

Considerando que a identidade é resultado de uma construção social e faz parte da complexidade e da heterogeneidade dos grupos sociais, não pode ser considerada como monolítica, visto que essa concepção dificulta a compreensão de diversos processos de identidade mista presentes na sociedade.

Na realidade, como cada um faz a partir de suas diversas vinculações sociais (de sexo, de idade, de classe social, de grupo cultural...), o indivíduo que faz parte de várias culturas fabrica sua própria identidade, fazendo uma síntese original a partir destes diferentes materiais. O resultado é, então, uma identidade sincrética e não dupla, se entendermos por isso uma adição de duas identidades para uma só pessoa (CUCHE, 1999, p.184).

Embora a concepção negativa da dupla identidade permite que certos grupos sejam desqualificados socialmente, cada indivíduo integra, de forma sintética, a variedade das referências identificatórias ligadas à sua história. Também de acordo com as dimensões do grupo ao qual ele faz referência em uma ou outra situação relacional, o indivíduo tem consciência de ter uma identidade de forma variável.

O caráter multidimensional e dinâmico da identidade dificulta a sua delimitação e a sua definição. É isto que lhe “confere sua complexidade, mas também o que lhe dá sua flexibilidade. A identidade conhece variações, presta-se a reformulações e até as manipulações” (CUCHE, 1999, p.186).

A identidade é vista como um meio para atingir um objetivo. Logo, a identidade não é absoluta, mas relativa. O conceito de estratégia indica também que o indivíduo, enquanto ator social, não é desprovido de uma certa margem de manobra. Em função de sua avaliação da situação, ele utiliza seus recursos de identidade de maneira estratégica. Na medida em que ela é um motivo de lutas sociais de classificação, que buscam a reprodução ou a reviravolta das relações de dominação, a identidade se constrói através das estratégias dos atores sociais (CUCHE, 1999, p.186).

Entretanto, não se pode pensar que os atores sociais são totalmente livres para definir sua identidade, conforme interesses materiais e simbólicos do momento. Quer dizer, as estratégias devem levar em conta a situação social, a relação de força entre os grupos e as manobras dos outros. Na medida em que a identidade é o resultado da identificação imposta pelos outros e do que o grupo ou o indivíduo afirma por si mesmo, um “tipo extremo de estratégia de identificação consiste em ocultar a identidade pretendida para escapar à discriminação” (CUCHE, 1999, p.186).

Não obstante possa ser até um emblema ou um estigma, a identidade instrumentaliza-se nas relações entre os grupos sociais. Por isso, o caráter estratégico da identidade não implica necessariamente uma perfeita consciência dos objetivos buscados pelos indivíduos e tem a vantagem de dar conta dos fenômenos no despertar da identidade. A identidade se constrói, se desconstrói e se reconstrói, de acordo com as situações de vida em sociedade. “Ela está sempre em movimento; cada mudança social leva-a a se reformular de modo diferente” (CUCHE, 1999, p.188).

Tomando as relações étnicas, neste estudo, as prostitutas pensadas a partir de uma lógica hegemônica evoca-se a cultura no sentido de “território de luta” (HALL, 2003, p. 246), local onde está em jogo modos de ser, sentir, pensar e agir dos sujeitos

sociais em que os significados e sentidos das representações estão em permanente disputa e negociação.

Assim, a identidade constrói-se em situações específicas através de representações culturais, pois é entendida com um “modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações, quanto a concepção que temos de nós mesmos” (HALL, 2004, p. 50).

Nesse entendimento, o mundo contemporâneo tem produzido formas complexas de subjetivação, pois simultaneamente busca-se abertura de espaço para interdependência transnacional das identidades e das interações globais e provoca um movimento que busca retomar os aspectos locais que sustentam a demarcação das diferenças.

## 2.5 GAROTA DE PROGRAMA E MÃE: SENTIDOS E SABERES

Esta pesquisa contribui para refletir sobre as relações que demarcam as mulheres na condição de serem mães e garotas de programa. O discurso social sobre suas identidades se reflete nas diferentes famílias, como um espelho. Em cada caso, entretanto, há uma tradução desse discurso, que, por sua vez, devolve ao mundo social sua imagem, filtrada pela singularidade das experiências vividas.

Assim, cada família constrói seus mitos a partir do que ouve sobre si, do discurso externo internalizado, mas devolve um discurso sobre si que contém também sua própria elaboração, objetivando sua experiência subjetiva. Essa formulação é, evidentemente, contrária à identificação da noção de família com a unidade de reprodução biológica (pai, mãe e filhos) e se contrapõe, ainda, à suposição da biologia humana como parte da ordem da natureza.

Essa naturalização das relações sociais acontece de forma mais evidente em relação à família do que a outras instituições sociais, porque a família é o espaço social onde se realizam os fatos da vida vinculados ao corpo biológico, como o nascimento, a amamentação, o crescimento, o acasalamento, o envelhecimento e a morte. O apelo à ordem da natureza para explicar fatos humanos remete à dissociação entre biologia e cultura, com base na qual se assume que o corpo biológico existe independentemente da cultura, ao invés de pensá-lo como inscrito na e pela cultura.

Diante dessa explanação, a família como o mundo social, não é uma soma de indivíduos, mas um universo de relações. Embora comporte relações potencialmente equitativas, como aquela formada por um homem e uma mulher, a família implica autoridade, pela sua função de socialização dos menores, definindo-se, assim, como um mundo de relações recíprocas, complementares e assimétricas.

Para Sarti (2004) a família não se define, portanto, pelos indivíduos unidos por laços biológicos, mas pelos significantes que criam os elos de sentido nas relações, sem os quais essas relações se esfacelam, precisamente pela perda ou inexistência de sentido.

A imagem social das mulheres sofreu e ainda sofre constantes mudanças na sociedade, sendo valorizada em certas instâncias e repudiada em outras. No ambiente familiar, isso não é diferente. Ou melhor, talvez seja nesse ambiente que a imagem delas se firme e se expanda para a sociedade, transmitindo para os campos a posição social feminina.

Samara (1998) sinaliza que na sociedade patriarcal, por exemplo, foi fixada uma imagem de mulheres submissas aos maridos e servidoras aos filhos. Essas eram reclusas no mundo doméstico, circunscritas ao silêncio do mundo privado, elas não teriam uma história visto que, somente os espaços públicos, destinados aos homens, possuíam importância. No período colonial elas não podiam frequentar escolas, ficando dessa forma excluídas do âmbito da educação formal, destinada apenas aos homens.

Nesse modelo de sociedade, as mulheres aprendiam a costurar, bordar, cozinhar e as mais abastadas, a pintar e tocar algum instrumento. A leitura e a escrita deveriam ser mínimas possíveis, isso dependendo da rigorosidade do pai, que em muitas vezes não permitia que as filhas aprendessem a ler e escrever. Em contrapartida eram treinadas para uma vida reclusa, onde o casamento, a administração da casa, a criação dos filhos eram seus principais deveres. “Essa era a mulher direita, a rainha do lar, mãe dos filhos de seus maridos” (DEL PRIORE, 2011, p. 87).

Para a autora, as relações sexuais com essas mulheres tinham um fim procrístico, pois era vista como imaculada, quando se casavam, seguiam para a lua de mel sem informações sobre o ato sexual. O sexo ocorria às escuras, o corpo

feminino era coberto por um lençol que permitia apenas a visão dos órgãos sexuais. O prazer sexual masculino ficava a cargo das negras escravas e das prostitutas e à esposa era proibido sentir tal prazer porque o sexo cabia somente à reprodução.

De acordo com Del Priore (2011), as “mulheres de família”, que eram vistas como honradas, deveriam seguir os padrões e normas que a sociedade impunha, exaltando as virtudes de uma vida recatada e submissa ao poder masculino, ora do pai, ora do marido. Caso contrário, se trataria de um pecado mortal de ambos os cônjuges, que estariam transformando o sagrado matrimônio em uma atividade mundana, trazendo o prazer e o desejo para um contexto onde deveria predominar o respeito e a ternura, cabendo a elas, portanto, tolerarem as relações extras matrimoniais com as escravas ou prostitutas.

As mulheres quando não se encaixavam nesse modelo, seja classe econômica ou por ter sofrido algum abuso e com isso perdido a virgindade, eram o resto, a escória da população, as prostitutas. Elas tinham como função social satisfazer as necessidades e impulsos sexuais masculinos, protegendo a moça virgem de possíveis estupros ou violações, sendo considerada pela sociedade e pela igreja como um mal necessário.

Conforme Del Priore (2011) essa figura lasciva continua ao longo dos séculos. A prostituta do final do século XIX era uma forma “anti-higiênica” de mulher, pois mantinha relações sexuais por dinheiro, se entregava à masturbação, à sodomia e a práticas pouco convencionais. Além disso, a prostituta era considerada irresponsável com a vida e criação de seus filhos, sendo vista como alguém que toma medidas desumanas.

Muitas eram mulheres pobres e marginalizadas que dependiam da prostituição para conseguirem sobreviver e sustentar sua família. O conceito de “moça de família” pode ter surgido deste contexto, no qual a menina virgem que estava para se casar vinha de uma família tradicional sendo encaminhada através do casamento a outra família igualmente tradicional. A prostituta não seria vista como “de família”, pois suas atividades levavam ao estereótipo de quem não tinha boa origem, não vinha de uma família tradicional e estava ali para servir ao homem. E os filhos delas também não seriam reconhecidos pela sociedade, sendo discriminados como os “filhos da puta”.

Deve-se lembrar que nos dias atuais ser chamado de “filho da puta” é um insulto, significa o sujeito de mau caráter e má índole. Ora, se as garotas de programa trabalham naquilo que não é socialmente aceito, logo seus descendentes não são frutos de alguém do bem. Além disso, até hoje, a sociedade não consegue visualizar a figura de uma mãe cuidadosa em condição de prostituição. As imagens de imaculada da moça de família e de pervertida mundana da prostituta não são fáceis de serem fundidas no imaginário social.

Visualizar ao longo da história da família, o papel da mulher, seja ela “mulher e família” ou “mulher de rua”, com a finalidade de demonstrar como o preconceito estabelece diferenças e as separa em dois tipos de mulheres diferentes. Perante a sociedade, uma mulher não pode ser ao mesmo tempo mãe e garota de programa, pois tais imagens não são compatíveis e estas acabam escondendo a prostituição para evitar discriminação a si e a sua família. Criam seus filhos e convivem com suas famílias, vivendo um duplo papel de prostituta e mãe de família.

Del Priore (2009) explica que no Antigo regime, durante o qual a igreja constituía a luxúria como um recurso perverso para a valorização da fecundidade legítima, criou-se uma diferenciação entre as mulheres e acordo com o seu estilo de vida. A mulher luxuriosa não se prestava a legítima maternidade, pois esta não era concebida dentro do sagrado matrimônio sendo, portanto, o extremo oposto da santa mãezinha, não lhe sendo atribuída nenhuma qualidade.

Da Matta (1997) expõe a existência de dois tipos de comportamento feminino: o da “virgem mãe”, mulher capaz de ter sua sexualidade controlada pelo homem a serviço da sociedade e o da prostituta, o seu extremo oposto. As duas mulheres são distinguidas pela maneira que usam a sexualidade, a primeira sob controle é santificada e a segunda é x autônoma = demoníaca), porém as características maternais estão presentes em ambas.

Existe uma tendência do senso comum em atribuir às mulheres duas categorias, representadas simbolicamente pelas santas ou pelas pecadoras. Estas duas concepções estão intimamente ligadas ao lugar onde elas transitam, ou seja, no espaço público ou no privado. Sendo assim, a sociedade, por sua vez, carregada de tabus e concepções morais fundamentados em princípios religiosos e, sobretudo, machistas, insiste em classificá-las por categorias, determinando o seu caráter com

relação a sua postura no convívio social e ao seu corpo sensual e sexual, fatores determinantes para reforçar a separação entre as de bem e para a diversão.

Del Priore (2009) sinaliza que historicamente, as mulheres sempre foram preparadas para serem as “santas”, por meio da educação que recebiam das suas famílias que as preparavam para o “doce” ofício de ser esposa, sempre submissas aos seus maridos e, ao se casarem, passavam a exercer a autoridade que os pais até então tinham sobre as filhas. A mulher que a sociedade dos homens queria para levar ao altar, diante da Igreja e da sociedade, deveria ser pura e imaculada, haja vista que uma mulher de bem não podia pensar ou ter desejos sexuais, era a imagem da Virgem Maria, que mesmo dando à luz a um filho continua pura.

Assim, deveria ser o modelo ideal de mulher, ao retratar o estereótipo da mulher ideal “identificada à religiosa ou mesmo considera como santa, à imagem de Maria, a mãe será totalmente dessexualizada e purificada” (RAGO, 1985, p. 82).

Compreendido dessa maneira, o exercício do meretrício parece apagar outros papéis sociais executados pelas prostitutas em outras esferas, como por exemplo, a maternidade e o casamento. Sabe-se que a mulher que se prostitui não se reduz ao sexo; ela tem direito à cidadania e ao respeito tanto quanto as demais mulheres da sociedade, independentemente das funções que exerça. Todavia, a prostituta foi compelida ao purgatório do esquecimento.

Ser mãe e ser garota de programa é assumir frente às inúmeras formas de preconceitos o lugar de luta em contraponto as referências eurocêntricas que as estigmatizaram historicamente é, então, tomar consciência de si e das relações com o outro, é reconhecer-se e tomar-se uma nova consciência sob a ótica do respeito às diferenças, considerando que as interações entre sujeitos e grupos são importantes no processo de transformação.

A comercialização do corpo não é uma prática bem vista aos olhos da sociedade para a qual as mulheres ainda são o símbolo da maternidade, da reprodução, por transgredir o pensamento de que as “honestas” são aquelas que formam famílias e cuidam dos seus lares. No entanto, a partir dos relatos das colaboradoras desta pesquisa, a prostituição é vista como um trabalho e a maternidade aparece como dimensão significativa da identidade feminina que dá sentido à vida e a família.

Para as mulheres desta pesquisa, a comercialização do sexo é uma tarefa muito difícil de aceitação e não isenta de preconceitos por parte da sociedade. No entanto, elas afirmam encontrar na prostituição possibilidades de ter uma casa, sustentar seus filhos e dar condição para que estes possam estudar sem precisar trabalhar desde cedo como foi o caso delas. Na condição de chefia de família são impulsionadas à superação de desafios do cotidiano, uma vez que se dedicam à manutenção de suas famílias e criação de seus filhos sem o apoio e presença paterna.

Mediante as narrativas das colaboradoras a maternidade significa uma “batalha”, razão pela qual adentraram na prostituição. Assim, para elas, se prostituir é resistência. Elas compartilham saberes e sentidos, dialogam entre si e rompem com crença que as colocam em posições dicotômicas.

Giddens (1993) afirma que a “invenção da maternidade”, ou melhor, o valor atribuído ao ato de ser mãe, faz parte de um conjunto de influências sociais que afetaram as mulheres a partir do século XVIII, tais como o surgimento da ideia de amor romântico; a criação do lar, separação entre espaço privado e público e modificação das relações entre pais e filhos. Ao final do século XIX, o autor aponta que houve um declínio do poder patriarcal, pois elas passaram a ter mais controle na criação dos filhos, deslocando a autoridade patriarcal para a afeição maternal e associando a maternidade com feminilidade.

Com isso, o papel social das mulheres ficou limitado à realização da maternidade, atribuindo-lhes os deveres e obrigações na criação dos filhos. Foi a partir da consolidação da sociedade industrial que houve a transição de um modelo tradicional de sociedade industrial e a transição de um modelo tradicional de maternidade (mulher mãe, com elevado número de filhos) para um modelo moderno de maternidade (mulher tem outras funções sociais além de ser mãe, o que leva a um número menor de filhos e um planejamento).

Para Da Matta (1997) neste momento, em que as mulheres começaram a associar trabalho fora do lar e maternidade, instaurou-se a ideia de dupla responsabilidade, que se fortaleceu no século XX com os avanços da industrialização e da urbanização. A denominada “dupla jornada de trabalho” revelou uma mudança nos padrões da maternidade. A partir do momento em que elas passam a ter uma educação formal e uma formação profissional, no decorrer do século XX, essa dupla jornada de trabalho as levam à dimensão reflexiva sobre o ser ou não mãe, passando



a ser, portanto, uma decisão racional influenciada por fatores como condições subjetivas, econômicas e sociais das mulheres e do casal.

Conforme o autor, no final do século XIX, as mulheres começam a limitar cada vez mais o número de nascimentos para conseguirem ganhar mais espaço no mercado de trabalho. Cabe ressaltar que tal recusa a maternidade teve uma condenação social e ainda tem nos dias atuais, persistindo em sociedades que são contrárias ao aborto e que, de certa forma, associam a imagem delas obrigatoriamente a imagem de mãe.

Para Samara (1998), na segunda metade do século XX, a família é organizada patriarcalmente, na qual o pai toma as principais decisões e é detentor do poder, passou a ceder lugar a um modelo de família que tem o poder distribuído de maneira mais igualitária. A entrada das mulheres no mercado de trabalho e, com isso, sua emancipação financeira, modifica a imagem daquelas que eram dependentes dos “chefes de família” e perturbou o próprio poder.

Logicamente, isso gerou diversas mudanças na família: o número de divórcios e separações intensificou; aumentou a idade escolhida pelas mulheres para se casarem de acordo com o aumento dos índices de escolaridade; número crescente de relações conjugais não legalizadas, devido não somente a independência financeira feminina como também da liberdade sexual.

Roudinesco (2003, p. 12) afirma que a evolução da “família tradicional serve acima de tudo para assegurar a transmissão de um patrimônio”. Considera que os casamentos são arranjados entre os pais, não levam em conta a vida sexual e afetiva dos futuros esposos, além de serem unidos em idade precoce. Prevalece a ordem do mundo imutável, submetida a uma autoridade patriarcal, uma verdadeira transposição da monarquia do direito divino.

De acordo Roudinesco (2003) a família dita "moderna" se sustenta por uma lógica afetiva evidenciada entre o final do século XVIII e meados do XX. Destaca-se pelo amor romântico, em que a reciprocidade dos sentimentos e os desejos carnis são sancionados pelo casamento e valoriza a divisão do trabalho entre marido e mulher. “A atribuição da autoridade torna-se então motivo de uma divisão incessante entre o Estado e os pais, de um lado, e entre os pais e as mães, de outro” (p. 12).

A autora afirma que somente a partir dos anos 1960, surge a “família dita “contemporânea” ou “pós-moderna”, que une, ao longo de uma duração relativa, dois indivíduos em busca de relações íntimas ou realização sexual”. Com isso, os divórcios, separações e recomposições conjugais aumentam o que causa modificações no exercício da autoridade.

Houve uma desprivatização da família, a partir da segunda metade do século XX, devido a transformações no seu núcleo central ocorrida devido às separações e as novas uniões. A família saiu de seu lugar divinizado ou naturalizado para ocupar uma posição mais frágil, neurótica, preocupada em recriar um equilíbrio, mesmo que para isso se construa, se desconstrua e se reconstrua. Os filhos podem ser educados sob a autoridade de dois pais e duas mães, sob o mesmo teto que seus meios-irmãos, sem que sejam mal vistos, como antes eram apelidados pejorativamente de bastardos, mas de forma natural, integrados à norma de uma nova ordem familiar recomposta.

Ao se outorgar à mãe e à maternidade um lugar considerável, proporciona-se meios de controlar aquilo que, no imaginário da sociedade, corre o risco de desembocar em uma perigosa irrupção do feminino, isto é, na força de uma sexualidade julgada tanto mais selvagem ou devastadora na medida em que não estaria mais colada à função materna. A mulher deve acima de tudo ser mãe, a fim de que o corpo social esteja em condições de resistir à tirania de um gozo feminino capaz, pensa-se, de eliminar a diferença dos sexos (ROUDINESCO, 2003, p. 21).

Essa transformação ocorrida em virtude da sexualidade e do olhar dirigido às mulheres e às crianças no seio da família deu lugar a um agenciamento inédito das relações de aliança. Em lugar de serem reduzidas aos seus papéis de esposa ou de mãe, elas se individualizam à medida que o acesso ao prazer é dissociado da procriação.

As famílias desprovidas de lugares tradicionais demonstram fragmentação e multiplicação nas experiências de mundo e de vida privada, assim como a crescente individualização dos gêneros. Como consequência, os relacionamentos sofrem dificuldades na sustentação de projetos de vida em comum e no planejamento do futuro, mas também aponta a experiência de novas formas de sociabilidade e interação, com base na tolerância, sociabilidade e inclusão das diferenças. A partir disso, a escolha e o projeto de manutenção do vínculo amoroso estável demonstra variadas práticas sociais e culturais que dinamizam e pluralizam a experiência cultural e identificatória de gênero.

Com a descoberta das técnicas anticoncepcionais, o tabu da virgindade que sustentava o casamento monogâmico e fazia as mulheres iniciarem a vida sexual somente depois de seus casamentos, deixou de fazer sentido, dando a elas a “capacidade de diversificar suas experiências sexuais, separarem a sexualidade feminina e obrigatoriedade e medo da procriação, permitindo assim sua independência sexual” (ROUDINESCO, 2003, p. 76).

A evolução e popularização dos métodos contraceptivos, principalmente o surgimento da pílula anticoncepcional consolidaram transformações, criaram condições efetivas para que as mulheres pudessem se relacionar mais abertamente com a sexualidade e se lançarem em novos projetos que não somente a maternidade.

Conforme Roudinesco (2003), as mulheres haviam conquistado com a pílula o poder de decidir se queriam ou não engravidar, com a possibilidade de serem estéreis, libertinas, sem serem condenadas moralmente. Além do advento da pílula anticoncepcional, durante a segunda metade do século XX, elas passaram a se preocuparem mais com suas imagens, devido às novas regras estéticas impostas pelo mercado da moda e em garantir um papel social que lhes permitissem mascarar suas interioridades afetivas, gerando uma revolução da condição feminina.

Nas sociedades industrializadas modernas, com o aparecimento do planejamento seguro dos nascimentos possibilita a escolha do momento mais adequado para se ter filhos, houve um retardamento da idade em que as mulheres passaram a ter o primeiro filho, modificou a ideia de recusa circunstancial da maternidade para uma escolha. Com o advento da contracepção médica moderna, principalmente a pílula contraceptiva, elas puderam ter acesso a um controle eficaz e socialmente aceito da fecundidade.

Conforme Scavone (2001), a transformação da maternidade fez gerar diferentes tipos de mães, donas de casa, chefes de famílias, “produção independente” e “casais igualitários” que buscam soluções para os cuidados das crianças enquanto trabalham (escolas com tempo integral, creches públicas, babás, vizinhas ou avós solícitos), tentam, com isso, seguir tanto as pressões demográficas como as diferentes pressões feministas e os desejos e anseios de cada mulher. A autora enfatiza que, apesar do modelo da maternidade reduzida diminuir a ambiguidade entre vida profissional e vida familiar, a realização da maternidade continua sendo um dilema

para as mulheres que querem seguir uma carreira profissional, pois elas ainda assumem a maioria das responsabilidades parentais.

Compreende-se a partir dessas explicações que a condição social de uma pessoa é definida parcial ou amplamente através do imaginário social, define grupos que se contrapõem o que seria na verdade uma conformidade em sua etnicidade, à construção social do gênero em sua trajetória de vida.

Ora, quando se indaga sobre as vivências das garotas de programa mediante as relações entre família, escola e trabalho, em suas narrações, percebe-se que o fenômeno da maternidade e da prostituição se encontra imbricado nas questões de trabalho. A garota de programa que, ao deixar seus filhos em casa com irmãos ou sob cuidados de outras pessoas, se apropria de uma carga horária noturna para conseguir na prostituição condições para assumir a função de mãe e a chefe de família, a mãe que na experiência do lar e da maternidade cuida para que a educação, o alimento e a relação entre mãe e filhos seja prevalecida pelos laços de afetividade.

Conforme Pollak (1989) a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as posições irredutíveis exemplificadas pela rememoração dos conflitos étnicos vividos pelas prostitutas quando elementos sociais, de classe e gênero são significativos enquanto marcadores de exclusão. Dessa maneira, os processos de estratificação dos grupos são sustentados pelas formas variáveis em que as identidades são manifestadas.

A dicotomia vivida pelas mulheres, de um lado a mulher “de bem”, que se resguarda em função da sua família e, do outro lado, a marginalização desta outra que utiliza seu corpo como um instrumento de trabalho e que vive sua sexualidade de forma mais livre e independente, sofre com isso todo tipo de preconceito ao sair dos padrões impostos por uma sociedade dita moralista, é algo que já está intrínseco na história da mulher. Elas são caracterizadas como deformadoras do papel feminino e vistas como descartáveis, sem valores e pudores.

A mulher ocupa neste contexto, um espaço de transgressão, entendida como alguém que foge dos padrões estabelecidos pela sociedade conservadora, que controla a sexualidade feminina como garantia de honra para os homens e moral familiar. Nesse sentido, a vida sexual da mulher deve ser desenvolvida somente

através de práticas sexuais permitidas. Tal realidade permite ao homem o controle social, subjuga a mulher e coloca-a em uma posição de submissão.

No contexto de relações sociais e familiares surge a “casa” espaço que lhe conferem ser mãe, cuidar e zelar dos filhos e a rua enquanto lugar de busca produtiva, a qual garante condições financeiras para manter e prover o “lar”. Ao narrar suas histórias, as mulheres se consideram garotas de programa e boas mães que buscam proporcionar para seus filhos o contrário do que foi vivido por elas.

De acordo com Pollak (1989, p. 12), a memória, “ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais”. A partir das histórias das colaboradoras constata-se que elas se sentem realizadas como mães, no entanto, revelam angústias nas suas vivências, pois para elas, para sobreviver no universo de desigualdades sociais, a prostituição é uma alternativa, uma vez que não visualizam oportunidades de emprego que ofereçam condições para serem provedoras da renda familiar. A memória é uma leitura do passado construída no presente e reconstituindo-o.

A memória é um elemento de identidade, tanto individual como coletivo, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou um grupo em sua reconstrução de si (POLLACK, 1992, p. 204). As memórias anunciam as identidades, na medida em que ela existe enquanto elemento selecionado por um grupo, favorável à manutenção das fronteiras étnicas, assim como os símbolos e sinais de identificação étnica referendados - lugar onde vivem, prostituição (trabalho) e as relações de interação entre família, escola e trabalho.

Barth (2011) revela que as diferenças culturais passam a adquirir um elemento étnico, não como modo de vida exclusivo e tipicamente característico de um grupo, mas quando as diferenças culturais são percebidas como significativas e socialmente consideráveis para os próprios atores sociais. As relações interétnicas são regidas por um conjunto sistemático de regras que atuam em oposição entre nós e eles e entre pertencer e não pertencer.

Concentrando-nos naquilo que é socialmente efetivo, os grupos étnicos são vistos como uma forma de organização social. Então, um traço fundamental [...] é a característica da auto atribuição ou da atribuição por outros a uma categoria étnica. Uma atribuição categórica é uma atribuição étnica quando classifica uma pessoa em termos de sua identidade básica mais geral, presumivelmente determinada por sua origem e seu meio ambiente. Na

medida em que os atores usam identidades étnicas para categorizar a si mesmos e outros, com objetivos de interação, eles formam grupos étnicos neste sentido organizacional (BARTH, 2011, p. 193 - 194).

Abordar as questões étnicas requer reconhecer as identidades de mãe e garota de programa como realidades sócio históricas e culturais em um movimento dinâmico e contínuo de (des)construção nas relações sociais. Sobre identidades étnicas, Barth (2011) acentua a necessidade de intensificar o olhar para além das diferenças e semelhanças culturais. Nesse aspecto, ser prostituta e mãe se relaciona a partir do reconhecimento de sentidos e saberes produzidos em suas identidades as aproximam e ao mesmo tempo as distanciam, porém elas assumem critérios de organização ao elaborar o sentimento de pertencimento étnico.

O conteúdo cultural das dicotomias étnicas parece ser analiticamente de duas ordens: 1. sinais ou signos manifestos – os traços diacríticos que as pessoas procuram e exibem para demonstrar sua identidade, tais como o vestuário, a língua, a moradia, ou o estilo geral de vida; e 2. orientações de valores fundamentais - os padrões de moralidade e excelência pelos quais as ações são julgadas. Desde que pertencer a uma categoria étnica implica ser um certo tipo de pessoa que possui aquela identidade básica, isso implica igualmente que se reconheça o direito de ser julgado e de julgar-se pelos padrões que são relevantes para aquela identidade (BARTH, 2011, p. 194).

Nas construções de suas identidades, ser mãe e garota de programa não é um problema para as mulheres dessa pesquisa, seus discursos canalizam-se para as dificuldades que se encontram nas raízes da subordinação delas, através das instituições, independentemente da classe. Assumir a prostituição como um trabalho não as distanciam da maternidade.

As mulheres continuam a ser definidas socialmente, em primeiro lugar, como mães. Sua incorporação na “produção” é determinada, em grande parte, pelas necessidades oscilantes do mercado de trabalho, e, não, vista como um direito inerente (STOLCKE, 1982, p. 103).

Assim, mediante os estudos realizados acerca das categorias família, prostituição, identidade e escola selecionadas nesta pesquisa, é possível perceber que a crença de impossibilidade das funções de mãe e prostituta é resignificada ao considerar que as mulheres desta pesquisa atribuem sentidos peculiares e comuns, tanto no que diz respeito à maternidade quanto à prostituição.

Os grupos são caracterizados por um controle diferencial de recursos considerados como importantes por todos os grupos do sistema. As culturas dos grupos étnicos componentes em tais sistemas são desse modo integradas de um modo muito especial: elas compartilham determinadas orientações e determinadas escalas de valor com base nas quais podem chegar a julgamentos hierárquicos (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011, p. 211- 212).

Os elementos que caracterizam o grupo étnico se sustentam por um sistema de representação dos significados que perpassam pelas práticas das garotas de programa. No caso das mulheres, que colaboram com este estudo, remonta o pressuposto de que as identidades se anunciam na dinâmica familiar e evidencia elementos étnicos e de gênero como determinantes de suas identidades.

Para Balibar e Wallerstein (1993), nenhuma nação moderna possui uma comunidade étnica dada, mas constrói-se o povo, inventa-se o povo, produz-se o coletivo. Sendo assim, os autores compreendem a etnicidade como uma forma de construção do povo de forma análoga à de nação. A etnicidade e nação são termos que vão na mesma direção, mas têm finalidades diferentes. São alótopos, mas não são idênticos e em certo sentido são incompatíveis

Evidencia-se a partir desta pesquisa famílias rompidas e perda de vínculos amorosos por problemas econômicos, falta de diálogo, problemas de convivência, rotina, decepções, frustrações amorosas e falta de prazer sexual que se juntam com as dificuldades associadas à perda da estabilidade em uma relação, torna evidente o rompimento de laços afetivos e familiares.

## **CAPÍTULO III - MARCO ANALÍTICO**



### 3.1 PESQUISA “IN LÓCUS” NO KM 43

Neste cenário, foi por meio das narrativas, ao ouvir as histórias dessas mulheres que, de alguma forma, pode haver uma visualização não somente do Restaurante Primavera (bordel de Dona Maria), mas na própria comunidade que foi se acostumando a ter a presença desse grupo na localidade, das visitas de homens em ambiente visto como bar e restaurante. Alberti (2005) mostra que as narrações são importantes para remontar e pensar cenários e vivências. As mulheres que, durante o dia, andam pelo comércio, frequentam escolas como mães, transitam na comunidade e são vistas no cotidiano do lugar sentadas no bar à espera de clientes.

### 3.2 VIVÊNCIAS NA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES ÉTNICAS

Todas as colaboradoras se identificam como garota de programa. Afirmam que durante o dia assumem a função de mãe e dona de casa e a noite saem para trabalhar nos pontos de bares e postos de combustíveis, situados às margens da BR 116 no Distrito Stela Câmara Dubois no município de Jaguaquara Bahia. Quem são elas? Eis uma síntese dessas colaboradoras

**Imagem 1 – Foto do Restaurante Primavera<sup>21</sup>**



---

<sup>21</sup>Espaço identificado pela colaboradora espelho como dona Maria Primavera, local onde começou a fazer programas, situado às margens da BR 116 no Distrito Stela Câmara Dubois.

**Fonte:** Google acesso em 26 de janeiro de 2019

Esta imagem é do restaurante Primavera, de propriedade de Dona Maria Primavera. Trata-se de um bar e restaurante à beira da estrada, onde as garotas de programa transitam em busca de clientes.

### **Imagem 2 – Foto do Distrito Stela Câmara Dubois**



**Fonte:** Acervo da pesquisadora

### **Imagem 3 – Foto central do Distrito Stela Câmara Dubois**



**Fonte:** acervo de pesquisa da autora, 2018

A pesquisa in lócus revela um bordel (Restaurante Primavera) no Km 43 local de trabalho conforme as falas das garotas de programa ingressas. De acordo

com elas trata-se de um universo caracterizado como prostituição. Em suas identidades se manifestam marcadores de opressão e inferioridade e se contrapõem às identidades masculinas. Nesse aspecto, os movimentos sociais e feministas criam aberturas que propõem indagar sobre o que é ser prostituta em uma sociedade constituída por processos de desigualdades, que no processo histórico social sempre prevaleceu a cultura da violência, produzindo relações de privilégios para um grupo em detrimento de outro.

As entrevistas foram realizadas fora desse contexto, cuja coleta de informações 'in lócus' visa analisar as categorias prostituição, atrelando aos estudos sobre família(s), escola e identidade(s). Uma das narradoras, - espelho, - conta que “muito cedo na minha vida comecei a frequentar o restaurante, eu pulava pra dentro pra meus filhos não saber”

Para Silva, “questionar a identidade e a diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas se organizam” (SILVA, 2014, p. 83), isto é, o questionamento implica desconstruir esses binarismos, mostrar como eles não são essencialmente dados e ativamente produzidos de modo a manter relações hierárquicas e de privilégio.

### 3.3. POPULAÇÃO E AMOSTRA

A pesquisa é feita com uma amostra de quatro colaboradoras – mulheres, garotas de programa e mães que residem na comunidade do Km 43 - Distrito Stela Câmara Dubois – no município de Jaguaquara, estado da Bahia. Aplica-se a técnica de entrevistas semiestruturadas e busca compreender o fenômeno da prostituição.

Por atender as solicitações das colaboradoras, se estabelece o critério de não identificar seus nomes. Na utilização das falas, os registros são assinados por codinomes de esmalte, escova, batom e espelho de maneira que haja sigilo e seus nomes sejam preservados, garantindo assim, a fidedignidade. As quatro colaboradoras têm idades entre 30 e 40 anos, possuem trajetórias de vida diferenciadas e indicam singularidades distintas.

O trabalho de campo se efetiva em etapas e atende a abordagem da metodologia da história oral. Em primeiro momento, a escolha das colaboradoras foi definida previamente, utiliza-se como critério, as mulheres que são mães e garotas de

programa que residem às margens da rodovia da BR 116 no Km 43 - Distrito Stela Câmara Dubois, no município de Jaguaquara Bahia. Estipulou-se um total de quatro colaboradoras, em um espaço de formação de uma rede de colaboradoras que se interessaram em colaborar com a investigação.

**Tabela 2: Dados das colaboradoras**

ESMALTE	ESCOVA	BATOM	ESPELHO
30 anos, branca, cabelos claros e longos, mãe solteira, oriunda de família de baixa renda. Tem três filhos: uma menina mora com a tia e dois meninos moram com ela, (todos com idade inferior a 13 anos) Estudou até o terceiro ano do Ensino Fundamental.	32 anos, branca, cabelos longos e castanhos, mãe solteira, oriunda de família de baixa renda. Tem seis filhos: três meninos (1 mora com sua irmã na roça, 1 ela deu e 1 mora com ela), três meninas (1 mora com sua irmã na roça, duas moram com ela). Coursou até o primeiro ano do ensino fundamental, não sabe ler e escrever.	36 anos, negra, mãe solteira, cabelos pretos e longos, oriunda de família de baixa renda. Tem dois filhos: Um menino de dezoito anos e uma menina de seis anos. (Moram com ela). Estudou até o sexto ano do ensino fundamental	37 anos, branca, cabelos pretos e longos, oriunda de família de baixa renda. Tem dois filhos: um menino de dezoito anos e uma menina de dezessete anos. Um neto de um ano e seis meses. (Todos moram com ela). Concluiu o ensino fundamental.

#### 3.4. INSTRUMENTO DE RECOLHIMENTO DE DADOS

Após esses primeiros contatos, se estabeleceram agendamentos individuais, atendendo às solicitações de horários e lugares para a realização das entrevistas. Logo, optou-se em fazer esclarecimentos sobre a pesquisa, apresentação e explicação do Termo de Consentimento Livre e Declarado (TCLE).

Nesse encontro, foi realizada a entrevista, direcionada em eixos estruturantes relacionados às questões de prostituição, família, escola e trabalho.

Na utilização das falas das prostitutas, atendendo à solicitação delas, estabeleceu-se o critério de não identificar seus nomes. Assim, os registros são assinados por codinomes: Batom, Espelho, Esmalte e Escova e considera as observações do diário de campo, se reportam aos seus depoimentos, conforme acordo descrito no Termo de Consentimento Livre e Declarado (TCLE), os nomes das entrevistadas foram preservados.

### 3.5 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ao serem questionadas sobre família, denota-se em suas falas aspectos peculiares do cotidiano que mostram os fenômenos vividos possíveis de serem interpretados com relações conflituosas nas famílias de cada uma dessas mulheres. Elas contam suas angústias e aspectos peculiares de uma vida de relações difíceis e buscam saídas na sociedade. Para conhecê-las um pouco mais, foi solicitado que elas se apresentassem e falassem um pouco sobre quem são, suas famílias e vivências cotidianas. Eis uma síntese desses auto relatos das colaboradoras.

Tenho sete irmãos. Dentre eles tem um que odeia eu que é filho de outra mulher porque eu sou uma garota de programa, ele não gosta de mim por causa disso, mas é melhor a gente ser o que a gente é, de que roubar, matar, eu não quero essa vida pra mim, ser garota de programa é muito mais melhor. Eu nunca esqueço o que se passei na minha vida. Porque eu fiz isso porque ninguém nunca acreditava em mim, minha mãe sempre acreditou, o que eu fazia ou não fazia de errado, mas meu pai, nunca acreditou em mim, me esculhambava dizendo que eu era puta, que eu era rapariga. Então a gente vai tomando raiva ali das coisas. Pai é aquele que cria, eu sempre criei meus filhos sozinha. Os povos que me ajudava, dava umas coisas aqui, comprava umas coisas ali. Eu casei com o pai da minha filha, morei com ele e quando engravidei ele disse que o filho não era dele, sabendo que era, depois de muito tempo ele veio procurar a filha dele, só que já foi tarde demais pra ele porque minha filha não mora nem comigo, mora com a tia dela para dar uma vida melhor pra ela (ESMALTE).

Eu não tenho mãe mais, a que eu tive Deus já levou, o que eu tive era minha mãe, pai é a mesma coisa que a gente não ter. Até hoje ele não gosta de mim Ele me acusou de muitas coisas, fala esses tempos atrás que não sou filha dele ele tem raiva de mim, sempre teve, desde pequena. Nunca tive um pai pra ter carinho, ele nunca gostou de mim, agora minha mãe não, minha mãe era tudo que eu tinha na minha vida, nunca esqueço dela. Meus irmãos não gosta de mim, a única que gosta de mim é a que tá com minha filha tomando conta, porque o resto nunca gostou de mim. Pra criar um filho só não é brincadeira, um não, criar seis só, mas meus filhos é tudo que tenho na minha vida, faço tudo pelos meus filhos, é meus filhos, é meu sangue, é meu amor, é carinho. Essa vida que eu levo é pra dar as coisas pra meus filhos dentro de casa. Um tempo aí fui morar com o pai do meu filho menor, a gente nunca brigou, a gente nunca discutiu mas ele me enganou, dizia ele que não era casado, sendo que era casado, eu igual uma idiota cai no papo dele, mas pelo menos ele deu a casa pro meu filho, botava o dinheiro do menino na conta (ESCOVA).

Minha família nunca se meteu nessa situação e ninguém nunca teve condição financeira de fazer nada por mim. Então todo mundo fica neutro, ninguém fala nada, ninguém dá palpites. Na minha família é como se eu tivesse casada. Minha mãe, meus irmãos, meus avôs, meus tios, todos me respeitam. O pai da minha menina o que ele fez foi uma tremenda de uma sacanagem, ele me abandonou, abandonou a gente. Criar dois filhos sem a presença do pai é

difícil, principalmente, quando tem que ter alguma coisa na escola, só eu tem que tá lá, o pai nunca tá, essa é a parte mais difícil, eu queria que eles fossem presentes, eu queria que eles tivessem lá, eles não sabem nem onde é a escola. Eu queria que eles tivessem presentes. O pai do meu filho foi presente até quando ele tinha oito anos, depois a gente não teve mais contato nenhum. Meu filho encontrou notícias do pai pelo facebook e descobriu que tem um irmão e uma irmã, meu filho fez contato com ele, mas até hoje não tivemos notícias. O pai da minha filha não dá importância nenhuma pra ela, de um tempo pra cá ele vem demonstrando o pai que eu queria que ele fosse desde quando eu engravidei dela. Ele não sabe nem onde fica a escola. Um amor que nunca ia acabar, era tudo muito lindo, acabou. Quando eu fui embora daqui<sup>22</sup> para o Rio de Janeiro, ele imaginou o seguinte, eu vou embora com ela, ela não sabe voltar, ela vai ficar lá pro resto da vida. Quando não deu mais certo, eu entrei na justiça pra pegar a pensão dela (filha) e vim embora, com uma mão na frente e outra atrás. Eu conheço alguém, eu bebo, eu converso, o que acontecer vai ficar lá, eu vou pra casa, é mãe, fazer as coisas, fazer café, fazer tudo de bom pra meus filhos (BATOM).

Fui criada com minha mãe, eu não tenho pai, ela não diz quem é. Mesmo se ele não convivesse com minha mãe como não conviveu e eu não conheci, eu acho que se eu tivesse contato talvez eu poderia buscar outra forma, entendeu? Junto a ele, sei lá, que assim, o convívio com minha mãe foi muito difícil. Sempre achei apoio de estranhos, da minha família mesmo não. Lá em casa tinha muitas brigas, minha mãe bebia, ela batia muito, então isso, me afastou muito dela. Eu acho que o motivo mais de eu ter ido embora de casa foi pra fugir de certas coisas e, também não deu certo por muito tempo, foi o tempo de morar juntos, ter filhos e vim embora. Eu tava iniciando essa vida de programa eu conheci ele, o pai dos meus filhos. Eu tinha uns quinze anos, aí a gente se envolveu, hoje em dia eu penso assim que por eu ter ido embora com ele, ter tido filhos, eu acho que foi mais um recurso pra fugir de certos problemas em casa né? Veio muitas traição e, chegou ao ponto que ele me travava como se eu fosse só a mãe dos filhos dele, tinha que ficar lá sabe, e eu muito nova. Eu voltei. Daí eu já não consegui relacionar mais com ninguém, assim sério, já não conseguia mais acreditar e até hoje assim, até agora não achei ninguém que eu acredite, e aí continuei fazendo programa (ESPELHO).

De acordo com as colaboradoras, a família e seus sentimentos importam para sua estima. Pela identidade, a diferença está intrinsecamente ligada a sua atividade de prostituição, afeta os laços de família, que se romperam nas relações familiares.

Conforme Silva (2014, p. 82) a identidade e a diferença estão estreitamente relacionadas às formas pelas quais a sociedade produz e utiliza classificações entre um grupo ou vários e, nesse caso, a divisão e classificação de mulheres se institui, não de forma hierarquizada, mas valorativa. Nesse sentido, identidade e a diferença se traduzem no mesmo grupo, se tornando diferencial na medida em que o sentimento de família, de laços rompidos precisam ser resgatados através da ideia de não abandonar filhos, mas cuidar deles.

---

<sup>22</sup> KM 43/Distrito Stela câmara Dubois - Jaguaquara Bahia.

Elas evidenciam suas famílias e as dificuldades que enfrentam para se sustentarem financeiramente, assim como apontam a inexistência da paternidade e o abandono que se configura em uma realidade vivenciada por elas e seus filhos. Uma realidade que se constitui pelo discurso sobre si própria, internalizado pelos sujeitos, é uma forma de buscar uma definição que não se antecipe à realidade da família, mas que permite pensar como a família constrói, ela mesma, sua noção de si. Portanto, dentro dos parâmetros coletivos dos espaços constituídos pela família, que ordenam as relações de parentesco seja entre irmãos, pais e filhos e marido e mulher são relações em um contexto complexo.

Neste sentido, a família é uma realidade simbólica que proporciona experiências no nível psicológico e social, de modo que as singularidades se tornam comuns ao grupo de mulheres pesquisadas. Famílias com laços rompidos, declarações sobre quem pertence ou não ao grupo demarca fronteiras, classifica e normaliza as relações familiares. Para Sarti (2003), a família é um mundo de relações, e as vivências são conflituosas. Ao enfoca-la, a primeira coisa a se levar em conta é que se trata de relações e não de indivíduos.

Parte-se, então, da ideia de que a família se delimita, simbolicamente, a partir de um discurso sobre si própria, que opera como um discurso oficial. Embora culturalmente instituído, ele comporta uma singularidade. Cada família constrói sua própria história, ou seu próprio mito, entendido como uma formulação discursiva em que se expressam no significado e na explicação da realidade vivida, com base nos elementos objetiva e subjetivamente acessíveis aos sujeitos na cultura em que vivem. Assim, os mitos familiares, expressos nas histórias contadas, cumprem a função de imprimir a marca da família, herança a ser perpetuada.

Nas relações familiares das colaboradoras, entre seus pais e irmãos, é explícito o sentimento de desprezo e não aceitação por parte de ambos no que se refere à prostituição. O que prevalece, nesse sentido, é dor, medo, vergonha, abandono, tristeza, violência e ausência de amor ao se sentirem sozinhas tanto na maternidade quanto na prostituição.

Batom se diverge nesses aspectos, ao sinalizar ser respeitada por todos da sua família. Mas esse respeito pode não estar de fato relacionado à sua condição de mãe e garota de programa. Estaria ela produzindo e reproduzindo inconscientemente um comportamento articulado ao fato de sua família não ter condição financeira de fazer



nada por ela? As reflexões obtidas a partir dos seus saberes estariam de certa maneira justificando as atitudes de seus familiares.

Relações familiares constituídas por vários processos e dinâmicas, marcadas por sofrimentos, preconceitos e discriminações. Mulheres que lutam mediante o contexto de vulnerabilidade social. Assumir a prostituição se constitui primeiramente pela necessidade iminente de sobreviver.

Uma relação entre a família entrelaça as identidades entre mãe e filhos e as lacunas que certamente esta mulher tem, ao afirmar os laços. Para Singly (2003, p. 86), a identidade é fluida e necessariamente multidimensional. É um dos fatores da desestabilização das instituições, definidas historicamente para tratar de indivíduos unidimensionais, sendo a família um exemplo disso. Diante desta afirmação, atenta-se ao fato de que mesmo nos círculos familiares o pertencimento e o reconhecimento são fluidos. Ou seja, as pessoas podem não reconhecer-se mais dentro de um seio familiar sanguíneo, mas criar vínculos com outros indivíduos em um ambiente de trabalho. Mas isto somente ocorre a partir do momento em que estas compartilharem dos mesmos costumes, ideias e relações que os ligam temporariamente.

Ao falar sobre a condição de ser mãe e garota de programa, todas as colaboradoras manifestam que a maternidade é uma busca constante para dar uma vida melhor para seus filhos. Em suas ações diárias, escolhas que as dessem condição para fazer pelos seus filhos o que elas consideram importante na família.

Vivências e laços de família são interrompidos. Roudinesco (2003) enfatiza certo otimismo, ao afirmar que a família humana se reinventa permanentemente, mantendo-se desde os inícios dos tempos, como uma instituição insubstituível para a própria constituição de sujeitos humanos. Segundo a autora, a família parece em condições de se tornar um lugar de resistência à tribalização orgânica da sociedade globalizada. “E provavelmente alcançará isso - sob a condição, todavia de que saiba manter, como princípio fundador, o equilíbrio entre o um e o múltiplo de que todo sujeito precisa para construir sua identidade” (ROUDINESCO, 2003, p. 92).

As colaboradoras afirmam terem experimentado relações conjugais, porém estas não foram duradouras, elas na tentativa de manterem um relacionamento amoroso foram enganadas, menosprezadas e abandonadas. Os vínculos amorosos rompidos causou muita decepção, pois acreditavam que era possível construir um



sentimento de pertencimento familiar ao lado do pai de seus filhos. Com exceção apenas da colaboradora Batom, as demais também demonstram conflitos familiares nas relações entre seus pais e irmãos. Nesse sentido, os relacionamentos convergem para as mesmas direções.

Lo más certero, bajo mi punto de vista, es pensar que somos el resultado de la confluencia de múltiples relaciones, lugar de encuentro de procesos más amplios más allá de nuestra piel, como parte de una cadena o de una retícula en la que en vez de los nodos somos las conexiones, circulando nosotros mismos las relaciones, acciones y parte de sus efectos (GOICOECHEA, 2011, p. 207).

Assim, as pessoas, em uma determinada circunstância são influenciadas pelos mesmos objetivos. As colaboradoras se aproximam quando enunciam suas identidades, pois há conexões de pertencimento a partir das suas relações familiares.

Los hábitos, esquemas, scripts, se convierten en automatismos mediante su incorporación y confirmación repetida en el tiempo, que empleamos espontánea e inconscientemente en nuestra vida rutinaria cotidiana. Permiten liberar la acción de la consciencia reflexiva y de la memoria de trabajo, por medio del conocimiento implícito (know how) y la memoria no declarativa. Su relación con el lenguaje es compleja. No refieren a reglas abiertas y explícitas (GOICOECHEA, 2011, p.161).

Nem sempre as pessoas de um grupo participam da formação de sua identidade étnica conscientemente. Muito do que aprendem na vida diária, os hábitos e esquemas são expressos espontaneamente. As experiências de vida das colaboradoras são marcadas por fazerem escolhas e tomarem decisões de maneira que repetir comportamentos se torne algo padrão e natural.

Em um contexto mais amplo, para o entendimento da construção da identidade dessas mulheres, Hall (2003) colabora com a perspectiva de que as identidades modernas estão sendo descentradas, isto é, deslocadas e fragmentadas e isso é notório mesmo dentro do conceito de ser garota de programa que sai de uma normatividade familiar. Ora, se o sujeito está se tornando fragmentado, composto não de uma, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas nesses conflitos e lutas, o próprio processo de identificação entre o sujeito e as formas culturais de representação torna-se mais provisório, variável e problemático.

A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. [...] O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor do “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 2003, p. 12-13).

Nesta perspectiva, os elementos que constituem as identidades étnicas apontadas por estas mulheres, enquanto garotas de programa são, conforme Poutignat e Streiff-Fenart (2011, p.194) “na medida em que os autores usam identidades étnicas para caracterizar a si mesmo e os outros, com objetivos de interação, eles formam grupos étnicos [...]”, assim, recorre-se às narrativas delas, enquanto grupo étnico, para compreender as relações estabelecidas que apresentam unidades étnicas, pertencentes à um universo simbólico, social e cultural. Ao se reportarem sobre a prostituição, enunciam.

Porque a pessoa ser garota de programa não é qualquer uma, não é eu acho que não, porque tá fazendo seu trabalho ali. Não tá roubando, não tá matando, tá botando comida dentro de casa pra dar pros filhos, sem pedir nada pra ninguém, eu sei que uma parte é ruim, que tá vendendo o corpo ali, mas é melhor fazer isso que muitas coisas pior. Quando eu estou lá encima no trabalho<sup>23</sup>, eu fico tão sossegada, não vejo ninguém me esculhambando, as pessoas só me tratam muito bem, nunca me tratou mal. Muitos me dá conselho pra eu sair dessa vida, mas eu não tenho como sair, não adianta a gente sair e deixar os filhos passar necessidade, sem dar nada pro meus filhos (ESMALTE).

Eu não vou mentir, eu me vejo como uma garota de programa, todo mundo tem preconceito por isso, meu pai mermo me xinga, fala que eu sou tudo na vida, que eu sou uma prostituta, eu acho que não sou isso, sou muito mais de que isso. Me sinto abandonada por todos (ESCOVA).

Vejo como uma necessidade, pra dar conta da vida, porque aqui, muitos empregos que tem, eu não teria condição nem de manter o aluguel de casa e minhas despesas. Eu não tô aqui porque eu desejo tá aqui, se eu não tiver aqui eu não vou ter condição de pagar um aluguel, de pagar uma água, de pagar uma luz, de pagar uma internet dentro de casa pros meus filhos, de pagar uma compra que eu fiz, o lugar não oferece nada além. Geralmente o que oferece aqui, você vai pagar um aluguel, uma água, uma luz e não vai sobrar nada, eu tenho que me manter, eu tenho que comer, tenho que beber, eu tenho que me vestir, cumprir com meus compromissos do dia a dia. Eu queria minha casa, minha família, um trabalho de verdade. Lá na rua eu vou pra rua, faço minhas correrias na rua, o que eu fiz fica lá na rua, dentro da minha casa eu tento sempre fazer pra não dá demonstração. Meu filho mais velho ele sabe, já ela, eu não quero que cresça, vendo eu vivendo situação dessa (BATOM).

Algum jeito pra poder criar meus filhos, foi muito difícil no começo, eles eram pequenos. Eles eram pouco menor, não tinham curiosidade de saber né? eles não procuravam muito não, sempre tinha alguém pra cuidar deles e não deixava sair pra fora, assim pra rua essas coisas já pra não ter visão né? e sempre quando eu ia pro lado de dentro<sup>24</sup>, eu ia escondida, é isso. Algo pra fazer pra criar os meus filhos. Foi aí que comecei a fazer programa. Foi uma

---

<sup>23</sup> Refere-se ao posto de combustível, local que a colaboradora chama de ponto.

<sup>24</sup> Espaço onde situa o restaurante primavera, localizado às margens da BR 116 no Distrito Stela Câmara Dubois.

forma que eu encontrei, pra mim é normal. Sei que tem muitas pessoas que falam, que vê por outro lado, vê com outros olhos, mas eu não ligo não, até porque quando eu sempre precisei foi a isso que eu recorri. Há um tempo eu era ali em dona Maria Primavera. Eu fiquei muito tempo ali e hoje é noturno. Eu vou é no posto na parte da noite. É pesado, tem dia que dá vontade colocar a mochila nas costas e sumir. Recentemente, eu abri um comércio, eu abri um bar, mas ainda não dá pra dizer assim, dar pra tirar minha renda dali, eu tenho que fazer um extra, tô fazendo um teste na verdade pra ver se vai dar certo, mas ainda não é uma renda ali, então eu tenho que ainda sair fora e fazer os programas (ESPELHO).

Histórias de vida em que a maternidade se torna uma razão para que essas mulheres se prostituam. Realidades que ressignificam as atribuições de mãe e garota de programa uma vez que as colaboradoras apresentam em comum a capacidade de assumir as incumbências no que se referem à maternidade e a prostituição. Assim, as funções desempenhadas por elas ao se identificarem como mães ganham o sentido de cuidar, prover, amar e serem chefes de família. Quanto à garota de programa, esta busca superar os desafios sociais, étnicos e de gênero ao adentrarem no universo da prostituição.

Essas mulheres identificam a prostituição como um trabalho. No entanto, quando se referem sobre esse assunto, há um distanciamento entre o que elas acreditam sobre trabalho e as realidades vivenciadas. Fazer programas surge em evidência nas falas das colaboradoras que, ao se expressarem dessa forma, demonstram um mecanismo de defesa já que, para elas, a prostituição é um estado de inferiorização e hostilização que provoca humilhação, embora, reconhecem que fazer programa é a garantia para criar seus filhos. Assim, ser garota de programa é capacidade de luta, uma condição que dá sentido à qualidade de ser mãe que, conforme as colaboradoras, é sustentar suas famílias.

A prostituição se mostra para conservadores e fundamentalistas como afronta as expectativas sociais atribuídas ao papel das mulheres e, apesar de suas evoluções no mercado capitalista, a prestação de serviços sexuais não garante direitos trabalhistas nem sociais. Essa prática traz para outros grupos aspectos negativos relacionados à ideia de ser mulher fora da normatividade social, o preconceito se faz presente e afeta os diversos espaços que cada um pertence: família, escola, trabalho e comunidade. Dentre os aspectos negativos a ser evidenciados está a violência que, por vezes, é banalizada pela sociedade, sobretudo, quando é atribuída à garota de programa e diminui o valor de violação aos princípios desses grupos.

De acordo com Halbwachs (2004), a recordação e localização das lembranças não podem ser percebidas e analisadas se não forem levados em consideração os contextos sociais que servem de base para a reconstrução da memória. Desse modo, no seu caráter social, há uma dimensão que ultrapassa o plano individual, considerando que as memórias de um indivíduo nunca são somente suas e nenhuma lembrança pode existir apartada da sociedade.

Assim, tal sentimento de persuasão é o que garante, de certa forma, a coesão no grupo, esta unidade coletiva, concebida pelo pensador como o espaço de conflitos e influências entre uns e outros. Desse ponto, a memória individual, construída a partir das referências e lembranças próprias do grupo, refere-se, portanto, a “um ponto de vista sobre a memória coletiva”. Olhar este, que deve sempre ser analisado considerando-se o lugar ocupado pelo sujeito no interior do grupo e das relações mantidas com outros meios (HALBWACHS, 2004, p. 55).

Delgado (2012) chama a atenção e aponta a necessidade de se discutir a contemporaneidade e seus processos de mudanças. A autora enfatiza que: “a memória, a meu ver, consegue dar relevo a todo um tecido social concreto em que mudanças ocorrem, materializadas na história e na cultura das classes e gerações diversas, (re) produzindo, pois, diferenças e desigualdades” (DELGADO, 2012, p. 27).

A partir das narrativas das garotas de programa, pensa-se nas relações estabelecidas no grupo, considerando as influências e conflitos que demarcam as pessoas pelos sentimentos de aceitação ou negação. Isso implica as questões históricas e socioculturais anunciadas na história de vida delas em sociedade, em especial as que se constituem nas localidades de vulnerabilidade.

Em relação à escola, emitem as seguintes afirmações.

Fico com meus filhos de dia, de noite vou trabalhar. Não tenho ninguém pra me ajudar, nunca pedi nada pra ninguém, trabalho, pra mim é um trabalho honesto. Cuido deles, eu mando tudo pra escola porque eu parei de estudar, não quero o mesmo para eles. Quero uma vida melhor para eles. Sempre amei e sempre vou amar onde eles estiver, eu trabalho pra eles, dando as coisas e falta muitas coisas dentro de casa, que eu tivesse pelo menos o pai pra ajudar meus filhos, mas eu não tenho, só tenho eu sozinha (ESMALTE).

Hoje eu tenho filhos, eu sei o que eu passo nessa vida, faço de tudo pros meus filhos estudar, dou tudo o melhor pra meus filhos, pra não ser uma coisa pior. Não tenho ajuda do pai. Eu não tive estudo e sei como é difícil (ESCOVA).

Minha infância, não foi lá essas coisas, eu cuidava dos meus irmãos, minha mãe saía pra trabalhar e eu cuidava deles, até os quatorze anos sempre foi eu. Era muitas coisas para fazer, aí eu parei de estudar. Teve uma época da minha vida que eu muito ignorante com minha mãe, apanhei muito, isso acabou quando eu tive meu filho, comecei a ter responsabilidade desde os dezoito anos com a maternidade (BATOM).

São tantas coisas, não sei por onde começar, eu lembro, eu no restaurante, sempre ajudava minha mãe, essas coisas assim, aparece, eu estudei, tipo, de onde minha mãe morava até a cidade era três km, normalmente a gente pegava carona com o carro do posto que tinha lá mais na frente e voltava né. Minha mãe, ela é uma guerreira assim, sabe, pra criar tudo ela criou sozinha também, eu e meu irmão, ela sempre procurou pôr a gente na escola para estudar, só que aquela coisa, nós, sempre teve atrito, era muito trabalho, era muito, muita responsabilidade pra idade, tinha que ir pra escola, tinha que fazer uma feira, tinha que ajudar no restaurante, tinha que depois do almoço lavar, deixar tudo limpo, então era aquela rotina, acredito que foi muita responsabilidade pra pouca idade, Eu fiquei até a segunda série, nessa minha adolescência aí depois quando eu casei, que fui embora para o Paraná eu ainda continuei, fiz o supletivo, parei na quinta ainda. Algo diferente que eu faria, eu acho que eu não parava de estudar, e mesmo depois que eu parei de estudar eu ainda tentei várias vezes, mas com filhos e tudo né? Tudo dificultou, eu voltaria a estudar e faria outras coisas diferentes, eu acho que eu perdi muitas oportunidades nesse caminho, mas uma forma que encontrei foi fazer o que faço. Eu sempre cobro muito dos meus filhos sobre o estudo, é o que eu mais cobro né? eu acho que isso é importante pra eles amanhã ou depois. Então eu acho muito importante. Todos eles estudam, o menino rompeu alguns anos, mas continua estudando. Porque eu quero coisas melhor pra eles né? Um futuro melhor, jamais eu quero que minha filha vá fazer o que eu faço (ESPELHO).

Nesse entendimento, a partir do sujeito singular, a concepção é a de que a educação escolar exerce a sua função social efetivamente. Assim, quando o seu trabalho se faz por meio da sistematização do conhecimento e, em consequência, exige determinado conteúdo científico, cultural, econômico e político propicia nas classes populares a conscientização de classe. A ausência da educação e ou o baixo nível de escolarização das prostitutas dessa pesquisa aparece como elemento singular e se configura como um instrumento de luta que as caracteriza como grupo.

Mães e garotas de programa afirmam não terem tido a oportunidade de estudar, associam a ausência da educação aos fatores socioeconômicos e às realidades vivenciadas no período de vida escolar. Contudo, visualizam a escola enquanto espaço de transformação, pois estar inserida na prostituição é, segundo elas, resultado das circunstâncias que podem ser modificadas a partir do processo educacional. Desse modo, a educação para elas tem um significado comum visto que suas narrativas são elucidadas de esforços individuais e pessoais para manter seus filhos na escola.

Reconhecer, portanto, que é a partir da escola que está aí, em vez de descartá-la como verdadeiro espelho embaçado do projeto hegemônico das classes dominantes, é que se pretende vincular e acreditar na elaboração e efetivação de políticas públicas que viabilizem o acesso, permanência e sucesso de todos no processo educacional. A escola precisa ser de fato, democrática, universal, pública e gratuita, ou seja, uma escola preparada para lidar com as diversas realidades da sociedade brasileira e que invista na transformação social.

O mundo social é composto de estruturas socialmente construídas, mas também de estruturas discriminatórias, de maneira que as práticas vêm acompanhadas de quem as praticou, são inseparáveis do “sistema simbólico” porque, conforme Bourdieu (2004), impõe na visão de mundo a partir de um processo de divisão de grupos, classificado e hierarquizado. Os conflitos são expressões nas formas de dominação e as distâncias espaciais refletem as distâncias sociais.

Tais distâncias são detectadas na análise situacional da etnicidade que liga-se a produção e utilização de limites, por meio dos quais os membros de determinado grupo identificam-se e diferenciam-se. Partindo dessas considerações, a escola possui linhas demarcatórias e critérios de pertença na interação social e, nesse contexto, os grupos têm ganhos e perdas de significação no curso de suas histórias.

As narrativas das garotas de programa exprimem subjetividades daquilo que é desprezível e vergonhoso, discursos construídos no campo da idealização do individual e de um coletivo, a prostituição é realização ou um aprisionamento, considerando as pressões sociais, regulações da sexualidade que aparecem e suscitam o preconceito e aprisionamento das mulheres acerca das suas subjetividades em seus processos de construções indenitárias. Ainda que se reconheça a importância das construções sociais e culturais na constituição do mundo e dos sujeitos não são bem sucedidas as tentativas de ilustrar o caráter social de estruturas que parecem naturalizadas: o corpo, o sexo e as diferenças entre os sexos.

As narrativas delas revelam a ausência da escola em suas vidas, atribui a prostituição como trabalho porque é este que lhes dá condição de oferecer aos seus filhos o que elas não tiveram, uma vida digna com direito a educação, o que elas consideram essenciais para não ficarem à margem da sociedade. A educação dos filhos torna-se uma disputa diária.

A educação tem importância fundamental para mudanças estruturais, lugar estratégico para a ruptura do ciclo de exploração e pobreza. As identidades são, nesse sentido, criadas pelas articulações de poder que são resultantes de opressão e privilégios de certos grupos em detrimento de outros. A escola tem uma representação significativa para as colaboradoras que, apesar de terem abandonado o estudo, atribuem a ele a possibilidade para que seus filhos adentrem em um universo que lhes ofereçam uma vida diferente das suas. As dificuldades para criar seus filhos estariam no fato de não terem estudado e a prostituição é o meio pelo qual se permite assegurar que seus filhos estudem e venham a ter uma profissão. Ora, seria a escola um espaço comprometedor na história de vida das colaboradoras? Em razão da ausência do estudo, elas buscam conquistar para seus filhos um espaço diferente dos seus? Há nesse sentido uma tomada de consciência que dá sentido as suas vivências?

Com tantas questões sem respostas, no próximo tópico passa-se a ouvir as colaboradoras suas concepções com referência às suas identidades.

### 3.6 “ESPELHOS DA NOITE”: IDENTIDADES VESTIDAS PELO CONTROLE SOCIAL

As narrativas das colaboradoras no que diz respeito à identidade, evidenciam o seguinte.

Primeira coisa que eu fazia era sair desse lugar pra ninguém ficar falando mal de mim. Todo mundo fica julgando as pessoas, tem gente que passa por mim e vira a cara, não gosta de mim. Que eu arrumasse uma pessoa hoje, falasse assim, Branca tu quer sair hoje dessa vida? primeira coisa que vou agradecer muito a Deus sair dessa vida, pra mudar tudo de volta (ESMALTE).

Na época quando eu tinha treze anos, eu fui estuprada e maltratada, eu botei muitas coisas na minha cabeça, que um dia eu queria ser o que sou na vida, eu não me importo que as pessoas me xingue, que me fala coisas, que me xingue que eu sou puta, que eu sou rapariga, normalmente que eu sou isso, meu pai, minhas irmãs tudo fala mal de mim, mas eu não ligo, o que aconteceu comigo eu não quero que aconteça com ninguém, que é muito sofrimento, muita dor. A vida que eu levo, mermo que é ruim, ou mermo que não, mas pra mim é uma parte que eu esqueço muitas coisas, onde que tô, no meu trabalho<sup>25</sup>. Mas eu não dou conselho pra ninguém ficar nessa vida, meus irmãos mesmo não gosta de mim, a única que gosta de mim é a que tá com minha filha tomando conta, porque o resto nunca gostou de mim (ESCOVA).

---

<sup>25</sup>Pontos de bares, postos de combustíveis, restaurantes localizados à margem da BR 116 no Distrito Stela Câmara Dubois - Jaguaquara Bahia.

Eu não sou feliz, porque o que eu queria ter era tá na minha casa cuidando dos meus filhos, sem precisar ter que tá saindo toda noite, toda noite tá na rua, era isso que eu queria, eu tá na minha casa, com um emprego, sair da minha casa e dizer que vou trabalhar que tenho orgulho do meu emprego, não é uma coisa, o que você é? Prostituta, qual é o orgulho que eu vou ter disso? Se eu vou ali em cima no posto<sup>26</sup>, você não me vê em nenhum lugar a não ser ali, então ali, eu chego ali, fico ali, tem um rapaz que vende churrasco ali, meu ponto é ali, geralmente eu tô ali, deu o horário dele vim embora, eu não fico. Eu saio daqui as sete horas, eu não sinto tanta vergonha, se me ver lá meia noite, uma hora da manhã eu já sinto vergonha. Meu horário de ficar na rua é até meia noite, passou no máximo, você não vê eu lá na rua. Todo mundo olha com olho de maldade. Olha e fala assim, ah, porque faz programa, anda dando encima de homem casado. Quando você chega a uma certa idade e vê seus filhos crescendo, se tornando adultos, eu não quero minha filha, agora tá com seis anos chegando (pensamento interrompido), agora ela me pergunta, mamãe a senhora vai pra onde, fazer o quê? Agora ela ainda dá pra levar, mas quando tiver numa certa idade [...]. Eu queria mudar pra minha casa, por alguma coisa pra eu trabalhar sem eu precisar tá fazendo o que faço, um trabalho, um trabalho de verdade, vou trabalhar e cuidar da minha casa e dos meus filhos sem precisar eu tá saindo à noite. Eu sou uma mãe responsável, queria que a vida fosse diferente da que eu levo, às vezes muita gente acha que você não tem responsabilidade, eu já ouvi muita gente falar, julgar que você vai chegar em casa e não vai fazer nada, eu vou cuidar da minha casa e dos meus filhos (BATOM).

Agora tá pesado né? Procurar uma forma de me sair, procurar algo, outra coisa pra fazer, poxa já sou vó, tá na hora de procurar outra coisa, por isso só, ser vó e pelo fato dos meus filhos já tá grande já, porque quando eles tavam menor, eu acho que tinha menos conversa, hoje por exemplo, meu menino é rapaz, ele tem amigos, amigos da idade dele, mais velho, sabem, então, eu acho que saindo vai evitar comentários, vai evitar que machuque ele, machuque ela, é isso, mas assim, quando tem comentários como já teve, eles são de defender e tudo assim, mas eu fico imaginando como é que fica a cabeça deles. A minha menina descobriu aos quinze anos mais ou menos, foi um choque e tal, entendeu, aí, o meu menino eu acho que ele sabia, só que ele não comentava, e quando foi recente, há uns seis meses mais ou menos, através de uma discussão, ele se abriu. Então foi difícil pra ele, eu acho que ver a imagem da mãe dele fazendo certas coisa pra poder manter né? E talvez ele não poder ajudar, eu acho que isso magoa muito ele. Eu não me arrependo do que faço, faria de novo, o que tenho pra dizer, nessa profissão como eu já tive amigas que enquanto faziam estudavam, pagando uma faculdade, alguma coisa desse tipo, eu digo assim, se puder e tiver como, fazer e poder mudar pra estudar, fazer alguma coisa desse tipo é o conselho que dou, pra ter uma vida melhor depois, não que eu me arrependa, foi onde eu tive condição de criar meus filhos. Fazer algo melhor, porque o tempo passa também e no começo é mais leve, lá na frente pesa mais, fazer um curso, estudar, algo desse tipo (ESPELHO).

A identidade de um grupo é construída ao longo do tempo por meio de processos inconscientes. Ela se forma por meio da comunicação com diferentes grupos e da absorção de traços culturais diferenciados, é processo dinâmico e em constante construção ou formulação. Assim, a identidade não é inerente ao

---

<sup>26</sup>Refere-se ao posto de combustível, local sinalizado pela colaboradora como ponto de encontro.



nascimento, ao contrário, se faz no cotidiano a partir das relações construídas com o eu e o outro e reelaboradas continuamente na contemporaneidade, na qual os sujeitos constroem sentidos em perspectivas heterogêneas nas comunidades em que vivem.

As afirmativas sobre a diferença dependem das negações “do que não se é”, assim, a diferença apresenta enquanto produto derivado da identidade; são construções produzidas no contexto das relações culturais e sociais. A disputa por identidade envolve recursos simbólicos e materiais. Implica em ações de incluir e excluir, do “nós” e “eles” consiste na demarcação de fronteiras entre os que estão dentro e os que estão fora.

[...] Identidade e diferença estão em uma relação de estreita dependência. A forma afirmativa como expressamos a identidade tende a esconder essa relação [...]. Em um mundo imaginário totalmente homogêneo, no qual todas as pessoas partilhassem a mesma identidade, as afirmações de identidade não fariam sentido (SILVA, 2014, p. 74 - 75).

A identidade é, portanto, um processo interminável de interações entre pessoas que se relacionam a partir das distâncias e proximidades em um território cultural, ou seja, constrói-se identidades em interação com o outro, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social, em contato com a família, comunidade, escola e a cultura, ou seja, em espaços diversos onde os sujeitos adquirem informações e elaboram suas subjetividades.

Ao pensar sobre as identidades das mulheres que se assumem como mães e prostitutas, associa-se ao entendimento de Goffman (1988), quando expõe que a identidade de um determinado indivíduo é construída a partir dos parâmetros e expectativas estabelecidas pelo meio social. Para ele, os critérios de categorizar as pessoas e a dimensão de atributos considerados como semelhantes e naturais para os membros de cada uma das categorias são determinados pela sociedade. São os ambientes sociais como escola, família e trabalho que determinam as categorias de pessoas que neles podem ser encontradas. Entretanto, as rotinas das relações nesses espaços sociais determinados, proporcionam interações com outras pessoas previstas sem atenção ou reflexão particular.

Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua “identidade social” – para usar um termo melhor do que “status social”, já que nele se incluem atributos como honestidade, da mesma forma que atributos estruturais como ocupação (GOFFMAN, 1988, p.12).

Nesse sentido, há de se atentar para os atributos que reforçam a ideia de condicionamento da identidade pelas expectativas que o grupo social estabelece para com seus integrantes. Para Cuche (1999, p. 185), a própria identidade pessoal passa a ser um nome socialmente construído, “os nomes que a ordem social atribui aos seus membros”. O conceito de estratégia pode explicar as variações de identidades que podem ser caracterizadas como deslocamentos de identidade. Esse conceito “faz aparecer a relatividade dos fenômenos de identificação, assim, “a identidade não existe em si mesma, independente das estratégias de afirmação dos atores sociais que são ao mesmo tempo produto e o suporte das lutas sociais e políticas” (CUCHE, 1999, p.187).

A identidade social de um indivíduo se caracteriza pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social: vinculado a uma classe sexual, a uma classe de idade, a uma classe social, a uma nação, etc. A identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente (CUCHE, 1999, p. 177).

Mediante essa explanação, as diferentes abordagens sobre identidade são desenvolvidas a partir de um conceito que envolve a dimensão individual e coletiva. Nessa direção as identidades das prostitutas são construídas na dialética entre um indivíduo e a sociedade. Em outros termos, ela revela o resultado das diversas interações entre o sujeito e o seu ambiente social, que o aproxima ou o distancia conforme suas semelhanças.

As famílias se identificam pelas marcas sociais de lutas e silêncios em suas caminhadas. As histórias desvelam identidades marcadas pelas relações de sentimentos familiares rompidos. Nesse contexto, se anunciam embates identitários que se manifestam das relações estabelecidas nas vidas das garotas de programa. As memórias alicerçadas em sonhos, conquistas, mas também, em sofrimentos e violências que são semelhantes entre essas mulheres em um mundo vivenciado por elas como sustento e sobrevivência, em uma sociedade preconceituosa e excludente. Nesse universo de enfrentamentos diários elas buscam melhores condições de vida para suas famílias.

A partir desta reflexão, a memória entra como uma das bases para a reconstrução da identidade de cada colaboradora, sabendo-se que a etnicidade é uma entidade contextual, relacional e situacional. Nessa relação dialética as identidades são afirmadas e/ou reprimidas. Assim, as estruturas sociais determinam estratégias

de negociações nos processos de relações onde os atores que identificam-se e são identificados pelos outros.

As relações de gênero, sendo o plano da violência, permitem antecipar quais são os agentes da agressão e quais são as personagens vítimas. Ocorre que a sociedade não é apenas androcêntrica, mas também adultocêntrica. Estas duas características caminham juntas na sociedade.

Considerar a sociedade do ponto de vista do androcentrismo permite examinar em que termos se analisam as relações de gênero no conjunto das relações sociais. Para Scott (1992), o gênero é uma maneira primordial de significar relações de poder, nem homens nem mulheres podem situar-se fora dele. Enfatiza-se a mudança na organização das relações sociais intimamente ligadas as representações do viver, essas não de valores em si, mas de formas de ver a questão como reflexo de uma sociedade com diferenças.

Nas relações sociais, o gênero compromete elementos interrelacionados que dialogam entre si. Ser mulher, mãe, filha e prostituta são papéis que operam simultaneamente funções, como se fosse um reflexo do outro. Os símbolos culturalmente existentes que lembram e evocam representações e interpretações simbólicas; concepções normativas que revelam significações na tentativa de delimitar e exercer controle das possibilidades metafóricas e um aspecto de identidade subjetiva.

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural ou divina. Desta maneira, a oposição binária e o processo social das *relações* de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder; pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos ameaça o sistema inteiro (SCOTT, 1992, p. 88).

As narrativas das garotas de programa evidenciam as lutas de chefes de famílias, que enfrenta uma luta mediante o preconceito e demonstra resistência em sua trajetória o que possibilita pensar nas mais variadas formas de violências vivenciadas por elas. Neste sentido, a violência de gênero<sup>27</sup> tem suas causas no

---

<sup>27</sup>Para Saffioti (2004), o gênero está longe de ser um conceito neutro. Pelo contrário, ele “carrega uma dose apreciável de ideologia” (p. 136): justamente a ideologia patriarcal, que cobre uma estrutura de poder desigual entre mulher e homens. Porque o conceito de gênero, na sua visão, não atacaria o coração da engrenagem de exploração-dominação, alimentando-a.

próprio homem, da própria família ou não, que não na sua função de cuidar se apresenta fragilizada, pois muitas vezes não exerce seu papel de amar e proteger.

Como solução possível para a questão da dominação masculina, bem como dos efeitos da violência contra as mulheres, para se escapar desse sistema opressor, será necessário que se rompa com o universal costume de inferiorizar as mulheres, adotar uma visão emancipadora, que implique no respeito à igualdade e a não discriminação, pilares básicos para uma efetiva igualdade de gênero.

E na lógica da dominação, o dominado reconhece o poder exercido pelo dominante. As instituições tais como estado, família e escola colaboram como agentes de perpetuação da relação de dominação, pois elaboram e impõe princípios de dominação que pode haver em uma sociedade: a vida privada. Essas instituições determinam comportamentos, impõe regras e valores que são absorvidos pelas instituições familiares, de forma que, através da comunicação, é aprendido instintivamente por meio de esquemas inconscientes da ordem masculina.

Para Bourdieu (1989, p.145), “o espaço social e as diferenças que nele se desenham “espontaneamente” tendem a funcionar simbolicamente como espaço dos estilos de vida ou como conjunto de *stand*, isto é, de grupos caracterizados por estilos de vida diferentes”. Debater a prostituição sob o prisma das relações étnicas é pensar sobre as dinâmicas estabelecidas que demarcam a construção simbólica e histórica dessas mulheres que contam suas histórias, reconstroem sua identidade ao confrontar-se com as possibilidades de recriação e transmissão de seu universo cultural no momento em que elabora a vivência da prostituição.

A dicotomia vivida pela mulher, de um lado a mulher “de bem”, que se resguarda em função da sua família e, do outro lado, a marginalização desta outra que utiliza seu corpo como um instrumento de trabalho e que vive sua sexualidade de forma mais livre e independente. As trajetórias apontam sofrimento e conflitos identitários. Os confrontos em ser ou não ser garota de programa estão associados a imagem social que é reproduzida por uma sociedade que controla e impõe padrões para normatizar as identidades dessas mulheres.

Para as colaboradoras, o sexo revela-se como uma mercadoria que movimenta dinheiro e é fonte de renda. A complexidade do tema e do grupo estudado impulsiona

a busca pelo fenômeno, na dimensão subjetiva, a partir do vivido, e o que ele significa para quem o vive.

Conforme Saffioti (1979) há três eixos principais que estruturam a sociedade brasileira: o gênero, a raça/etnia e a classe social. Nesse aspecto, surge a necessidade de se formularem estratégias de enfrentamento das realidades mais complexa, que não está presente em cada um de seus elementos integrantes. A autora mostra que as relações de classe, gênero e etnia estão presentes na reprodução, ambas se encontram imbricadas e produzem as diferenças e semelhanças em determinados contextos sociais.

As mulheres são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras. Diferentemente dos homens como categoria social, a sujeição das mulheres, também como grupo, envolve prestação de serviços sexuais a seus dominadores. Essa soma/mescla de dominação e exploração é aqui entendida como opressão. Ou melhor, como não se trata de fenômeno quantitativo, mas qualitativo, ser explorada e dominada significa uma só realidade (SAFFIOTI, 2004, p. 105).

Historicamente, pode se dizer que se associou a formação dos papéis masculinos e femininos como binômios construídos, introjetados e reproduzidos tanto pelos homens quanto pelas mulheres.

Cumprir o papel masculino de provedor não se configura, de fato, um problema para a mulher acostumada a trabalhar sobretudo quando em precisão; para ela o problema está em manter a dimensão do respeito, conferido pela presença masculina. Quando as mulheres sustentam economicamente suas unidades domésticas, podem continuar designando, em algum nível, um 'chefe masculino'. Isto significa que, mesmo nos casos em que a mulher assume o papel de provedora, a identificação do homem com a autoridade moral, a que confere respeitabilidade à família, não necessariamente se alteram (SARTI, 2008, p. 67).

Dessa reflexão, pode se afirmar que nas relações de grupo há um controle social que regulamenta as identidades, visto que o modelo construído que se tem funciona como referência e serve para manter uma autoridade moral e de poder. Essas relações entre os sexos, perpassam as esferas da vida, sejam elas privadas ou públicas e são reproduzidas pela sociedade.

Geralmente, as mulheres, sejam mais jovens, separadas, negras, pobres e com baixo grau de escolaridade se destacam em situações como as das colaboradoras. Filhos de famílias chefiadas por mulheres, que se inserem no mercado de trabalho informal, com péssimas condições de trabalho e salários, ao lado das mães assumem responsabilidades para a manutenção do lar.

São mães que acreditam no vínculo afetivo e se tornam fortes para cumprir suas responsabilidades na inexistência da paternidade. Elas interromperam a adolescência, mediante a carga de compromissos que precisaram assumir para manter a si e a seus filhos.

A sociedade contempla modelos de família nos quais homens e mulheres exercem diferentes papéis. Assim, por vários séculos, elas foram retratadas pelo viés masculino, ou seja, pela ótica e percepções dos homens, uma vez elas deviam a eles obediência e respeito, pois eram vista como frágeis e incapazes, determinando assim, suas maneiras de pensar, ser e agir, fazendo acreditarem que são inferiores a eles.

De acordo com o pensamento de Beauvoir (1980, p. 323), “não se nasce mulher torna-se mulher”, isso porque ninguém nasce prostituta, pelo contrário, pode tornar-se. Ou seja, são as condições sociais e os aspectos culturais que levam a mulher a assumir a condição de prostituta. Estar na prostituição é, de acordo com as colaboradoras, ter condições para assumir os compromissos que a maternidade impõe.

Bourdieu (2002) define o poder simbólico como este poder invisível no qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. Nessa linha, a violência simbólica, segundo o autor, se traduz como uma violência suave, insensível pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento ou reconhecimento.

Ser mulher, mãe e garota de programa é assumir frente às inúmeras formas de preconceitos o lugar de luta em contraponto as referências que as estigmatizaram historicamente. Vítimas de ausências de pais, estudos e oportunidades, adentrar na “vida de estrada” é então, se tornarem controladas por uma ordem social e patriarcal que oprime, marginaliza e violenta.

A maternidade gera um sentido de vida, uma identidade no lar, sobressaindo o papel de mãe ao de mulher e garota de programa. A maternidade se apresenta na história de vida delas como um dos marcadores mais importantes da identidade. As circunstâncias levam à atribuem para si mesmas uma identidade negativa quando faz referência à prostituição. Nesse entendimento, observa-se o desenvolvimento dos sentimentos de desprezo por elas mesmas. Estes tem uma notoriedade no que concerne a aceitação e a interiorização da imagem construída por elas e pelos outros.

A identidade negativa surge então como uma identidade vergonhosa e rejeitada em maior ou menor grau. Envergonha-se de suas experiências do rechaço de sua ação como garotas de programa, reconhecendo uma identidade negativa.

Nesse caso, pode se traduzir, na medida do possível, em uma tentativa para eliminar os sinais exteriores da diferença negativa. Por exemplo, determinados grupos querem passar a ideia de bons trabalhadores. Mas nem todos os grupos contam com a mesma capacidade de identificação, já que é a posição no sistema de relações que liga os grupos que lhes concede esse poder.

Nesse sentido, “não há identidade em si, nem mesmo unicamente para si. A identidade existe sempre em relação a uma outra” (CUCHE, 1999, p. 183). A concepção relacional e situacional de identidade percebe os membros de um grupo como os próprios atores que se atribuem uma significação a sua vinculação, em função da situação relacional em que se encontram, visto que é no interior das trocas sociais que a identidade se constrói e se reconstrói constantemente. Existe uma relação dialética entre identidade e alteridade. Na medida em que a identidade é sempre resultante de um processo de identificação no interior de uma situação relacional e relativa, uma vez que poderá evoluir se a situação relacional for mudada.

Quizás, por ello, habría que hablar de identidades/alteridades ensambladas, interseccionadas. Analizar identidades de género en abstracto, por ejemplo, por encima de la multiplicidad de sus formas y localizaciones, no tiene mucho sentido (GOICOECHEA, 2011, p. 207).

Daí a necessidade de se falar sobre identidade a partir de determinadas realidades já que o ser humano na sua vertente social tem uma relação de interação e dependência com o outro. Há uma diversidade que deve ser considerada ao se analisar as identidades das mulheres dessa pesquisa.

Bourdieu (1989, p. 186) explica que somente os que dispõem de autoridade legítima, ou seja, de autoridade conferida pelo poder, “podem impor suas próprias definições de identidade que fixam as respectivas posições de cada grupo”. De acordo com o autor, essa autoridade legítima tem força e poder simbólico em outorgar as categorias de representação da realidade social, assim como os princípios de divisão do mundo social. Dessa maneira, a autoridade legitimada pode fazer e desfazer grupos. Eles são identificados a partir de características culturais exteriores que são consideradas como sendo consubstanciais a eles e, logo, quase imutáveis.

A caracterização como diferentes leva os grupos subalternos a serem marginalizados e percebe-se também que a imposição de diferenças vai mais ao encontro da “afirmação da única identidade legítima, a do grupo dominante, do que as especificidades culturais” (BOURDIEU, 1989, p. 186). No entanto, ela pode tornar-se uma política de exclusão dos grupos minoritários obrigados, de certa forma, a permanecerem em seus lugares, lócus que lhes foram destinados em função de suas classificações.

Conforme Hall (2004) as identidades não são fixas. Na sociedade contemporânea, presencia-se um processo constante de transformação que permite ao indivíduo construir e reconstruir sua identidade por toda a vida. As identidades se modificam, os sujeitos encontram novas formas de situar-se, produzir-se e compreender-se, permitindo o trânsito por diferentes identidades.

O autor trata o conceito de identidade como complexo, por suscitar reflexões acerca da descentralidade, deslocamentos e fragmentação. A princípio, caracteriza realidades estáveis; atualmente, emerge em um contexto posicional que culmina na ascensão de novas maneiras de ser e estar no mundo, direcionando para a existência de um sujeito plural.

Para Scott (1992, p. 5), os sujeitos são constituídos por meio da experiência e esta não pode se tornar a origem nem a evidência autorizada (porque vista ou sentida) de explicação. O que se produz conhecimento é que contribui para a historização das experiências, assim como as identidades que ela produz.

De certo, os marcadores sociais e de gênero se evidenciam a partir das posições que os sujeitos tomam em sua auto atribuição, isso suscita uma identidade móvel capaz de contestar quem está à margem. Nessa ótica, a prostituição é vista como um ato pecaminoso, imoral e área de vida suja, enquanto a maternidade se mostra reprodução e aponta um lugar ideal de mulher.

Certamente, os sentimentos de solidariedade, componentes da etnicidade são expressivos e essenciais para a ruptura da dominação masculina nas sociedades contemporâneas (instituições políticas, sociais ou familiares) desvelam as prováveis realidades históricas e sócio culturais que caracterizam as práticas da prostituição. Assim, o cuidado e afeto típico da maternidade aproximam essas mulheres em suas especificidades – aquelas que cuidam dos filhos, do lar – se manifestam nas duas



formas do patriarcado: na forma privada, na família onde são excluídas da esfera pública e controladas diretamente pelos sujeitos patriarcais.

Existe uma força de poder masculina que é conferida como padrão pelo fato que ela não precisa ser justificada. Uma sociedade na qual o masculino é o paradigma de todas as coisas, com isso, a visão androcêntrica é continuamente legitimada pelas próprias práticas que ela determina pelo fato de suas disposições resultarem da incorporação do preconceito desfavorável contra o feminino, instituído na ordem das coisas, na qual as mulheres não podem senão confirmar seguidamente tal preconceito, com base nas posições de controle e de poder.

Seguindo o pensamento de Bourdieu (1989), a ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica e tende a confirmar a dominação masculina, a qual se constitui por si só, uma violência. Nesse sentido, a violência simbólica penetra de tal forma as categorias sociais dominadas que a classe dominante impõe a cultura sobre os dominados, fundamentando assim, essa violência que reside nos preceitos formados pelas estruturas de dominação que a produzem.

Saffioti (1979, p. 117) chama a atenção no sentido de se fazer necessário atentar para o fato de que a indeterminação parcial dos fenômenos sociais permite espaços para a operação de esquemas cognitivos tornando visível como o androcentrismo permeia na sociedade.

Sobre a operação dos esquemas cognitivos, as mulheres podem oferecer resistência ao processo de exploração-dominação que sobre elas se abate, não apenas no que diz respeito às questões de gênero, mas também em relação às questões inter étnicas, as de classe, pode-se afirmar que mecanismos de resistência estão sempre presentes, alcançando maior ou menor êxito (SAFFIOTI, 1979, p. 117).

As mulheres colaboradoras dessa pesquisa iniciaram sua vida sexual no início da adolescência, desde cedo adentram no mundo do trabalho e tiveram o processo de educação rompido, devido a fatores relacionados à pobreza e desigualdade social. Vivenciaram conflitos desde a infância: separação dos pais, não reconhecimento da paternidade, violência no seio da família e abandono.

Aquelas provedoras da família se mostram resistentes frente às lutas travadas em suas vidas, em busca de proteção e apoio. Vislumbram um futuro diferente dos

seus para seus filhos e acreditam na educação como um caminho de possibilidades, que pode contribuir para realidades distintas das suas nas vidas de seus filhos.

As questões de investigação desta pesquisa – prostituição, família, escola e identidade apresentam-se como sinais diacríticos presentes nas relações étnicas nas trajetórias de vida das garotas de programa. Como forma de organização política, a etnicidade somente existe em um meio mais amplo, e é esse meio que fornece os quadros e as categorias da etnicidade como linguagem.

Assim, os grupos étnicos somente podem ser caracterizados pela própria distinção que percebem entre si próprios e os outros grupos com os quais interagem. Eles existem enquanto se consideram distintos, não importando se esta distinção se manifesta ou não em traços culturais. E, quanto ao critério individual de pertinência a tais grupos, “ele depende tão somente de uma auto identificação e do reconhecimento pelo grupo de que determinado indivíduo lhe pertence, tendo as suas próprias regras de inclusão e exclusão” (CUNHA, 2009, p. 110).

Afinal, os filhos dessas mulheres são alunos, filhos de puta, mulher fácil, mulher da vida e garota de programa. As trajetórias enunciadas refletem as marcas das mudanças que são naturais da vida humana. A falta de sentido na vida, solidão, perdas, distâncias, frustrações, lutas, embates e silenciamentos são marcadores das relações nos contextos da prostituição, da família e da escola.

## **TESSITURAS FINAIS**

Quando se aborda sobre a história de determinado grupo, não seria pertinente esquecer o que é mais importante mostrado em relação aos seus pensamentos, hábitos e ações nas falas após as entrevistas. Refletir sobre as identidades enunciadas nas narrativas das colaboradoras foi um desafio sobre quem seriam elas.

No primeiro momento percebeu-se o valor da família, a ausência dos pais no processo de condução da educação, os julgamentos e sofrimentos vividos em decorrência da rejeição e falta de valor depositado em cada história narrada. Interessante ainda é refletir o que está em jogo nas circunstâncias entre abandono, abuso, violência e falta de instrução.

Analisar como as identidades são construídas no contexto entre famílias em conflitos afetivos, falta de escolaridade, desvalorização do ser humano, identidades em prostituição, embates que se estabelecem entre grupos e lugares é um desafio na sociedade nordestina brasileira. A terra das mulheres de baixa renda, da miséria, da fome e do abuso não é uma história de Jorge Amado, mas uma realidade posta na região nordeste do Brasil.

As concepções de famílias e suas funções de amar, cuidar e prover espelham-se na questão do reconhecimento que a prostituição, muitas vezes, é fruto das estruturas e de uma sociedade violenta e desigual. Pessoas que não encontram oportunidades para estudar, trabalhar e quando se identificam como garotas de programas demonstram como o preconceito estabelece diferenças e as separam em dois tipos de mulheres: as para casar e as para se aventurar.

No entanto, elas se aproximam no que concerne às possibilidades em ser mãe e garota de programa na condição possível de vida e trabalho que sustente sua família sem cair na reprodução do descaso e desamor de muitas na infância e adolescência. Elas identificam a prostituição como um trabalho, mas transitam na sociedade e na escola como mães e pessoas que fazem parte de um grupo visto como diferente. Transitar com essas identidades revela-se em angústias e vergonhas, sobretudo quando pensam que seus filhos também sofrem com isso, seja quando sabem ou quando vierem a conhecer suas atividades que, enquanto crianças não conseguem compreender.

A pesquisa aponta para os conflitos entre o mundo da escola, o lugar de ser mãe e o mundo do trabalho de ser a garota de programa, como se reconhecem, quando através da prática da prostituição conseguem manter a família e os filhos, apesar de recorrer a outras pessoas para colaborarem com os cuidados e formação. Visualizam os desafios que enfrentam acerca dos estigmas cotidianos atribuídos às mulheres inseridas na prostituição, como um marcador de uma condição.

A prostituição se mostra na pesquisa como um tema emblemático em que as mulheres se confrontam perante a sociedade, elas não podem ser ao mesmo tempo mãe e prostituta e, com isso, as imagens de si perpassam pela afirmação e negação dos duplos papéis desempenhados em suas funções, haja vista o processo de colonização e afirmação de masculinidades na história da educação brasileira.

Nas narrativas das colaboradoras há experiências de famílias em desarmonia, conflitos e reconstruções, fragmentadas em seus núcleos e nas ações de amar, proteger e cuidar. No campo de frustrações, as marcas são levadas para o resto de suas vidas, como vítimas de violências, abusos e preconceitos. As histórias de vida são marcadas por discriminações e sofrimentos.

A pesquisa aponta para um segundo marcador: as complexas relações que se articulam à história social, cultural e econômica do lugar em que elas vivem nos desafios de uma prostituição de beira de estrada, reflexo da falta de uma profissão vista como honesta pela sociedade. Prostituir pela não escolarização, ser prostituta pelo corpo e não pela capacidade intelectual, fazer dessa atividade um meio de vida e sobrevivência desvela o impedimento de ter um trabalho melhor reconhecido socialmente.

Um terceiro marcador resulta de um processo de violência à mulher pela família desde a infância até dias atuais. Pais ausentes, famílias desestruturadas, falta de apoio apontam para a deserção de muitas meninas dos lares. O grau de escolaridade baixo, bem como a ausência e insuficiência da educação, a iniciação na prostituição no período da adolescência, momento de rompimento com a escola e perdas de vínculos familiares as levam para uma atividade que as marginalizam ainda mais, socialmente e na relação com seus filhos e famílias.

Nesse contexto, depende dos atributos que foram oferecidos a essas mulheres, vítimas de uma sociedade cruel que deixa marcas, situações conflitantes, amarguras e desprezos nas relações familiares. Detecta-se a partir das entrevistas, lacunas sinalizadas por situações de hostilidades e laços afetivos rompidos pelo abandono e separação dos pais, dos casamentos arruinados, da falta de cuidado com filhos e das relações conflituosas nos lares.

Todas as mulheres ouvidas ressaltaram serem oriundas de famílias com baixo poder aquisitivo e a prostituição é um indicativo de fonte de renda e sobrevivência. Contam histórias de vidas entre lutas pela sobrevivência e formas de resistência. Nesse grupo, a educação parece ser prioridade na questão de ser mãe e poder proporcionar aos filhos algo que deixaram para trás em suas vidas. Não podem largar a vida de prostituição, pois pagam as contas com o trabalho de exploração do próprio corpo, não conseguem estudar, não se identificam como prostitutas, mas como garotas de programa que frequentam os bares, restaurantes, lanchonetes, postos de

combustíveis e pontos de parada de carros onde são companhias para noites de homens à procura de sexo e diversão.

Esta dissertação atende aos seus objetivos específicos ao identificar a inserção das mulheres na prostituição em diferentes contextos e espaços, elucidar a trajetória de vida delas e proceder as análises a partir de suas narrativas, além de trazer suas perspectivas e como percebem etnicamente, identificando os marcadores inseridos entre família, escola e prostituição.

Isso coaduna-se com as análises de como as garotas de programa no km 43 enunciam e lidam com suas identidades no contexto da família, escola e trabalho. Vivendo em situação de prostituição, sob o prisma da construção da identidade étnica, elas se confrontam com outras pessoas em um embate indenitário e na dinâmica que se estabelece entre grupos e lugares, sobretudo nas famílias e nas escolas dos seus filhos.

As hipóteses de que, as identidades das garotas de programa se anunciam no contexto entre família, escola e trabalho são evidenciadas por práticas de lutas cotidianas e tentativas de silenciamentos, e os marcadores sociais e de gênero produzem e reproduzem identidades da diferença, são confirmadas.

Afinal, as mulheres são julgadas pelo senso comum como de “vida fácil”, isso se corporifica em contradição com as histórias de cada uma delas que convergem em situações de pobreza, desemprego, formação precária, falta de oportunidades na vida, abandono, preconceito, vulnerabilidade social e violência em uma sociedade desigual e violenta. Contesta-se tal julgamento, considerando que suas vidas não são fáceis, pelo contrário, são lutas e labutas diárias que elas empreendem a cada dia para sustentar suas famílias e, sobretudo, seus filhos.

## REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, **Confissões**. Trad. J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina; “Vida e obra” por José Américo Motta Pessanha. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. **Ouvir Contar**: Textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALENCAR, José de. **Lucíola**. 12<sup>a</sup> ed., São Paulo: Ática, 1988.

AMADO, Jorge. **Tereza Batista cansada de guerra**. São Paulo: Martins, 1972.

BALIBAR, Etienne. WALLERSTEIN, Immanuel. Race. The Nation Form: History and ideology. *In: Race. Nation, Class: Ambiguous identities*. (Etienne Balibar e Immanuel Wallerstein. orgs.) Londres: Verso, 1993.

BARTH, Fredrik. **O Guru, o Iniciador e outras Variações Antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

\_\_\_\_\_. **Os grupos étnicos e suas fronteiras**. *In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF\_FENART, Jocelyne*. Teorias da Etnicidade. Seguido de Grupos Étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. 2 ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BELLE-EPOQUE, Disponível em: <http://www.infoescola.com/artes/belle-epoque/> . Acesso em 14 fev. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Coleção Memória e sociedade. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. **A dominação masculina**. Trad. de Maria Helena Kühner. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_. **Coisas ditas 1930-2002**. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; revisão técnica Paula Montero. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. **A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. *In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs)*. Escritos de educação. Petrópolis, Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. PASSERON, J. C. **A reprodução**. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

\_\_\_\_\_. **Le sens pratique**, Éditions de Minuit, 1980.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/o-que-e-hiv> . Acesso em: 11 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Ministério da saúde**. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/o-que-sao-ist/sifilis> . Acesso em 14 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Ministério do Trabalho e Emprego**. CBO – Classificação Brasileira de Ocupações, 2002. Menu da Família. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/busca/descricao.asp?codigo=5198> . Acesso em 14 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Câmara Federal. Projeto de Lei n. 98 de 2003** (do Sr. Fernando Gabeira). Brasília: Câmara Federal, 2003a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=104691>. Acesso em: 10 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Câmara Federal. Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania**. Projeto de Lei n. 98/2003, set. 2003b. Dispõe sobre a exigibilidade de pagamento por serviço de natureza sexual e suprime os artigos 228, 229 e 231 do Código Penal. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/167741.doc> . Acesso em 10 jul. 2018.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”* In: Louro, Guacira Lopes (org.). **O Corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

\_\_\_\_\_. **Como os corpos se tornam matéria**: entrevista com Judith Butler. Revista Estudos Feministas, 10 (1), 155-167, 2002.

\_\_\_\_\_. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. **Excitable Speech**. A Politics of the Performatives. New York: Routledge, 1997.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas**. São Paulo: Cosac & Naify, 2009.

DA MATTA, Roberto. **O que faz o Brasil Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

\_\_\_\_\_. **A casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e a morte no Brasil.** 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DELGADO, Josimara. **Memórias, gerações e produção cultural: experiências e reflexões.** Org. Josimara Delgado, Bruno Fuser. Juiz de Fora: Juizforana, 2012.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.

\_\_\_\_\_. **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2009.

DI GREGORIO, M F. **Mulheres, Corpos e Pecados: uma discussão sobre a questão da condição feminina no Brasil Colônia.** Revista Histórica do Arquivo de São Paulo. Vol. 45. Dez 2010.

DRUMMOND, Roberto. **Hilda Furacão.** 19. ed. São Paulo: Arx, 2003.

FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional.** São Paulo. Cortez (autores associados), 1989.

FONSECA, Claudia. Ser mulher, mãe e pobre. *In:* DEL PRIORE, M. (org.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto. p. 510 - 553. 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro, Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade I A vontade de Saber.** Rio de Janeiro: Graal, 2011.

FREIRE, Paulo **Abordagem sócio-cultural.** São Paulo: Moderna, 1974.

GIDDENS. Anthony. **A transformação da intimidade.** São Paulo: Ed. UNESP, 1993.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975/2004.

\_\_\_\_\_. **A representação do eu na vida cotidiana.** Petrópolis: Vozes, 1988.

GOICOECHEA, Eugenia Ramiréz. **Etnicidad, Identidad, Interculturalidad: Teorías, Conceptos y Procesos de la Relacionalidad Grupal Humana.** Madrid: Editorial Centro de Estudios Ramón Areces, S. A., 2011.

HAGUETTE, Teresa Maria. **Metodologias qualitativas na sociologia.** Petrópolis: Vozes, 1987.



HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

\_\_\_\_\_. Quem precisa da identidade? *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 11 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1996.

LEITE, Gabriela. **Eu, mulher da vida**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

\_\_\_\_\_. **Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta**. Rio de Janeiro: Objetiva. 2009.

\_\_\_\_\_ e LENZ, Flavio. A trajetória do movimento de prostitutas e sua relação com o estado brasileiro. *In*: ABIA. **Análise do contexto da prostituição em relação a direitos humanos, trabalho, cultura e saúde no Brasil: levantamento nacional e contexto internacional**. Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids: Rio de Janeiro, 2013.

\_\_\_\_\_. **Entrevista com Gabriela leite**. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/trip-transformadores/gabriela-leite>. Acesso em: 21 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/homenageados/2012/gabriela-leite>. Acesso em: 21 nov. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARX, K. **Elementos fundametales para la critica de la Economia Política (Grundrisse)**, 1857- 1858. México: Siglo XXI, 1978.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985. Livro 1, v.1, t.1., 1985.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História Oral**: Como fazer, como pensar. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola Edições, 1996.

MEIRELES, Cecília. **Poesia completa**. Organização de Antônio Carlos Secchin. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. 2 v.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 6º. Ed. São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.

OLIVAR, J. M. **Guerras, trânsitos e apropriações**: políticas da prostituição de rua a partir das experiências de quatro mulheres militantes em Porto Alegre, Brasil. tese de doutorado, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

OLIVEIRA, R. C. D. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

\_\_\_\_\_. **Etnicidade e Estrutura Social**. 3. ed. Cidade do México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores, 2007.

PASINI, Elisiane. **Sexo com prostitutas**: uma discussão sobre modelos de masculinos. In: DÍAZ-BENÍTEZ, M. E., FÍGARI, C. E. (orgs.). Prazeres dissidentes. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução Ângela M. S. Côrrea. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

PESSANHA, José Américo Mota. **Confissões**. Trad. J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

PISCITELLI, Adriana. **Apresentação: gênero no mercado do sexo**. Cadernos Pagu, 25: 7-23, 2005.

\_\_\_\_\_. **Feminismos e prostituição no Brasil**: uma leitura a partir da antropologia feminista". In: Cuadernos de Antropología Social N. 36, pp. 11–31, 2012.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, 1989.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF\_FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. Seguido de Grupos Étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. 2 ed. – São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

RAGO, L. M. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. **Os prazeres da noite:** prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930), Rio de Janeiro: Ed Paz e Terra, 1991.

RENDEZ-VOUS. **Dicionário Online.** Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/frances-portugues/rendez-vous> Acesso em: 18 fev. 2019.

ROBERTS, N. **As prostitutas na história.** Tradução de Magda Lopes. Rio de Janeiro: Record Rosa dos Tempos, 1998.

RODRIGUES, M. **A prostituição no Brasil contemporâneo:** um trabalho como outro qualquer? Rev. Katál: Florianópolis v. 12, n. 1, p. 68-76, jan./jun. 2009.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem.** Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. São Paulo: Vozes, 2. ed. coleção de Sociologia Brasileira, vol. 4, 1979.

SAINT-NIZIER disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Dia\\_Internacional\\_da\\_Prostituta](https://pt.wikipedia.org/wiki/Dia_Internacional_da_Prostituta) . Acesso em: 09 out. 2018.

SAMARA, E. D. M. Sobre o Conceito de Família Patriarcal. *In:* SAMARA, E. D. M. **A Família Brasileira.** São Paulo: Brasiliense, v. 71, 1998.

\_\_\_\_\_. **As Mulheres, o Poder e a Família.** São Paulo: Marco Zero e Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.

\_\_\_\_\_. **O que mudou na família brasileira?** (da Colônia à atualidade). Psicologia. USP. v. 13, n. 2, São Paulo, 2004.

SARTI, C. A. **A família como espelho:** um estudo sobre a moral dos pobres, 2a ed. rev. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **A Família como Ordem Moral.** Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n. 91, p.46 - 53, nov.1994.

\_\_\_\_\_. **A Família como Ordem Simbólica.** Psicologia USP, São Paulo, 11 - 28. 2004.

\_\_\_\_\_. Famílias enredadas. *In:* **Família:** Redes, laços e políticas públicas. Ana Rojas Acosta, Maria Amalia Faller (org). 4 ed. Cortez, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia:** teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 41. ed. revista. Campinas, SP: Autores Associados, 1983 - 2009.

\_\_\_\_\_. **Educação:** do senso comum à consciência filosófica. 15ª. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia Histórico-Crítica.** Primeiras Aproximações. 9a ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SCAVONE, Lucila. **Maternidade:** Transformações na Família e nas Relações de Gênero. Revista Interfaces, Botucatu, v. 5, n. 8, p. 47 - 60, 2001.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul./dez., 1992.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014.

SINGLY, de François. **Uns com os outros:** Quando o individualismo cria laços. Tradução: Magda Bigotte Figueredo. Coleção: Epistemologia e Sociedade, sob a direção de António Oliveira Cruz. Lisboa: Stória Editores, 2003.

\_\_\_\_\_. **Sociologia da família contemporânea.** Trad. Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: Editora FGV, 208 p. (Família, geração & cultura), 2007.

\_\_\_\_\_. **Livres Juntos:** O Individualismo na Vida Comum. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000.

STOLCKE, Verena. Mulheres e Trabalho. Estudo Cebrap, Petrópolis, 1982.

\_\_\_\_\_. **Sexo está para Gênero assim como Raça para Etnicidade?** Estudos AfroAsiáticos UCAM. Rio de Janeiro, n. 20, junho de 1990.

THOMPSON, P. **A Voz do Passado:** História Oral. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

## APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB Autorizada pelo Decreto Estadual n. 7344 de 27.05.98 Comitê de Ética em Pesquisa – CEP / UESB

A senhora está sendo convidada como voluntária a participar da pesquisa “IDENTIDADES ÉTNICAS DAS PROSTITUTAS NO KM 43 EM JAGUAQUARA - BAHIA: MEMÓRIAS, FAMÍLIAS E GERAÇÕES”. O presente estudo pretende se desenvolver em torno das mulheres prostitutas que residem no KM 43/ Jaguaquara - BA, que constituíram suas vidas neste espaço e que de alguma forma se relacionam com a comunidade por meio de suas vivências e de seus saberes.

Tem como objetivo investigar como essas mulheres constroem suas identidades étnicas, no contexto das relações entre famílias e gerações, buscando indagar, a partir das narrativas, como as mulheres que se prostituem no KM 43 se percebem etnicamente, analisando a trajetória de vida dessas mulheres entre seus códigos, história familiar e sociabilidades.

O motivo que nos leva a estudar esse assunto é, portanto, a ausência de estudos que se apoiam em mulheres prostitutas que constroem suas identidades nas dinâmicas entre famílias e gerações. Para este estudo adotaremos os seguintes procedimentos: Pesquisa qualitativa a partir de uma orientação sócio histórica/cultural que responde a questões muito particulares.

Por ser uma pesquisa sobre trajetórias de vida de sujeitos inseridos em um contexto que ao dizer testemunha o vivido, traçando acontecimentos do seu âmbito familiar e comunitário a partir da memória. O método que direcionará esta pesquisa será a História Oral por fornecer subsídios para os estudos que procuram trabalhar com as múltiplas vozes que podem surgir no decorrer da pesquisa através de entrevistas (escuta e registro das vozes) onde ocorre o diálogo que originará o texto final, a passagem do oral (a gravação) para o escrito (texto da entrevista autorizada pelo colaborador).

A senhora não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. A senhora será esclarecida em todas as formas que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. A senhora poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento.

A sua participação é voluntária e a recusa em participar não causará qualquer punição ou modificação na forma em que é atendida pelo pesquisador que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. A senhora não será identificada em nenhuma publicação. Este estudo apresenta risco mínimo ao ser apresentado em nível acadêmico. Apesar disso, a senhora tem assegurado o direito a compensação ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa.

Os benefícios deste estudo são: dispor de literatura para análise na academia; obter registros de pesquisas a partir da história de vida que contribuam para análise e reflexão social e principalmente, para anunciar as vozes dessas mulheres no processo de construção das suas identidades étnicas. Os resultados estarão à sua disposição quando finalizados. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a senhora.

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB  
Autorizada pelo Decreto Estadual n. 7344 de 27.05.98  
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP / UESB

Eu, \_\_\_\_\_ fui informada dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e posso modificar a decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Jequié, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_ .

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) participante

Impressão digital (se for o caso)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) pesquisador(a)



Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

Pesquisadora responsável: Rose Cláudia Oliveira de Andrade  
Endereço: Rua Portugal, n. 15 – Distrito Stela Câmara Dubois – Jaguaquara Bahia  
Telefone: (73) 91314783  
E-mail: rclaudiaandrade@hotmail.com  
CEP/UESB - Comitê de Ética em pesquisa Rua José Moreira Sobrinho, s/n - Uesb  
Jequié - BA CEP: 45206-190 Telefone: (73) 3528-9727 E-mail:  
cepuesb.jq@gmail.com

**APÊNDICE B - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB Autorizada pelo  
Decreto Estadual n. 7344 de 27.05.98 Comitê de Ética em Pesquisa – CEP /  
UESB

Eu \_\_\_\_\_, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, as pesquisadoras Rose Cláudia Oliveira de Andrade e Maria de Fátima A. Di Gregório do projeto de pesquisa intitulado “IDENTIDADES ÉTNICAS DAS PROSTITUTAS NO KM 43 EM JAGUAQUARA - BAHIA: MEMÓRIAS, FAMÍLIAS E GERAÇÕES” a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N. 3.298/1999, alterado pelo Decreto N. 5.296/2004).

Jequié - BA, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 200\_\_

\_\_\_\_\_

Rose Cláudia Oliveira de Andrade Participante da pesquisa  
Pesquisador responsável pelo projeto



## APÊNDICE C - ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Autorizada pelo Decreto Estadual n. 7344 de 27.05.98 - Comitê de Ética em Pesquisa – CEP / UESB

1. Nome, endereço, idade, estado civil, escolaridade/formação, profissão, membros que compõem a família, possui algum nome profissional, como gostaria de ser chamada na apresentação desta pesquisa
2. Religião
3. Como se classifica quanto a raça/cor
4. Como se reconhece
5. Falar sobre a infância/adolescência
6. Relação familiar/ pessoas do convívio cotidiano
7. Acontecimentos que marcaram a vida
8. Prostituição (trabalho/profissão)
9. Ser mãe/prostituta (dificuldades enfrentadas)
10. Como analisa sua vida antes de ser prostituta e agora (mudanças positivas e negativas)
11. O que você mudaria na sua história de vida

## APÊNDICE D - CORDEL

### Espelhos da noite<sup>28</sup>

Das histórias de vida agora vou falar, as garotas de programa, cada uma com aspecto peculiar. Vivências de mulheres, através da história oral elas vão anunciar, moram no Km 43 Distrito Stela Câmara Dubois.

De dia assumem a função de mãe e a noite saem pra trabalhar em pontos de bares e postos vão ficar. Se identificam como garotas de programa, cada uma, com uma história para contar.

Esmalte, escova, batom e espelho, vamos sistematizar, as narrativas dessas mulheres, que têm muito para nos ensinar. Falam sobre família, prostituição, escola e identidade, em contexto de lugar, Jaguaquara, pesquisa empírica não pode faltar.

Angústias e conflitos no contexto do lar, esmalte tem sete irmãos, a mãe in memória, boas lembranças familiar, do seu pai carrega tristeza, de um não acreditar, quando este a chamava de puta e rapariga, tomava raiva ali, acolá.

Sou garota de programa, é melhor que roubar e matar, sempre criei meus filhos, depois de muito tempo, o pai da minha filha, veio me procurar, já era tarde demais com a tia ela foi morar.

A inexistência da paternidade, o abandono familiar, já que segundo as colaboradoras, a vida que levam é pra seus filhos criar. Pela identidade, a diferença, de prostituição todas vão falar, traduzindo no mesmo grupo, um sentimento singular, laços rompidos, mas os filhos não desamparar.

Mulheres que revelam na prostituição um sustentar, da casa e dos filhos, muita coisa para cuidar. Assumindo a chefia da família, garotas de programa têm um lugar, é preciso trabalhar e os filhos amparar, dando amor e carinho é a melhor forma de amar.

Pai eu nunca tive e minha mãe Deus levou, fui morar com o pai do meu filho e a gente nunca brigou, dizia que não era casado e ele me enganou. Faço tudo pelos meus filhos, é meu sangue é amor. Nas falas de Escova, seus seis filhos, ela sempre sustentou.

Na relação familiar, o que prevalece é a dor, sentimento de desprezo e ausência de amor, o pai da minha menina, fez uma tremenda sacanagem, com ele fui embora, mudando de lugar, abandonou a gente, um amor que nunca ia acabar. Era tudo muito lindo, no Rio de Janeiro fui morar, ele imaginou o seguinte, eu vou embora com ela, ela não sabe voltar. Nas narrativas de Batom, seu filho foi procurar, notícias do pai no face book foi encontrar.

Famílias que evidenciam dificuldades encarar, na busca pela sobrevivência, muitos são os embates que há. Nas trajetórias de vida, espelho também ocupa um lugar, de garota de programa, mãe e avó, a mulher do lar.

---

<sup>28</sup> Texto de autoria da pesquisadora elaborado com base no material de campo.

Fui criada com minha mãe, meu pai ela não diz quem é, bebia e me batia muitas brigas de mulher. Fui embora de casa, vivi muita traição, voltei com dois filhos, perdida sem noção, sem a presença do pai, eu tinha que trabalhar, fazendo programa nessa vida de lugar.

Sobre prostituição, têm muito a revelar, se assumem como garotas de programa, mães exemplar, o mais importante pra elas é cuidar, prover e amar. Na Maternidade e prostituição elas buscam superar, os desafios sociais, étnicos e de gênero que há.

Prostituição como um trabalho, em orgulho não pode falar, sofrem tantos preconceitos, muita coisa nem dá pra acreditar. Ser garota de programa é ter capacidade de lutar, para sustentar a família e os filhos ter que estudar.

Narrativas vêm confirmar, cada uma no seu caminhar, a violência de gênero, elas tentam ressaltar, demonstrar os estigmas e paradigmas confrontar.

Ser garota de programa é ter muito que trabalhar, botar comida dentro de casa, sem ninguém humilhar. Assim afirma Esmalte que no ponto vai ficar, refere-se ao posto de combustível, contatos não pode faltar.

Todo mundo discrimina, isso eu não vou negar, sou uma garota de programa, querendo trabalhar, me sinto abandonada por todos, não tenho com quem contar. Atitudes desumanas, escova vem confirmar, dessa vida de programa, tem coisas que não quer lembrar.

Vejo como uma necessidade, aqui muitos emprego não há, pra cumprir com meus compromissos e o do lar. Faço minhas correrias, na madrugada não me sinto bem, um sentimento de vergonha é muito forte também. Essas são as falas de Batom, que tenta sempre não demonstrar, dentro de casa, de onde arca com as despesas do lar.

Algum jeito pra criar meus filhos, comecei a fazer programa, quando eu sempre precisei, foi a isso que recorri, conseguindo clientes à noite, em todo canto por ali. Vínculos amorosos rompidos causou muita decepção, na história de vida de espelho, dois filhos e uma neta, é uma preocupação.

Prestem bem atenção, os que elas dizem sobre educação, mães e garotas de programa, sem oportunidade de estudar. Associam a ausência da educação, às realidades vivenciadas no período de vida escolar.

Visualizam a escola enquanto espaço de transformação, inseridas na prostituição, um esforço e muita dedicação para manter seus filhos na escola e ter educação. Uma luta diária é a escolarização.

Fico com meus filhos de dia, de noite vou trabalhar, não tenho ninguém pra me ajudar, cuido deles, mando tudo pra escola, eu parei de estudar. Revela Esmalte uma vida melhor para os filhos, que sempre amou e vai amar, por isso têm que estudar.

Faço de tudo para meus filhos estudar, para não ser uma coisa pior, eu tenho que trabalhar. Escova não teve estudo e sabe como é difícil caminhar, nessa vida de prostituição o que mais importa é seus filhos na escola estar.

Cuidava dos meus irmãos, minha mãe saía pra trabalhar, era muita coisa pra fazer, aí eu parei de estudar. Batom nas suas lembranças, um sofrimento de criança que aparece nas memórias familiar.

São tantas coisas, não sei por onde começar, era muito trabalho, responsabilidade do lar, com pouca idade pra administrar. Algo diferente que eu faria, não parava de estudar, cobro muito dos meus filhos, estudar pra se formar. Nas narrativas de espelho a escola não teve lugar, a educação dos filhos é algo exemplar, outros espaços diferentes do seu, os filhos conquistar.

As trajetórias apontam uma sociedade sempre a controlar, impondo padrões pra normatizar, as identidades dessas mulheres na família, escola e trabalho, em todo lugar. Não leva em conta, o eu e o outro que tá aí pra vivenciar, afirmando ou negando, um pertencimento compartilhar.

Identidades vestidas pelo controle social, as relações de gênero permitem antecipar, os agentes de agressão, é importante sinalizar. Uma ordem patriarcal a dominar, um sistema opressor é preciso denunciar, romper com o poder que violenta e oprime a mulher dentro do lar.

Primeira coisa que eu fazia era sair desse lugar. Esmalte carrega consigo o desejo de mudar, não quer ser quem é no seu labutar, amar os filhos e deles zelar.

Quando eu tinha treze anos, eu fui estuprada, botei muitas coisas na cabeça eu fui maltratada. Com muita dor escova desvelou, era xingada de puta, seu pai e irmãos sempre manifestou, sentimento de desprezo na família vivenciou, por uma irmã muito respeito e amor.


Eu não sou feliz toda noite na rua, queria tá na minha casa, por alguma coisa pra eu trabalhar sem tá fazendo o que faço, saindo de noite e de dia me envergonhar. Nas vivências de Batom identidades de lugar em contextos diferentes, a rua, a casa e o lar.

Agora tá pesado né, poxa, já sou avó, na prostituição, eu tive condição, ganhar dinheiro com muita humilhação, cuidar dos filhos é uma dedicação. Ser mulher, mãe, garota de programa e avó é para espelho um peso maior.

No contexto familiar, puta e rapariga há quem insultar, lá fora muita gente para enfrentar, a vida de prostituição tem o que elucidar. Mulheres com suas histórias vieram confirmar, um grupo que se auto define e outro pra confrontar. Assim a Etnicidade se define em contexto de lugar.

Garotas da noite, em uma dissertação veio indicar, que ser mãe e garota de programa há muito que conciliar, nas funções de dona de casa, a mãe exemplar, cuidando dos filhos de dia e a noite trabalhar. Aceitação e negação, relação de interação, um eu e o outro, identidade disputar. Perdas e distâncias, em tempo de infância, mulheres não se cansam, em busca de mudança, um espaço conquistar.

Para a elaboração desse cordel, precisei me apropriar da pesquisa de campo, com elas pude contar, as garotas de programa no Distrito Stela Câmara Dubois.

**ANEXO A - DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO**

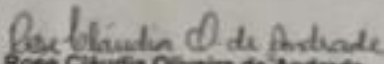
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB  
Autorizada pelo Decreto Estadual nº 7344 de 27.05.98  
Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC)

---

**DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO**

Eu, Rose Cláudia Oliveira de Andrade, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), pesquisadora responsável pelo Projeto de Pesquisa intitulado "IDENTIDADES ÉTNICAS DAS PROSTITUTAS NO KM 43/JAGUAQUARA/BAHIA: MEMÓRIAS, FAMÍLIAS E GERAÇÕES", comprometo-me a observar se as normas das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde nº466/2012 e nº510/2016 estão sendo obedecidas em todas as fases da pesquisa.

Jequié, 24 de abril de 2018.

  
Rose Cláudia Oliveira de Andrade  
Mestranda em Relações Étnicas e Contemporaneidade

**ANEXO B - DECLARAÇÃO DE COLETA D E DADOS**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB  
Autorizada pelo Decreto Estadual nº 7344 de 27.05.98  
**Programa de Pós-Graduação  
em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC)**

**DECLARAÇÃO**

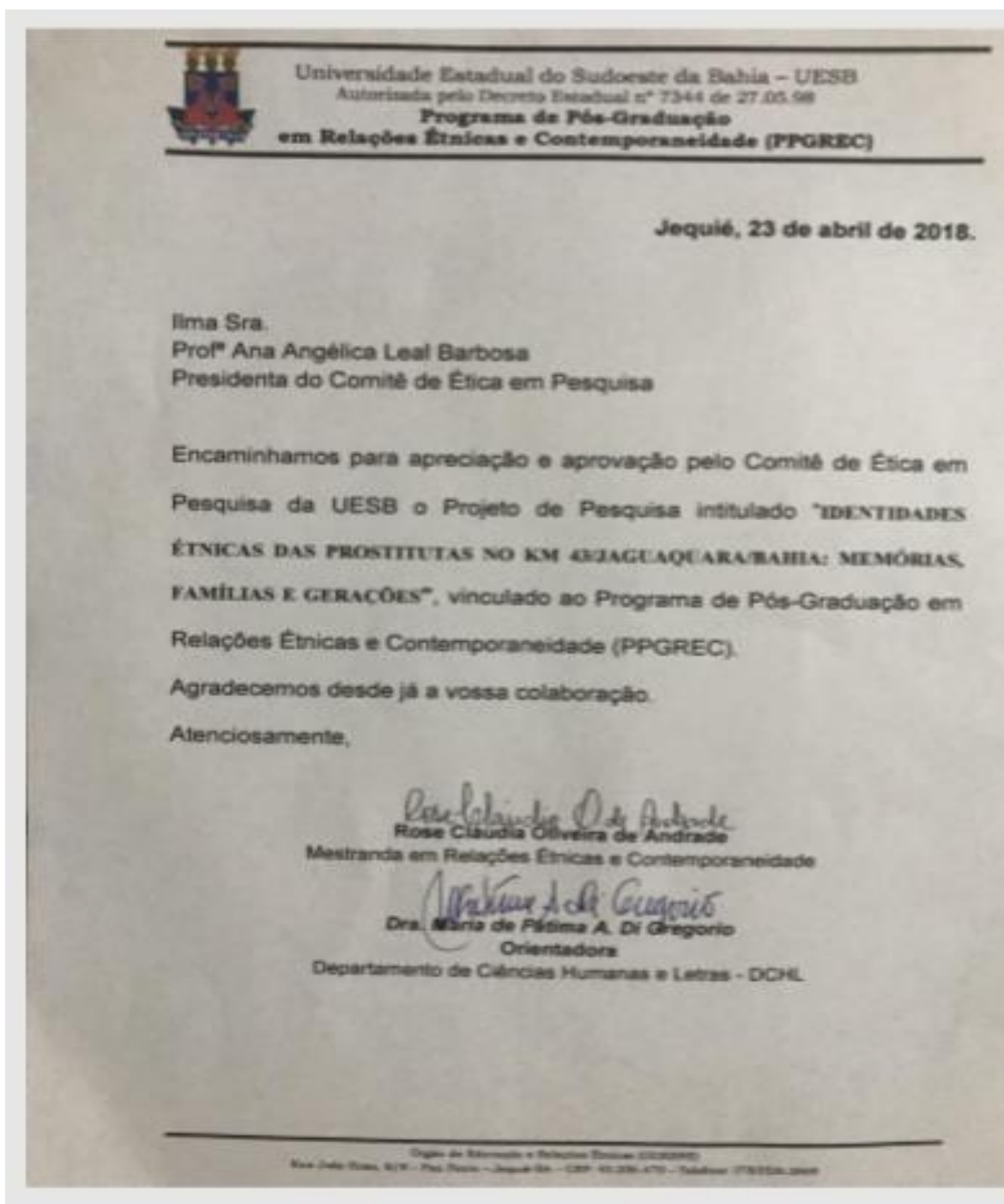
Eu, Rose Cláudia Oliveira de Andrade, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), pesquisadora responsável pelo Projeto de Pesquisa intitulado "IDENTIDADES ÉTNICAS DAS PROSTITUTAS NO KM 43/JAGUAQUARA/BAHIA: MEMÓRIAS, FAMÍLIAS E GERAÇÕES", declaro que a coleta de dados da referida pesquisa não foi iniciada.


Jequié, 24 de abril de 2018.

*Rose Cláudia O. de Andrade*  
Rose Cláudia Oliveira de Andrade

Mestranda em Relações Étnicas e Contemporaneidade

## ANEXO C - OFÍCIO PARA O COMITÊ DE ÉTICA



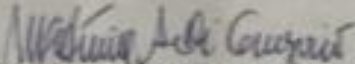
**ANEXO D - DECLARAÇÃO DO ORIENTADOR**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB  
Autorizada pelo Decreto Estadual nº 7344 de 27.03.98  
**Programa de Pós-Graduação  
em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC)**

**DECLARAÇÃO DO ORIENTADOR**

Eu, Maria de Fátima A. Di Gregório, docente do Departamento de Ciências Humanas e Letras - DCHL, campus UESB/Jequié, declaro ser a orientadora da mestrandia Rose Cláudia Oliveira de Andrade, do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Assim, declaro também estar participando do Projeto de Pesquisa intitulado "IDENTIDADES ÉTNICAS DAS PROSTITUTAS NO KM 43/JAGUAQUARA/BAHIA: MEMÓRIAS, FAMÍLIAS E GERAÇÕES".

Jequié, 23 de abril de 2018.

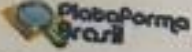
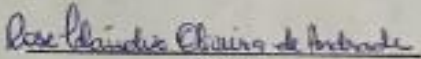
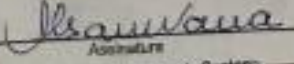
  
**Dra. Maria de Fátima A. Di Gregório**  
Orientadora  
Departamento de Ciências Humanas e Letras - DCHL

---

Orgão de Educação e Relações Étnicas (0000000)  
Rua João Pinheiro, 52/8 - Povo Novo - Jequié - BA - CEP: 45.208-910 - Telefone: (75) 3220.2000



# ANEXO E - FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

 MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP <b>FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS</b>			
1. Projeto de Pesquisa: <b>IDENTIDADES ÉTNICAS DAS PROSTITUTAS NO KM 43/JAGUAQUARA/BAHA: MEMÓRIAS, FAMÍLIAS E GERAÇÕES</b>			
2. Número de Participantes da Pesquisa: <b>4</b>			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicadas, Grande Área 7. Ciências Humanas			
<b>PESQUISADOR RESPONSÁVEL</b>			
5. Nome: <b>ROSE CLAUDIA OLIVEIRA DE ANDRADE</b>			
6. CPF: <b>670.401.795-04</b>		7. Endereço (Rua, n.º): <b>Rua Portugal Santa Rita casa JAGUAQUARA BAHIA 45345000</b>	
8. Nacionalidade: <b>BRASILEIRO</b>		9. Telefone: <b>(73) 8131-4783</b>	10. Outro Telefone:
		11. Email: <b>roscloaudiandrade@hotmail.com</b>	
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 468/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que esse formulário anexado ao projeto deverá ser assinado por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p>			
Data: <u>22</u> / <u>05</u> / <u>2018</u>		 Assinatura	
<b>INSTITUIÇÃO PROPONENTE</b>			
12. Nome: <b>Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB</b>		13. CNPJ: <b>13.069.489/0001-08</b>	14. Unidade/Orgão:
15. Telefone: <b>(73) 3525-6683</b>		16. Outro Telefone:	
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 468/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento desse projeto, autorizo sua execução.</p>			
Responsável: <u>MARISE DE SANTANA</u>		CPF: <u>18378749568</u>	
Cargo/Função: <u>COORDENADORA PPGREC</u>			
Data: <u>26</u> / <u>04</u> / <u>2018</u>		 Assinatura Profa. PhD. Marise de Santana Coordenadora do PPGREC Matrícula: 222817044	
<b>PATROCINADOR PRINCIPAL</b>			
Não se aplica			

## ANEXO F - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP/UESB

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
SUDOESTE DA BAHIA -  
UESB/BA



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** IDENTIDADES ÉTNICAS DAS PROSTITUTAS NO KM 43/JAGUAQUARA/BAHIA: MEMÓRIAS, FAMÍLIAS E GERAÇÕES

**Pesquisador:** ROSE CLAUDIA OLIVEIRA DE ANDRADE

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 99015318.6.0000.0055

**Instituição Proponente:** Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 2.978.072

**Apresentação do Projeto:**

Trata-se de um projeto de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus/Jequié, com área de concentração em Relações Étnicas, Gênero e Sociedade. O presente estudo pretende se desenvolver em torno das mulheres prostitutas que residem no KM 43/ Jaguaquara/BA, que constituíram suas vidas neste espaço e que de alguma forma se relacionam com a comunidade por meio de suas vivências e de seus saberes.

**Objetivo da Pesquisa:**

**Objetivo Primário:**

Investigar como as prostitutas do km 43 constroem suas identidades étnicas na dinâmica entre famílias e gerações.

**Objetivo Secundário:**

Identificar a inserção das mulheres na prostituição no contexto de famílias e gerações;

Indagar, a partir das narrativas, como as mulheres que se prostituem no KM 43 se percebem etnicamente;

Analisar a trajetória de vida dessas mulheres entre seus códigos, história familiar e sociabilidades;

Descrever como as prostitutas do km 43 constroem suas identidades étnicas na dinâmica entre

**Endereço:** Avenida José Moreira Sobrinho, s/n  
**Cidade:** Jequié/BA **CEP:** 45.205-510  
**Município:** JEQUIÉ  
**Telefone:** (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cep@uesb-je@gmail.com

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
SUDOESTE DA BAHIA -  
UESB/BA



Continuação do Parecer: 2.078.072

famílias e gerações.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Quanto aos riscos, estes são classificados como "riscos mínimos" e estão bem apresentados no TCLE. Entretanto, nas Informações Básicas do Projeto, no espaço destinado a explicitar tais riscos, os pesquisadores responderam "Não se aplica" indevidamente. Lembramos que a Resolução CNS 510/2016 no seu cap. I - XXV afirma que: "risco da pesquisa: possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural do ser humano, em qualquer etapa da pesquisa e dela decorrente". Os benefícios foram apresentados a contento.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Trata-se de um projeto de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus/Jequié, com área de concentração em Relações Étnicas, Gênero e Sociedade, que pretende entrevistar 4 participantes e gravar tais entrevistas, além de coletar a História Oral.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todos os termos e declarações foram apresentados satisfatoriamente.

**Recomendações:**

No TCLE quando se lê: "Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia..." deve ser alterado para "sendo uma via..."

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Sem pendências ou inadequações.

**Considerações Finais e critério do CEP:**

Em reunião de 23/10/2018, a plenária do CEP/UESB aprovou o parecer do relator.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1121468.pdf	17/09/2018 23:54:56		Aceito
Outros	Termo_imagem.pdf	03/07/2018 21:52:21	ROSE CLAUDIA OLIVEIRA DE ANDRADE	Aceito
Outros	Roteiro_entrevistas.pdf	03/07/2018 21:42:24	ROSE CLAUDIA OLIVEIRA DE	Aceito

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n  
Cidade: Jequié/BA CEP: 45.205-510  
UF: BA Município: JEQUIÉ  
Telefone: (73)3525-0727 Fax: (73)3525-6993 E-mail: cep@uesb-pj@gmail.com

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
SUDOESTE DA BAHIA -  
UESB/BA



Confirmação do Parecer: 2.078.072

Outros	Roteiro_entrevistas.pdf	03/07/2018 21:42:24	ANDRADE	Aceito
Outros	IMG_0762.jpg	24/06/2018 01:52:49	ROSE CLAUDIA OLIVEIRA DE ANDRADE	Aceito
Declaração de Pesquisadores	IMG_0763.jpg	24/06/2018 01:50:51	ROSE CLAUDIA OLIVEIRA DE ANDRADE	Aceito
Declaração de Pesquisadores	IMG_0761.jpg	24/06/2018 01:49:23	ROSE CLAUDIA OLIVEIRA DE ANDRADE	Aceito
Declaração de Pesquisadores	IMG_0760.jpg	24/06/2018 01:47:57	ROSE CLAUDIA OLIVEIRA DE ANDRADE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	texto_teste.pdf	24/06/2018 01:44:30	ROSE CLAUDIA OLIVEIRA DE ANDRADE	Aceito
TCE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_de_consentimento.pdf	24/06/2018 01:38:10	ROSE CLAUDIA OLIVEIRA DE ANDRADE	Aceito
Folha de Rosto	IMG_1281.pdf	23/06/2018 22:10:53	ROSE CLAUDIA OLIVEIRA DE ANDRADE	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

JEQUIE, 23 de Outubro de 2018

---

Assinado por:  
Ans Angélica Leal Barbosa  
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida José Moreira Salomão, s/n  
Bairro: Jequié/BA CEP: 45.209-510  
UF: BA Município: JEQUIE  
Telefone: (73)3525-9727 Fax: (73)3525-6683 E-mail: cnpesb.je@uniba.br

## CRÉDITOS DA AUTORA

Natural de Santa Terezinha - Bahia, Rose Cláudia Oliveira de Andrade é graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Jequié. É especialista com pós-graduação em Gestão Educacional pela Faculdade de Educação Superior do Piemonte da Chapada (FESPC), Metodologia do Ensino Superior pelas Faculdades Integradas de Jequié (FIJ) e Psicopedagogia Institucional pela Faculdade de Tecnologia e Ciências FTC (essa última incompleta).

Atuou como docente da Faculdade de Ciências Educacionais (FACE), polo de Jaguaquara, foi tutora do Programa de Capacitação para Gestores Escolares da Rede Estadual de Ensino (PROGESTÃO) do Estado da Bahia nos municípios da DIREC 13, polo de Jequié (2010 – 2011). Foi tutora do Programa de Capacitação para Gestores Escolares da Rede Municipal de Ensino de Jaguaquara (2012 – 2013). Atuou como tutora e coordenadora do curso de Pedagogia na Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC – EAD – UP) Jaguaquara (2007 – 2012). Foi mediadora do Projeto de Regularização do Fluxo Escolar nos municípios de Jaguaquara, Itiruçu e Maracás nas escolas estaduais e municipais. Atuou como Diretora do Departamento Pedagógico na Secretaria Municipal de Educação de Jaguaquara (2013 a 2015). Foi técnica local do Plano Municipal de Educação (PME) de Jaguaquara (2015). Atuou como coordenadora multiplicadora do PACTO Estadual (2015) e gestora eleita na Escola Municipal Irmã Dulce (2009 -2010) e Diana Jussiene (2016 – 2017). Lecionou nos Instituto Valdice Cruz, Instituto de Educação Social Tecnológico; Faculdade do Maciço de Baturité nos cursos de Pedagogia. Foi professora formadora bolsista CAPES/PARFOR no curso de Pedagogia UESB, polo de itiruçu - Bahia

Atualmente reside em Jaguaquara, onde é professora efetiva da Rede Municipal de Ensino de Jaguaquara, desde 1996, com experiência como coordenadora pedagógica e diretora de ensino no município de Jaguaquara. É pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Hermenêuticas em Família, Território, Identidades e Memória, credenciado pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB- CNPq).